

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR

GUSTAVO SIMONETTI ALVES PEDROSO

A HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS NAS PRODUÇÕES DA PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL DE 2007 A 2017

GUSTAVO SIMONETTI ALVES PEDROSO

PARANAVAÍ
2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**A História das Infâncias nas Produções da Pós-Graduação em
História no Brasil de 2007 a 2017**

GUSTAVO SIMONETTI ALVES PEDROSO

**PARANAVAI
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR**

**A História das Infâncias nas Produções da Pós-Graduação em
História no Brasil de 2007 a 2017**

Dissertação apresentada por Gustavo Simonetti Alves Pedroso, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador(a):

Prof. Dr.: Adão Aparecido Molina

PARANAÍ
2020

Ficha elaborada pela Biblioteca da UNESPAR, Campus de Paranavaí
Bibliotecária Responsável: Vânia Jacó da Silva, CRB 1544-9

S598h Simonetti, Gustavo,
A história das infâncias nas produções da pós-graduação em História no Brasil de 2007 a 2017 / Gustavo Simonetti.– Paranavaí: Unespar, 2020. xiii, 186 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí, Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR; área de concentração: Formação Docente Interdisciplinar.

Orientador: Prof. Dr. Adão Aparecido Molina;

Banca examinadora: Prof. Dr. Ailton José Morelli, Profa. Dra. Isabela Candeloro Campoi.

Bibliografia

1. Educação. 2. História da Infância. 3. Pós-Graduação. 4. Historiografia.
I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente Interdisciplinar.

CDD 20. ed. 907.2

GUSTAVO SIMONETTI ALVES PEDROSO

**A História das Infâncias nas Produções da Pós-Graduação em História no
Brasil de 2007 a 2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adão Aparecido Molina (Orientador) – UNESPAR

Prof. Dr. Ailton José Morelli – UEM/ProfHistória - Maringá

Profa. Dra. Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR

Data de Aprovação:

29/02/2020.

Dedicatória

Para a Melhor Professora do Mundo;

Para o Melhor Ser Humano do Mundo;

Para a pessoa que eu mais amo no Mundo;

Para a única pessoa que eu sei que Nunca vai me abandonar;

É para você e por você sempre, Mamãe.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é um momento de profunda reflexão de si consigo mesmo, um momento de revisão de um conjunto de ações desempenhadas ao longo dos anos. Dessa forma, existem pessoas as quais eu preciso, sem dúvidas, agradecer de modo incondicional! Eu tive pessoas que surgiram em minha vida e que são verdadeiros anjos. Primeiramente, tenho que agradecer a minha mãe Hosana, exemplo de carinho, fé, atenção, confiança extrema e amor incondicional, estando sempre ao meu lado em todos os momentos. Ao meu querido (a) irmão (a) Guilherme que sempre me ajudou com o labirinto do Word, desde a época da minha graduação, sempre salvando-me a pele, inclusive neste trabalho. Tenho que agradecer a toda a minha família que mesmo sem compreender a dimensão de um curso de Mestrado, contribuiu com bastante carinho para a realização desta jornada. Preciso agradecer aos amigos da época da graduação na Universidade Estadual de Maringá que, mesmo não possuindo o contato de antigamente estão sempre dispostos a me ajudar e a debater ideias. Aos amigos da Pós-Graduação da UNESP de Assis que me acolheram muito bem durante meu tempo como aluno especial. Aos meus amigos da cidade de Alto Paraná, sem eles parte desse caminho não teria se concretizado, às Professoras Luciane Soler por ter me apresentado ao meu orientador, e à professora Morgana Menegon e a toda sua família que, gentilmente, me acolheram em sua residência nos dias em que lecionava na cidade. As minhas queridas amigas Amanda, Silvana, Lídia, Helen e Josiane pela grandiosa, profunda e rara amizade e que ao longo de tantos anos vem me aguentando, amparando, reerguendo e me levantando do chão em todas as vezes que eu caí. Aos amigos Yokoshi Kami Kumite da Sukyo Mahikari pelo constante apoio e incentivo. Ao meu amigo Paulo Fontanini que, com muita paciência e talento intelectual como Professor de Língua Portuguesa, fez toda a correção gramatical e ortográfica da minha Dissertação; sinceramente muito obrigado. Aos amigos da Turma VI do PPIFOR que contribuíram com discussões para minha formação intelectual, em especial, a Tatiana e ao Cleverson que também ajudaram com caronas nos dias de aula, à nossa secretária Larissa pela paciência com esse Apucaranesse perdido. Ao Thiago pelas discussões e entendimentos historiográficos desde a época da UEM. A Thaís e a Silvia pela companhia e parceria. Tenho que agradecer também aos professores presentes em minha banca, ao professor Ailton Morelli extremamente fundamental nesta jornada que ainda na época de UEM me apresentou aos estudos sobre a história da infância e, logo após, me orientou no curso de Especialização; à professora Isabela por gentilmente ter aceitado o convite para avaliar meu trabalho e, sobretudo, ao meu querido orientador Professor Adão A. Molina, que possui uma paciência monumental, inabalável e sem precedentes para orientar um aluno assim como eu, com tantos defeitos, dificuldades, insuficiências e limitações, mas que mesmo assim me concedeu uma oportunidade que eu tanto persegui desde o final da minha graduação e por ter confiado em mim, ele foi e é fundamental em todo esse percurso. Tenho por todos vocês uma gratidão profunda, infinita e inenarrável. Peço desculpas por não ter citado todos. Agradeço, também, a concessão de duas Bolsas de Estudos neste período acadêmico primeiro a Fundação Araucária/CAPES e, posteriormente, o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Considero toda esta jornada um milagre, por isso, agradeço à Deus SU a permissão de ter podido ser útil nessa caminha formativa.

“O leitor e o autor nem sempre se compreendem, porque o autor conhece muito seu tema e o acha quase aborrecido, de modo que dispensa exemplos que conhece às centenas; mas o leitor é alheio ao assunto e o acha facilmente mal fundamentado, se os exemplos forem supressos.” (Nietzsche 1844-1900).

SIMONETTI, Gustavo Alves Pedroso. **A História da Infância nas Produções da Pós-Graduação em História no Brasil de 2007 a 2017**. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Adão Aparecido Molina. Paranavaí, 2020.

RESUMO

Esse trabalho busca contribuir para os estudos e investigações sobre a história da infância, tema ainda em fase de construção e organização na área de História, no Brasil. O objetivo foi realizar um levantamento sobre a história da infância nas produções acadêmicas de Mestrado e Doutorado da pós-graduação em História no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017. Para tanto, fizemos uso de uma metodologia de estudos bibliográficos e documentais, sustentada por uma interpretação das mudanças nas estruturas sociais, que forneceram subsídio para a compreensão das transformações históricas, socioeconômicas e políticas dos séculos XX e XXI. O estudo usou como fonte o Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de onde se extraíram os resumos para a realização das análises de Dissertações e Teses. A pesquisa possui caráter quanti-qualitativo, a fim de investigar quais são os referenciais teórico-metodológicos utilizados para se fazer pesquisa sobre a infância na pós-graduação em História no Brasil, no período circunscrito. Ao tratarmos sobre esse tema, levamos em consideração que o autor francês Philippe Ariès foi pioneiro nos estudos sobre a história da infância no século XX. Ele desenvolveu suas investigações por meio de um referencial teórico denominado de História das Mentalidades. Para atingirmos nossos objetivos, o trabalho encontra-se estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A seção dois inicia sua discussão a partir dos entendimentos sobre a História da infância; primeiro analisa o aparecimento da infância enquanto desenvolvimento histórico e, em seguida, descreve o aparecimento da infância no bojo do fazer historiográfico, enquanto objeto de investigação. Destaca como as transformações socioeconômicas e políticas oportunizaram a produção sobre o tema, na segunda metade do século XX, ocasionando possíveis avanços na pós-graduação em História no Brasil. A seção três estuda o desenvolvimento específico da pós-graduação em História no Brasil e as restrições e dificuldades provenientes da área para se pesquisar a história da infância. Apresenta, ainda, a quantidade de trabalhos sobre o tema, produzidos na pós-graduação, e as principais concepções teóricas adotadas para fundamentar as investigações sobre a Infância. A seção quatro realiza um estudo acerca da década de 1990, período no qual vimos uma intensificação das discussões sobre a infância no Brasil, sobretudo no momento em que existia uma grande movimentação para se instituir às crianças os direitos sociais, já garantidos na forma da lei. Foi possível observar na análise dos trabalhos que, a infância é discutida sob diferentes referenciais teóricos e a maioria das pesquisas aponta para os estudos sobre a criança em situação de risco e vulnerabilidade social. Esses temas foram os mais recorrentes nos trabalhos analisados, demonstrando que a infância que é objeto de pesquisa do historiador é a infância pobre, abandonada ou desvalida. Desse modo, os historiadores vêm estudando a criança a partir de sua inserção no contexto social. Assim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento dos estudos sobre a história da infância na Pós-Graduação em História no Brasil.

Palavras-chave: História; História da Infância; Pós-Graduação; Historiografia.

SIMONETTI, Gustavo Alves Pedroso. **The Childhood History on Post-Graduation Productions, in History on Brazil from 2007 to 2017**. 186 f. Dissertation (Master's Degree in Teaching) - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí. Orientador: Adão Aparecido Molina. Paranavaí, 2020

ABSTRACT

This work seeks to contribute for the studies and investigations about childhood history, which theme is under construction and organization phase on History area, in Brazil. The objective is to make a research about the childhood history in Master's Degree and Doctorate academic productions of postgraduate in History on Brazil, "between" 2007 to 2017. For this, were used a methodology of bibliographic and documental studies, supported by an interpretation of the changes in the social structures, that provided subsidy for the compensation of the historical, socioeconomic and political transformations in the XX and XXI centuries. The study used as source the Database of Improvement and Coordination of the Person with Higher Education (CAPES), from where were extracted abstracts to realize the analysis of the Dissertations and Theses. Thus, research has quant-qualitative character, in order to investigate which are the theoretical-methodological references to do the research about childhood in post-graduation in Brazil, in the said period. Therefore, we have to acknowledge that the French author Philippe Ariès were a pioneer in studies about childhood history in the XX century. He developed his studies through a theoretical referential named History of Mentalities. To achieve our objectives, the work structured is in three sections, besides introduction and final thoughts. The second section starts out discussion from the understandings about Childhood History; First, analyzing the appearing of childhood as an historical development and second and describes the appearing of childhood inside historiography, as research an object. It highlights how socioeconomic and political transformations created an opportunity to produce about the theme, in the second half of the XX century, probably causing advances in post-graduation in History in Brazil. The third section studies the specific development of post-graduation in History on Brazil and the restraints and difficulties that come from the area that the researches made are. It also presents a great number of works about the theme, made in post-graduation, and the main theoretical conceptions adopted to fundament investigations about Childhood. The fourth and last section develops an analysis about the 1990 decade, period in which happened an intensification about childhood discussions in Brazil, especially at the time that a great movement happened to establish children, as a subject of social rights, ensuring them social rights by law. We could also observe in the analysis of works that childhood discussed is under different theoretical references. Every single one of the works point to an analysis about the children being at risk and social vulnerability, those subjects were recurrent on the analyzed studies, showing that childhood is the object of research of the historian it is the poor, abandoned and unworthy childhood. Thus, historians have been studying children from their insertion into the social context. Therefore, we hope that this research could contribute to strengthen the studies about childhood history in the area of post-graduation in History.

Keywords: History; Childhood History; Post-Graduation; Historiography.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantidade de Trabalhos por ano divididos entre Mestrado e Doutorado.....	110
Quadro 2: Quantidade de Dissertações por ano, contendo autores, títulos, o nome e localização das Instituições de Ensino Superior (IES).....	110
Quadro 3: Quantidade de Teses por ano, contendo autores, títulos, o nome e a localização das Instituições de Ensino Superior (IES).....	116
Quadro 4: Instituições e número de Produções sobre a História da Infância.....	119
Quadro 5: Dissertações produzidas na USP por ano, contendo autores, títulos e o nome do programa ao qual pertencem.....	120
Quadro 6: Teses produzidas na USP por ano, contendo autores, títulos, o nome do Programa ao qual pertencem.....	121
Quadro 7: Referencial Teórico adotado nos trabalhos.....	137
Quadro 8: Quantidade de produções ano a ano.....	146
Quadro 9: Quantidade de trabalhos elencados por assunto.....	173

LISTA DE SIGLAS

CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
FUPF	– Fundação Universidade de Passo Fundo
IES	– Instituição de Ensino Superior
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
UnB	– Universidade de Brasília
UDESC	– Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ	– Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNISINOS	– Universidade do Vale dos Sinos
UNICAMP	– Universidade Estadual de Campinas
UEFS	– Universidade Estadual de Feira de Santana
UNESP	– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UFBa	– Universidade Federal da Bahia
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UFMG	– Universidade Federal de Campina Grande
UFG	– Universidade Federal de Goiás
UFGD	– Universidade Federal de Grandes Dourados
UFJF	– Universidade Federal de Juíz de Fora
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	– Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UFU	– Universidade Federal de Uberlândia
UFAM	– Universidade Federal do Amazonas
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UFES	– Universidade Federal do Espírito Santo
UFPA	– Universidade Federal do Pará
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UFPI	– Universidade Federal do Piauí
UFRN	– Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFTM – Universidade Federal do Triangulo Mineiro
- UFP – Universidade Fernando Pessoa (Porto - Portugal)
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- USS – Universidade Severino Sombra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFORMULAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO SOBRE A INFÂNCIA.....	21
2.1. O CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E A PRODUÇÃO SOBRE HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	58
2.2. O CONTEXTO DA PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	78
3. A PRODUÇÃO SOBRE HISTÓRIA DA INFÂNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL DE 2007 A 2017	95
3.1. QUANTIDADE DA PRODUÇÃO DE TRABALHOS.....	108
3.2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS ADOTADAS NOS ESTUDOS.....	122
4. REVISITANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2007 A 2017: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	140
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO: ASPECTOS E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS.....	140
4.2. REVISITANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA: ESTÁGIO ATUAL E POSSIBILIDADES DE FUTUROS ESTUDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.....	156
5. CONCLUSÃO	176
REFERÊNCIAS	180

1 INTRODUÇÃO

Esta Dissertação se insere na linha de pesquisa em “Educação, História e Formação de Professores” do Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino, circunscrito à área de concentração: Formação Docente Interdisciplinar, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Paranavaí.

A pesquisa realiza um estudo com o objetivo de investigar as produções sobre a história da infância na pós-graduação em História, no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017. O estudo se fez com o uso de fontes bibliográficas e documentais, e uma análise sustentada na interpretação das mudanças nas estruturas sociais, que forneceram subsídio para a compreensão das transformações históricas, socioeconômicas e políticas dos séculos XX e XXI.

A coleta de informações teve como fonte o Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do qual foram selecionados e recolhidos os materiais para a interpretação e análise. Nesse site encontram-se expostos para *download* todos os trabalhos realizados em nível de dissertação e teses publicados no Brasil a partir do ano de 2013, quando se constituiu o cadastro do registro das produções da pós-graduação *stricto sensu* na plataforma Sucupira. No entanto, as produções precedentes ao ano de 2013 não se encontram disponíveis para acesso direto na referida plataforma. Porém, existem informações com indicação dos trabalhos anteriores, que foram realizados em programas de pós-graduação *stricto sensu* no país. Em função disso, foi possível investigar um acervo considerável de Dissertações e Teses.

A pesquisa possui caráter quanti-qualitativo, procura identificar quais foram os aportes teórico-metodológicos utilizados para se fazer pesquisa sobre a infância na pós-graduação em História no Brasil, no período circunscrito. Oportuniza, também, a possibilidade de detectar e de classificar os temas mais discutidos nos trabalhos que versam sobre a infância ou a história da infância.

A relevância do estudo se justifica por promover um levantamento de fontes e, por consequência, pela análise que desenvolveu acerca da produção acadêmica mapeada e apresentada. Vale destacar que é um trabalho de investigação sobre um tema pouco usual na área da História, cujo intuito é expor em que condições se desenvolveram as pesquisas sobre a história da infância e quais os recortes temáticos que moveram essas discussões.

Não por acaso, damos início aos estudos na seção 2 partindo da análise de duas linhas de investigação, a saber: **o aparecimento da infância enquanto desenvolvimento histórico e o aparecimento da infância no fazer historiográfico, a infância enquanto objeto de estudos.**

Nada obstante, perquirimos por tais análises a fim de compreendermos, a partir do contexto histórico do século XX, quais foram os desdobramentos que resultaram nas produções sobre a história da infância na pós-graduação em História. Pois, nesse século, o campo de estudos dessa área passou por profundas modificações e por transformações nos modos de se pensar e de se escrever a História.

Realizamos a investigação sobre o aparecimento histórico da infância por meio da análise desenvolvida pelo historiador francês Philippe Ariès, que foi pioneiro nos estudos acerca da infância ao publicar o livro intitulado “*História Social da Criança e da Família*”. Nessa obra o autor buscou a compreensão de como se deu a percepção social da infância nas sociedades ocidentais, por intermédio do processo histórico que, segundo ele, teria se originado ainda durante o século XII e se findado no século XVII. Esse processo culminou naquilo que Ariès denominou de “*aparecimento da infância*”.

Ariès (1981) usou como aporte a História das Mentalidades. Seus estudos foram realizados por meio de análises de longa duração, nas quais ele observou as iconografias do período medieval até a transição para a Idade Moderna, promovendo uma explicação lógica sobre a maneira como os homens, nesse período, foram desenvolvendo uma certa afeição pelas crianças.

A despeito do processo histórico investigado por Ariès, retomamos outra problemática para análise neste estudo, qual seja: o aparecimento da infância no fazer historiográfico (a infância como objeto de investigação pelos historiadores). Isto só se deu após o desenvolvimento de uma Escola de pensamento histórico na França, denominada de *École de Annales*, fundada na década de 1930.

Essa Escola acompanhou os movimentos e as transformações ocorridas na sociedade, adequando-se conforme a necessidade de cada período. Por consequência dessa característica, pode-se observar que ela passou por reorganizações internas que foram descritas por Burke (1991) como gerações.

Os *Annales* tiveram alguns desdobramentos ao longo do século XX, de início existiram gerações de historiadores que orientaram as matrizes teóricas, temáticas e

metodológicas de cada geração que a constituiu, cuidando para que não se perdesse o foco original dos seus fundadores. Contudo, as reorganizações ocorridas no seu interior, não suscitaram o mesmo entendimento para a maioria dos historiadores do período.

François Dosse (1992) interpreta que houve uma ruptura entre o final da segunda geração da Escola, quando se seguiu uma nova organização denominada de Nova História, ele entende que, nessa nova organização dos *Annales*, ocorreu uma fragmentação na maneira de se fazer história, a qual ele denominou de História em Migalhas.

Dosse (1992) compreende que a Nova História diluiu a História nas Ciências Sociais, situação que ocasionou uma ruptura; pois não existe em seu entendimento uma terceira ou quarta geração de historiadores dos *Annales*. Nada obstante, foi no cerne dessa profunda discussão sobre as continuidades e descontinuidades, acerca da historiografia do programa dos *Annales*, que vimos no fazer historiográfico desse período o começo dos estudos sobre a história da infância no século XX.

Em consequência desse pioneirismo, logo após observamos que outras Escolas de pensamento histórico também contribuíram para o desenvolvimento das discussões a respeito da história da infância ao longo do século XX. Vale destacar aqui que existem contribuições advindas da *New Left*.

Na continuidade desta dissertação, realiza-se na subseção 2.1 uma contextualização histórica do século XX, a fim de compreendermos como em um século com a primeira parte extremamente belicosa e segunda metade tão direcionada para as discussões diplomáticas, foram capazes de constituir os territórios de domínio para a formação de concepções teóricas, Escolas de pensamento histórico e paradigmas de ciência.

Toda essa conjuntura de discussões se reflete durante a segunda metade do século XX no Brasil que, nesse período, buscava organizar as bases de sua pós-graduação. Nesse sentido, elabora-se uma contribuição acerca da constituição histórica da construção da pós-graduação no Brasil, fato que possibilitou mais tarde a compreensão da produção sobre a história da infância na pós-graduação em História.

Na subseção 2.2, encontra-se uma investigação do contexto dos programas de pós-graduação pelo Brasil, analisando os antecedentes históricos da conjuntura

socioeconômica e política do período, que contribuíram para o processo de transformação social que resultou em um avanço das pesquisas na pós-graduação.

Para que fosse possível compreender estas circunstâncias, assim como as próprias características do sistema de pós-graduação, recorreremos à análise de documentos que definem as bases legais de funcionamento da pós-graduação no país e que, da mesma forma, acabam por dirimir as dúvidas acerca do conceito e da estrutura de funcionamento da pós-graduação no país, assim como o faz o parecer nº 977/1965.

A partir da compreensão de como se dá o funcionamento do sistema de pós-graduação, observamos como ele se constituiu por meio de expansões quantitativas e qualitativas ao longo do território nacional. Assim, pudemos verificar as funções que a pós-graduação exerceu para o sólido desenvolvimento de um país, a partir do impacto de sua produção, buscando formar professores competentes para o exercício docente no Ensino Superior, a partir da nacionalização da pós-graduação, após um *boom* em sua disseminação, difundida a partir da década de 1970.

Vimos também que, além de promover a formação de professores, é função da pós-graduação, de acordo com sua legislação, promover a formação de profissionais críticos que possam intervir na sociedade de modo ativo. O profissional pós-graduado é aquele que tem capacidade para apreender o conhecimento científico, e colocá-lo em prática, de modo a imprimir uma ação substancial na sociedade.

Com isso, atentamos para o fato de que, a organização e a expansão da pós-graduação pelo país possibilitou que novos objetos de estudos e de investigações da realidade brasileira se tornassem foco de novos olhares e das atenções dos pesquisadores.

A partir dessa nova visão, inferimos que um dos objetos da realidade brasileira, para o qual os olhares se voltaram, foi a infância. Percebemos que as pesquisas sobre a história da infância ou infância cresceram na pós-graduação após a década de 1980. Barros (2012) aponta que um dos fatores que contribuíram para isso foi a boa recepção dos estudos franceses dos *Annales* (Nova História) no Brasil na década de 1980. As produções da infância ou da história da infância cresceram sob os mais diversos enfoques e perspectivas teóricas no período.

A seção 3 desta dissertação realiza uma análise sobre a produção da história da infância na pós-graduação em História no Brasil, entre os anos de 2007 e 2017.

Nesse sentido, mergulhamos na discussão a respeito das dificuldades de se desenvolver pesquisas sobre história da infância na pós-graduação em História no Brasil.

Nessa seção, examinamos as questões que dificultam, em certa medida, as produções sobre a história da infância na pós-graduação. Vimos a inexistência de programas específicos voltados para os estudos sobre a infância nos programas de História, assim como a ausência de linhas de pesquisas que investiguem o tema, e até mesmo que se disponham a aceitar projetos de pesquisas nesse segmento (MORELLI, 2016).

Dessa forma, constatamos que as produções sobre o tema dependem de iniciativa de alguns docentes aceitarem orientar discussões sobre a história da infância que, muitas vezes, está fora de sua área de aperfeiçoamento. No entanto, percebemos que as discussões sobre as infâncias, ainda se concentram com bastante ênfase em poucos programas de pós-graduação em História pelo país.

Percebemos que, mesmo que os debates sobre a infância não sejam algo tão recente, pois existem desde a década de 1970, ainda há pouco espaço para eles na pós-graduação em História. Em função disso, notamos que muitos pesquisadores migram para algumas áreas vizinhas com o propósito de desenvolver os estudos sobre história da infância, produzindo assim dissertações e teses com uma característica interdisciplinar.

Porém, mesmo com dificuldade de inserção do tema na pós-graduação em História, percebemos que as discussões buscam consolidar-se nesse meio. Mas, para isso, existe um longo caminho a ser percorrido no que concerne ao levantamento de fontes específicas sobre o tema, assim como são necessárias mais pesquisas, mais trabalhos e mais investimentos.

Na esteira dessa tentativa, na subseção 3.1, fizemos um levantamento no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, tendo como fonte de materiais para a nossa investigação, a partir da qual foi possível conhecer o total de estudos que discutiram sobre a infância no Brasil de 2007 à 2017 na pós-graduação em História. Nessa subseção, apresentamos o levantamento total de 112 trabalhos indicados pela ferramenta de buscas, que investigam o tema ou se aproximaram do termo infância, e expusemos primeiro no quadro 1 a quantidade de trabalhos dividindo-os entre os níveis de Mestrado e de Doutorado. Logo após, temos dois quadros, onde o

quadro 2 expõe todas as 83 produções em nível de Mestrado e o quadro 3 todas as 29 produções em nível de Doutorado.

Após um exame atento de todos os resumos coletados, selecionamos 21 trabalhos produzidos na pós-graduação em História. Salientamos, também, o quadro 4, onde constam as Universidades nas quais se desenvolveram as pesquisas, encontrando as possíveis Universidades onde existem concentração de pesquisas sobre o assunto, no Brasil.

A partir da seleção dos 21 trabalhos, na subseção 3.2 desta dissertação, analisamos seus resumos com a intenção de identificar quais foram as concepções teóricas adotadas pelos autores, bem como quais foram os temas por eles abordados em seus trabalhos.

Os estudos desses autores nos demonstram que, apesar das dificuldades que cercam os historiadores, é possível desenvolver trabalhos sobre o tema na pós-graduação em História. No entanto, essa ação exige um grande esforço e capacidade teórica dos pesquisadores, pois observamos, conforme descrito no quadro 7 desta pesquisa, que os trabalhos se efetivaram por meio de diversos referenciais teóricos.

Já na seção 4 deste trabalho é quando elaboramos a análise propriamente dita do nosso estudo, pois revisitamos a produção sobre a história da infância, analisada na seção 3.2. Para tanto, na subseção 4.1 apreciamos o contexto histórico da década de 1990, quando as discussões sobre a infância no Brasil se intensificaram em conformidade com um avanço contínuo da pós-graduação nesse período.

Observamos que as discussões que norteiam a infância conectam-se, sobretudo, com questões legais muito recorrentes, devido à instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, que aconteceu no ano de 1990. O Estatuto representa o atendimento das demandas dos movimentos sociais e internacionais em prol da aquisição dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo assegurados por intermédio de garantias nas leis.

Os discursos legais norteiam a década de 1990 e o início dos anos 2000, mas, ainda assim, não podemos deixar de notar que as discussões acerca da lei, no período, superam as concepções precedentes cunhadas pelo Código de Menores de 1979, mas que, ao mesmo tempo, o movimento de superação jurídica da época, não se concretizou ainda em práticas sociais. Essa afirmação é feita por Miranda (2018)

quando explica que, ainda subsiste nas mentalidades as antigas práticas advindas da concepção jurídica anterior, que deveriam ser superadas com a implantação do Estatuto.

Na subseção 4.2 desse trabalho levantamos quais são os temas mais recorrentes nos 21 resumos de Dissertações e Teses por nós analisados, concedendo-nos a percepção de quais infâncias são investigadas na pós-graduação em História. Discutimos, também, quais as possibilidades e futuros que as investigações sobre a história da infância possuem neste campo de estudos, apontando possíveis caminhos.

Com isso, esperamos contribuir para a compreensão de parte de um processo de transformações sociais, que impactaram no desenvolvimento das discussões sobre a história da infância na pós-graduação em História. Entendemos que este trabalho não esgota todas as possibilidades de compreensão do período estudado. Todavia, poderá abrir novas possibilidades para pesquisadores seguirem no mesmo caminho, demonstrando aos historiadores que a História é um campo de estudos profícuo para as investigações sobre a história da infância.

2 REFORMULAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PARA A COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO SOBRE A INFÂNCIA

Realizamos nesta seção uma contextualização dos fatos sobre o aparecimento histórico da infância, e sobre o surgimento da infância nos estudos históricos, utilizando os referenciais clássicos, sobretudo dentro de um ambiente de transformações na forma de organização da vida material humana.

O objetivo é compreender como o cenário histórico do século XX contribuiu para o surgimento e o desenvolvimento das produções sobre a história da infância no campo de estudos da História. Campo esse que passou por profundas transformações durante esse século.

Desse modo, salientamos que existem aqui dois marcos em questão: **o aparecimento da infância dentro do fazer historiográfico, enquanto objeto de investigação, e o aparecimento da infância enquanto desenvolvimento histórico** (o conceito de infância). Pois, apesar da existência das crianças, suas diferenças em relação aos adultos permaneceram, por muito tempo, ocultas aos olhos da sociedade medieval.

Em um segundo momento, observamos como a terceira geração dos *Annales* interpretou a temática da história da infância. Não por acaso, o estudo pioneiro sobre o tema, no cerne da Nova História, advém do historiador francês Philippe Ariès (1914-1984)¹. Estudamos sua obra inaugural intitulada *História Social da Criança e da Família*, publicada pela primeira vez no ano de 1960, na qual observamos como o autor lançou o seu olhar de historiador sobre esse tema e como ele expõe sua interpretação acerca do aparecimento histórico da infância, oferecendo novas metodologias de análise histórica.

¹ Philippe Ariès: Historiador francês, nascido em 1914 e falecido em 1984, compôs a Terceira geração da *École de Annales* (Nova História), onde desenvolveu os primeiros estudos dentro da área da História sobre a História da Infância e sobre a História da Morte, na perspectiva teórica da História das Mentalidades. É lembrado por não ter sido um historiador convencional, pois exerceu a função longe do ambiente acadêmico, rompendo com a tradição dos historiadores acadêmicos. Foi também Diretor do serviço de documentação de um instituto de assistência técnica voltado ao atendimento de países em desenvolvimento, direcionado para orientação sobre o manejo e o cultivo de frutas tropicais. Recomendamos, também, as seguintes obras: ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981. BURKE, Peter. *A Terceira Geração*. In: _____. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Edunesp, 1991.

Conforme escreve Ariès;

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÈS, 1981, p. 50).

A partir dessa ideia é possível avaliarmos que, naquele período, o olhar da sociedade para a criança era ainda muito semelhante ao olhar designado para um adulto. Não existia, portanto, uma clara distinção entre adultos e crianças, o que prevalecia em vários aspectos da vida social. Na arte se encontrava, conforme dito anteriormente, ausência de representação da infância, uma falta que era indicativo da inexistência das percepções dos adultos em relação às particularidades que compunham a criança (ARIÈS, 1981).

É importante salientarmos uma diferenciação que se faz necessária aqui, uma sucinta definição da distinção entre os conceitos de criança e de infância. Devido ao corrente uso de ambas as expressões, que são e ainda serão bastante mencionadas neste estudo, observamos as palavras de Marcos Cezar de Freitas e Moysés Kulmann Júnior, acerca desta distinção conceitual,

Podemos compreender a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade (FREITAS; KUHLMANN JÚNIOR, 2002, p. 7)

Mediante estas distinções e esclarecimentos, é possível observar que o foco sobre o que é infância sempre partiu da perspectiva dos adultos, de como os homens do período observavam e interpretavam a criança ao longo do tempo, nesta determinada fase de sua vida.

Por este motivo, adotamos para esse trabalho o corrente uso da categoria infância, pois desenvolvemos aqui um estudo com base no conceito supracitado por Freitas e Kuhlman Júnior (2002), investigando a perspectiva de como os adultos e a sociedade lidam com essa fase inicial da vida da criança, ao longo do tempo histórico.

Por conseguinte, a criança sempre existiu, independente do período ou do lugar em que estivesse na história. Na verdade, o que se alterou foi a maneira de se observar esta personagem, de tratá-la, de educá-la, de criá-la, de reconhecê-la e, sobretudo, de identificá-la em meio aos grupos sociais compostos por seres humanos. Todas essas alterações ocorreram sempre em períodos de transformações socioeconômicas, ao longo da história.

A partir disso, constatamos que não é possível compreender a criança fora de uma determinada conjuntura socioeconômica e política na qual ela está inserida. Mas a criança, ao longo da história, sempre foi citada, observada e atrelada aos discursos sobre família ou educação, como podemos observar na obra do filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), escrita ainda no século XVI, e de outros pensadores da Idade Moderna que fizeram essas conexões associando as crianças à família, à educação e, posteriormente, à escola.

O período histórico, acima mencionado, marca o início da Idade Moderna, quando ocorrem alterações sociais no modo de produção da vida material humana na sociedade ocidental. Essas modificações no modo de se produzir a vida material acabaram por trazer uma nova forma de entendimento social, racional e direcionado para a compreensão coletiva que visa a um aprofundamento das especializações nas relações de produção.

Dessa forma, a transição da Idade Média para a Idade Moderna, muito além de uma mudança na denominação da nomenclatura histórica do período, trouxe, também, a mudança no modo de produção passando gradualmente da sociedade do Feudalismo para o Capitalismo.

Por conseguinte, toda a forma de organização da sociedade, nesse contexto, altera-se, de tal forma que novas necessidades acabam emergindo, como a precisão por se nominar e explicar, de uma forma mais clara e racional, as ações humanas. Empregam-se nomes e identidade a tudo que no período precedente não possuía uma clara noção ou identidade, agindo na intenção de trazer clareza e lucidez onde antes havia incompreensão. Essa nova racionalidade, que emergiu durante a Idade Moderna, insere-se com propriedade na nova lógica de produção material e nas relações sociais do período.

A partir disso formaram-se novas classes nesse período, assim como a burguesia, por exemplo, e, mais tarde, a partir do processo de industrialização inglês, surgiu o proletariado. Essa classe nasceu das contradições existentes entre

proprietários e trabalhadores no novo modo de produção capitalista. Ela é resultante do processo de produção material, e da exploração da força de trabalho dos proletários pelos capitalistas na sociedade burguesa.

Ainda que estivesse visível na totalidade social que o capitalismo requer um antagonismo de classes, que envolve as relações de dominação e de exploração, a burguesia fixou-se como nova classe social dominante. Esse é o resultado do modo de produção capitalista, que além de alavancar essa classe social dominante, contribuiu para a ascensão de novos segmentos.

As alterações no modo de produção trouxeram uma modificação paradigmática nas formas de organização social. Em função disso, as estruturas sociais do período como a ciência, a religião, a lei e a educação começaram a se alterar, muito embora esse processo tenha ocorrido de modo lento e gradual na Modernidade.

Assim, novas preocupações e novas necessidades de identificação surgiram nesse período, pois várias áreas se aprofundaram no processo de especialização e de racionalização de sua produção durante a Idade Moderna. Todavia, em meio a esse contexto, a infância foi um dos substratos sociais que despertou não só o interesse, mas também a preocupação dos homens do período, devido às particularidades que emanavam das crianças nesse novo cenário de mudanças.

É em meio a esse contexto de transformações sociais, ocorridas durante a modernidade, que observamos o aparecimento histórico da infância durante o século XVII. A criança, nesse contexto, passou a ser notada, seja por sua presença, ou mesmo pela preocupação que despertava nos pensadores e nos filósofos que discutiam a educação e o ensino em meados dos séculos XVI e XVII.

Desse modo, percebemos que a partir dessas percepções uma determinada estrutura comercial, econômica, educacional e jurídica específica começou a se organizar para atender às crianças – infância. Embora se tratasse de um mundo de necessidades divergentes às do mundo dos adultos, essa estrutura dirigida à infância, ao mesmo tempo, começava a ser socialmente constituída.

Essa nova dinâmica social demanda uma dependência direta do mundo dos adultos, que converte, com grande esforço, a construção e o atendimento das necessidades infantis, ou seja, de suas particularidades. A infância não poderia dispor de um mundo igual ao dos adultos, seja por suas roupas, hábitos,

alimentação, códigos jurídicos, a educação e o ensino, que possuem características distintas.

A Infância nesse contexto desperta, de forma gradativa, a atenção de pensadores, filósofos e educadores do período, pois estavam dadas várias novas problemáticas, como por exemplo, como educar as crianças para essa nova sociedade do comércio. Não se trata mais de uma sociedade feudal, na qual as relações de suserania e vassalagem predominavam, e sim de uma época voltada às relações comerciais em uma sociedade pautada no indivíduo, no homem de negócios.

As relações sociais e pessoais começaram a apresentar novas perspectivas durante a Idade Moderna, quando ocorreu um ímpeto demográfico ocasionado pelo êxodo rural. Este, por sua vez, ocorreu devido à diversas circunstâncias, como: a peste negra, a ruína do sistema feudal, as insuficiências do cumprimento do contrato feudo-vassálico, por muitos senhores feudais, fato que destituiu o vínculo de muitos vassalos com seu feudo. Assim sendo, era preciso garantir a subsistência material e essa necessidade trouxe a possibilidade da migração para as cidades, onde havia a incipiente formação de um comércio associado à monetarização nas cidades (LE GOFF, 1989).

Não obstante, o panorama de um modo de vida na cidade é diferente do modo de se viver e de se relacionar no campo. Com esse aumento demográfico nas cidades, havia um novo cenário, onde as formas de relacionar-se em sociedade mudavam constantemente.

É nesse cenário, que vimos despertar a atenção de filósofos como Montaigne que, concomitante ao processo demográfico, passou a indagar acerca de como deveriam se ensinar às crianças nessa nova conjuntura. Esse filósofo francês mostrou a necessidade de uma nova noção sobre o que se ensinar às crianças expressa em seus *Ensaíos*².

Por consequência, as crianças, por sua vez, não poderiam mais continuar a ser ensinadas do mesmo modo que eram anteriormente. Conforme escreveu Phillippe Ariès (1981), ao abordar a História da Educação no final do período medieval, a educação era exercida em sua maioria pela Igreja Católica Apostólica Romana, misturava, em meio a esse processo, adultos e crianças.

² MONTAIGNE, M de. **Ensaíos**. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

Esse fato era de certo irrelevante para os preceitos da época medieval, mas em detrimento da nova conjuntura, e mediante um novo modo de se produzir a vida material em sociedade, acabou por não atender mais às exigências, aos princípios e aos moldes que compunham as estruturas da sociedade moderna.

As preocupações oriundas dessa nova época também surgiram em decorrência da mudança na estrutura familiar. A família medieval contemplava todo seu universo ancestral, almejando preservar o seu legado, transmitindo, desse modo, uma concepção familiar para as futuras gerações.

Entretanto, esse modelo de família medieval não possuía mais espaço nas formas de concepção do novo entendimento moderno. A concepção predominante era o individual e o impessoal. Nessa concepção, a família não representa mais toda a ancestralidade e sua pretensa continuidade, mas sim algo particular e privado, ligado aos pais com seus filhos, fornecendo, assim, as bases para a formação da família nuclear burguesa.

A própria formação desse novo modelo de família representa uma variante, um modo de especialização e de aperfeiçoamento que permeia a modernidade. Como diz Ariès (1981) é na modernidade que começou a exigir-se certo grau de racionalidade explicativa embasado por um processo de identificação: o que era abstrato passava, a partir de então, a ser, de fato, identificado.

Marx e Engels, na esteira de uma investigação histórica e sociológica, abordam em *O Kapital (1867)*, justamente o processo de mudanças do modo de produção material ocorrido em sociedade. Eles explicam como a especialização e a racionalização foram instituídas na produção social por meio da divisão social do trabalho e como a racionalização nas forças produtivas atingiu um profundo grau de individualização. Por consequência dessas mudanças, as pessoas, em determinado instante, perderam a noção do todo ao se vincularem na execução de uma função mínima no processo produtivo. A individualização, portanto,

[...], tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos (MARX, 2008, p. 393).

A racionalização descrita por Marx e Engels pressupõe a explicação do método de organização para produzir-se em grande escala. A partir de uma conjunção de esforços mútuos, os homens desempenham esse esforço social que fragmenta a produção total e os insere, apenas, em uma mínima parte do todo que compõe o modo de produção capitalista em formação durante a Idade Moderna.

Com essas novas concepções norteadoras da produção material, para a vida em sociedade por intermédio do trabalho, vimos que as infâncias estão presentes em meio a todo esse processo, seja na classe burguesa ou na classe operária.

Em ambas as classes, as infâncias são percebidas dentro dessa condição de estratificação social de classe. Ao serem notadas, observamos suas especificidades e que o mercado nesse período, passa por um movimento gradual de diversas formas a incorporar também o atendimento das particularidades infantis presentes em ambas as classes sociais.

Vimos surgir uma nova demanda de mercado consumidor que começa a ser suprida aos poucos pelo comércio, dando forma a um nicho que virá a atender as infâncias na sociedade contemporânea.

A formação dessas condições societárias, assim como desse mercado, ocorrem quando se percebem nas crianças suas especificidades, e a sociedade responderá de modo diferente às crianças burguesas e às crianças proletárias.

Por situarem-se em substratos sociais distintos e antagônicos, as crianças possuirão produtos, condições e até mesmo códigos de leis com concepções e entendimentos distintos. Como exemplo mais contemporâneo, podemos citar que até meados da década de 1980 no Brasil, para cada grupo de crianças, que pertenciam a uma determinada camada social, prevaleciam interpretações distintas de infância nos códigos de leis. Essas questões serão discutidas mais a frente neste trabalho.

Os antagonismos supracitados, tornar-se-ão ainda mais visíveis à medida que o sistema capitalista se desenvolve e se aperfeiçoa nas sociedades contemporâneas, imprimindo, assim, ainda mais distinções nas camadas sociais existentes, sobretudo no que diz respeito às crianças.

Do mesmo modo, essas condições ainda se seguem na sociedade contemporânea. Criam-se todo um comércio destinado à criança, como a literatura

infantil, programas televisivos para o entretenimento e assessoramento da formação desses sujeitos para a sociedade capitalista.

É possível perceber, portanto, que a infância surgiu e coexistiu junto ao novo modo de produção, conforme dito anteriormente, ganhando maior dimensão e notoriedade na Idade Moderna que direcionou mais visibilidade para a criança, devido às condições sociais geradas pela mudança no modo de produzir e pela própria formação familiar.

Do mesmo modo, a justiça e os sistemas jurídicos em geral tiveram, em grande medida, que lidar com essa nova questão, tanto que, durante o século XVII, conforme registra Ariès (1981), um dos sentimentos de infância surgido no período está relacionado aos homens da lei, que manifestavam a necessidade de formar legislações adequadas que abarcassem as crianças.

Esta tese sobre o sentimento de infância, estudada e analisada por Ariès (1981), surgiu de sua observação histórica do comportamento social, pois em determinado momento, devido ao êxodo rural e ao crescente aumento demográfico das cidades, inevitavelmente, o número de nascimentos aumentou e, em consequência disso, o número de crianças vivas também sofreu um relativo aumento.

Com um maior aditamento das crianças que nasciam e que conseguiam chegar até a adolescência, deu-se um novo cenário durante o século XVII. Não se podia mais ignorar as crianças neste século como se fazia anteriormente no século XVI (ARIÈS, 1981).

Parte disso tem início com a preocupação de moralistas, clérigos e homens das leis que se sensibilizaram com a eminência desse fenômeno, e se preocupavam com a preservação e com a disciplina que deveriam ser transmitidas a essas crianças, conforme assinala Ariès;

Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS, 1981, p. 163-164)

Essa forma de pensar acabou sendo incorporada pela família nuclear ocidental, ocasião na qual a criança passou a assumir um papel importante na

unidade familiar. Elas tornaram-se protagonistas do carinho e das atenções familiares, à medida que;

Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família (ARIÈS, 1981, p. 164).

Desse modo, Ariès nos chama a atenção para a profundidade e a permanência do aspecto mental inserido dentro do social, pois um comportamento antes restrito somente às pessoas pertencentes aos setores institucionais da sociedade, conforme citado, se internalizaram no cotidiano das famílias nucleares. Com isso, a preocupação de cuidar das crianças, seja na sua formação física e moral, torna-se uma noção gregária a partir do século XVII.

Do ponto de vista metodológico, Ariès retrocede temporalmente para compreender o contexto das relações de seu próprio período. Afinal, ao seguir pela linha investigativa das mentalidades, observamos um grande mar de subjetividades interpretativas possíveis no ato de historiar. O mesmo explica o seguinte;

Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos príncipes do século XVI, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos (ARIÈS, 1995, p. 154).

Porém, as mentalidades são precedidas pela concepção de permanência, ou seja, uma determinada forma de pensar e compreender o mundo a sua volta, pois o mundo não seria algo móvel ou fluído nesta concepção, seria na verdade, algo permanente, difícil de ser movido ou alterado com rapidez (ARIÈS, 1995).

Essa mudança de mentalidade ocorrida na sociedade do século XVII, ocorreu a partir de um grupo pertencente à classe dominante: os homens da lei. Observamos que esse comportamento foi inserido e disseminado a partir de classes sociais que emanavam certo poder dentro dessa sociedade. Ou seja, a mentalidade partiu do grupo dominante estendendo-se às demais camadas da sociedade.

A infância no Ocidente tornou-se uma categoria importante para os homens que, por meio desses novos sujeitos infantis, vislumbram garantir a manutenção da sociedade tal como ela está. Ou seja, torna-se necessário preservar a infância, para dar continuidade ao modelo de produção que requer sujeitos que possam explorar.

É importante destacar que a criança nunca é compreendida como um personagem isolado, fora de um contexto social, familiar ou escolar, estando presente nas análises de conjuntura material, sempre vinculada a uma dessas instâncias, educacional ou familiar. Nessa perspectiva, o olhar da sociedade para este sujeito se modifica de acordo com o tempo e com o espaço, tornando-se muito distinto das sociedades antigas que não possuíam os mesmos cuidados devido a sua maneira de compreender a criança.

Na percepção de Ariès (1981) as sociedades antigas e medievais possuíam uma leitura muito restrita da sua própria época, pois a criança, logo ao adquirir a capacidade de falar e, principalmente de andar sozinha, era prontamente inserida no mundo dos adultos. Tal fato pode ser observado como um costume predominante em grande parte das culturas que compõem as sociedades ocidentais. O que não se traduz como a totalidade dos hábitos sociais descrita por Ariès (1981), pois a criança investigada por Ariès é a criança burguesa, e quando dito que a criança ao adquirir controle de determinadas habilidades motoras era, logo de início, inserida no mundo adulto, devia-se ao fato de que as referidas idades da vida³ tratadas pelo autor, não eram algo claro e bem definido. Em sua visão, existiam discrepâncias acerca dos limítrofes que separavam as idades da vida, presentes no universo mental do

³ Idades da Vida: Forma pela qual, os homens interpretavam os estágios, períodos ou fases da vida que os seres humanos atravessam ao longo de sua existência biológica. A definição sobre as idades da vida são variáveis, de acordo com o período histórico estudado, pois conforme afirma Ariès; durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna, existiam algumas formas de interpretar-se as idades da vida, que vinha desde concepções ainda medievais, alcançando formatações e entendimentos modernos. São exemplos dessa interpretação os seguintes entendimentos: as idades da vida possuíam uma concepção astronômica, estando associadas ao número de planetas do sistema solar possuindo nesse entendimento sete etapas; outra forma de interpretar as idades da vida era a concepção astrológica (zodiacal), na qual se compreendia que a vida era composta por doze estágios pelos quais o homem transcorreria ao longo de sua existência; as idades da vida eram também compreendidas em associação com o meio social, sendo essas idades representadas pela interação do ser humano com o meio, passando da idade dos brinquedos, da escola, do amor, da guerra e da cavalaria até as idades sedentárias, essa noção de cinco estágios que compõe a vida se tornou proeminente, “mas foi sobretudo no século XIV que essa iconografia fixou seus traços essenciais, que permaneceram quase inalterados até o século XVIII, [...]” (ARIÈS, 1981. p. 39). Para tanto, ainda sugerimos a leitura do subcapítulo para maior aprofundamento da seguinte obra: ARIÈS, Philippe. As Idades da Vida. In: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. cap. 1.1, p. 29-49.

homem durante a baixa Idade Média e no início da Idade Moderna. Assim, após sair da fase infantil entrava-se diretamente para a idade adulta.

Essa é uma forma de concepção identificada como um processo natural nas sociedades antiga e medieval. Porém, Ariès (1981) explica que, em determinado momento do medievo, deu-se início a um processo lento e gradual de transformações nas bases mentais⁴ da sociedade ocidental, no âmbito dos costumes e das tradições, que foram se modificando a ponto de começar a identificar nas crianças pequenas particularidades e diferenças para com os adultos.

Em consequência do recorte temporal executado por Philippe Ariès (1981), que remonta ao século XIII até o século XVII, temos necessariamente um período de transição, momento no qual decorrem modificações no interior das estruturas sociais, por meio das mudanças no modo de produção material da vida social, além das alterações no campo das mentalidades. Os seres humanos passam a se perceberem de outras maneiras.

Não obstante, é possível perceber que dentro desse período histórico, cuidadosamente delimitado, o autor discorre a sua narrativa de modo a expor como o adulto vai, gradualmente, transformando o seu olhar sobre a criança, de modo a identificar essa etapa da sua vida como um momento composto por especificidades e particularidades muito próprias.

Philippe Ariès (1981) prossegue em sua análise, afim de demonstrar o desenvolvimento do processo de formação de uma mentalidade social que adquiriu as percepções das particularidades desse sujeito infantil. Conforme mencionado anteriormente, era possível notar a falta de percepção do homem medieval em relação à infância; mesmo na arte, não se retratava a morfologia infantil, retratava-se uma miniatura de homem, um homenzinho como sendo uma criança. Essa atitude evidencia a inexistência da presença dessa percepção social no período histórico supracitado.

Mas, desde as iconografias do século XII que não retratavam a morfologia infantil, notamos que esse panorama começa a mudar durante o século XIII quando,

⁴ Bases Mentais: O conceito surge a partir das análises desenvolvidas pelos *Annales*, quando se passa a investigar a história na perspectiva da longa duração, e as bases mentais da sociedade. Neste sentido, correspondem ao mesmo que investigar como se dava a vida do cotidiano e a organização social e psicológica dessa sociedade que, de acordo com historiadores dos *Annales*, seria a compreensão de como a sociedade do período se estruturava na vida diária. CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 16ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

dentro da arte sacra, a criança passa a ser representada. “Por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno” (ARIÈS, 1981, p. 52)

Temas dentro da iconografia como o anjo, o menino Jesus, a criança nua, são modos de representação da infância que vão surgindo e se desenvolvendo. No entanto, cabe destacar que as representações de anjo e menino Jesus estão atreladas às artes sacras, enquanto a criança nua possui um direcionamento para a representação dentro da arte gótica (ARIÈS, 1981).

Essas representações surgidas no século XIII podem não significar para muitos uma drástica alteração no modo de percepção. Mas, para Ariès (1981) possui um grande significado, pois marca o início das representações sobre o tema no campo da arte. É a gênese de um momento que inaugura uma percepção, mesmo que ainda muito tênue da infância e que demonstra a importância do surgimento dessas representações, pois:

Enquanto a origem dos temas do anjo, das infâncias santas e de suas posteriores evoluções iconográficas remontava ao século XIII, no século XV surgiram dois tipos novos de representação da infância: o retrato e o *putto*. A criança, como vimos, não estava ausente da Idade Média, ao menos a partir do século XIII, mas nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento de sua vida (ARIÈS, 1981, p. 56)

A partir dessa reflexão, podemos dizer que essas percepções advindas das artes vão se aperfeiçoando no suscitado tempo e espaço, adquirindo relevante importância, pois Philippe Ariès não se incumbiu apenas de fazer a História da Infância, dedicou-se, também, à História da Morte⁵. E dentro dessa outra temática, ele também analisou “O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou portanto um momento muito importante na história dos sentimentos” (ARIÈS, 1981, p. 58).

Mas esse surgimento ocorreu devido à formação de um insipiente sentimento de infância que se constituía naquele período. O fato de se tentar registrar a presença da criança morta em um retrato simboliza o querer preservar a memória de uma criança que se foi, noção que coexiste à ideia de *descarte*, registrada por Ariès

⁵ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

(1981), quando se faziam muitas crianças, pois sabia-se que poucas restariam vivas para desfrutar da vida adulta (ARIÈS, 1981).

Esse momento representado entre os séculos XIII e XVII marca, sem dúvida, um período de transformação nos modos de perceber a infância. No século XIII, dá-se o início da representação na arte sacra do que se entendia ser a infância. No século XVI, existia a vontade de preservar a memória da infância, por meio da representação da criança morta em retratos de família.

Coaduna-se com essa reflexão, podemos assim dizer, a própria transformação das estruturas de produção material da vida humana que ocorreram no limiar desse período.

Jacques Le Goff (1989) em seu livro *A Bolsa e a Vida* expõe que o fim do sistema feudal trouxe uma nova realidade para a economia da sociedade ocidental, pois elevou uma transformação social de grande impacto, fosse pelo fato da total alteração nos meios de se produzir a vida material ocorrida naquele instante, fosse pela formação de uma nova concepção de mundo ascendente que vigorará nesse contexto a partir de então.

Marcava, sobretudo, o fim de uma sociedade embasada nas relações de suserania e vassalagem, outorgada por meio de um contrato oral, sucedida por uma sociedade fundada nas relações econômicas, nas trocas e regida pelo mercado.

A crise do feudalismo trouxe à tona um novo modelo de sociedade, no qual o tempo do relógio e a exatidão moderna assumiriam para si todas as instâncias da vida moderna, onde cada segundo é equivalente a muitas ações econômicas e políticas. O fim do feudalismo trouxe o nascimento de uma nova visão e um novo funcionamento de mundo, assim como articulou novas formas de organizar a sociedade.

É exatamente nesse momento de alteração das bases de produção e de organização da vida material humana, que a infância passa a ser representada com mais ímpeto e, sobretudo, com maior precisão e foco. O instante de transição coincide com o aumento da significativa importância angariada pela infância como visto por Ariès (1981).

Esse momento no século XVI, também foi percebido por Montaigne em sua época, e é mencionado por Ariès, ao retomar seus escritos apontando que:

As pessoas não se podiam apegar a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas palavras que chocam nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne: “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” (ARIÈS, 1981, p. 56-57).

Essa noção proeminente no século XVI é fruto de um modo de conceber o mundo que vigorava naquele ponto, pois “Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época” (ARIÈS, 1981, p. 57), na qual, “O sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte” (ARIÈS, 1981, p. 56).

A indiferença da sociedade diante da morte de uma criança, era algo comum para o período histórico investigado por Ariès. Esse panorama se alterou por meio de um processo gradual de formação do sentimento de infância que, mais tarde, deu origem à moderna compreensão de que é necessário preservar as crianças, especialmente, distinguindo o tratamento despendido a elas, em função de suas particularidades.

Essa noção de preservar a criança já se configurava como uma ideia moderna. Portanto, no instante em que esse sentimento de infância estava se formando, Montaigne demonstra, no século XVI, uma crescente preocupação com as crianças e, sobretudo, com a educação dirigida a elas.

Preocupação esta que aparece de modo crescente em relação à formação das crianças para essa sociedade moderna, que faz com que Michel de Montaigne dirija suas ideias sobre a atividade de ensinar, que diferem grandemente das tradicionais práticas medievais, das quais ele afirma: “[...] a disciplina rigorosa da maior parte de nossos colégios sempre me desagradou” (MONTAIGNE, 2000, p. 164).

Lembremos que naquela época de transformação coexistiam uma concepção moderna e, ao mesmo tempo, uma concepção medieval que tentava manter-se. Mas, existiam instituições que resistiam às mudanças vindas dos novos tempos; valendo-se disso, Montaigne aponta para concepções muito mais próximas da modernidade, como visto abaixo, quando se posiciona sobre o ensino das crianças:

O ensino deverá ser ministrado ora por conversas, ora por leituras; ora o preceptor lhe apresentará o próprio texto do autor mais adequado ao fim da educação, ora lhe fornecerá somente o miolo, a substância. E se, de si mesmo, esse preceptor não for tão familiar

com os livros para neles descobrir o material necessário à sua missão, poderão juntar-lhe algum letrado que, no momento certo, lhe forneça os alimentos precisos que depois lhe caberá distribuir ao seu aluno (MONTAIGNE, 2000, p. 159).

Diante do exposto, percebemos, a partir das ideias de Montaigne que ele se colocava contra as ideias e as representações medievais, adotando e construindo uma interpretação distinta (moderna), sobretudo em relação às crianças e sobre o ensino que deveria ser dirigido a elas.

Da mesma forma que o ensino sofre alterações, o colégio, assim como a família, também sofre alterações no período, reflexo de toda modificação social ocorrida. Nesse panorama de significativas mudanças, Ariès (1981) enxerga a infância como um novo elemento em formação. Portanto, como tudo o que é novo e que vai contra o que está socialmente posto causa, de início, certa estranheza até adaptar-se nesse novo processo de identificação.

Com a infância não foi diferente; segundo Ariès (1981) o colégio originalmente não servia às funções destinadas ao ensino durante o século XIII, atendendo a outras funções as quais estavam mais alinhadas com a vida monástica e as ordens mendicantes do que propriamente com a atividade de ensino.

Ariès (1981, p. 169) afirma que:

No século XIII, os colégios eram asilos para estudantes pobres, fundados por doadores. Os bolsistas aí viviam em comunidades, segundo estatutos que se inspiravam em regras monásticas. Não se ensinava nos colégios. A partir do século XV, essas pequenas comunidades democráticas tornaram-se institutos de ensino, em que uma população numerosa (e não mais apenas os bolsistas da fundação, entre os quais figuravam alguns administradores e professores) foi submetida a uma hierarquia autoritária e passou a ser ensinada no local.

É importante ressaltar que o significado e a ação do colégio se modificaram ao longo dos séculos. No período medieval, de acordo com Ariès (1981), o colégio adquiriu novos significados do século XIII ao XVII, passando de instituição que servia de asilo à instituição de ensino. Fato que denota o processo de percepção social da infância que ocorre no período, até seu descobrimento no século XVII (ARIÈS, 1981).

No entanto, o colégio é uma das instituições que permaneceram ao longo do tempo histórico nas sociedades, alterando-se gradativamente, com o objetivo de

lidar com um público que começava a surgir, juntamente com a eminência de uma necessidade de formação. Desse modo, os colégios foram se ajustando para uma instituição de ensino secular em muitas partes do globo, configurando-se como fenômeno social amplo durante a Modernidade.

O colégio, todavia, não se limitou a um modelo estático, assumindo diversas metodologias e concepções, a partir das sociedades nas quais se inserem, pois cada sociedade possui uma base e uma forma de organizar e de produzir a vida material de modo específico.

Com isso, notamos a necessidade de observar a Educação a partir de um contexto socioeconômico e político. Dessa perspectiva de raciocínio, conseguimos compreender que, a Educação está totalmente associada à produção e à reprodução da vida material em sociedade.

É com o desenvolvimento de uma determinação econômica e política em uma sociedade que, ocasionalmente surgirão necessidades de se constituir uma educação que vise a conservar, transmitir e desenvolver as estruturas de saber para a manutenção do próprio Estado que ocasionou o surgimento desses saberes.

São nas especificidades da organização material que observamos o cerne da divergência entre as sociedades, sejam no âmbito socioeconômico, político ou mental, que acabam determinando as necessidades que devem compor a educação e o ensino. Por conseguinte, determina-se o que é significativamente importante para ser apreendido na escola para se reproduzir na vida em sociedade.

A partir dessa forma de pensamento, constatamos que o colégio sofreu uma mudança nos seus objetivos, passando à instituição formadora ao mesmo tempo em que se dava o descobrimento da infância. Trata-se, portanto, de um processo concomitante e interconectado que teve início na baixa Idade Média, chegando até os dias atuais com diversos modelos de ensino, para diversas infâncias existentes.

Na lógica de compreensão assinalada por Ariès, as alterações ocorridas no social, como a designação de um traje específico para a infância ou a separação entre as brincadeiras destinadas às crianças e as brincadeiras destinadas aos adultos, são reflexos de uma nova mentalidade em formação. Essa é a mentalidade moderna, na qual associamos ao resultado do processo de alteração na vida material humana em desenvolvimento naquele momento e que começava a expor suas características de especificação e de identificação.

Durante a modernidade, houve um característico processo de identificação social, ocorrido em conjunto com a sociedade do comércio, enquanto uma necessidade social advinda dessa nova forma de organizar a sociedade. Portanto, tudo o que no medievo não possuía designação, explicação ou nomenclatura, nesta nova época, seria agora determinado de forma específica e nítida (ARIÈS, 1981).

A partir dessa reflexão, podemos entender que esse processo emergiu no seio da sociedade ocidental atingindo também as crianças, as quais deveriam ser identificadas como tais. Foi então a partir desse processo que surgiu a necessidade de distinguir a criança do adulto, trazendo maior clareza sobre as idades da vida, tema até então muito obscuro, que foi observado na Europa a partir do século XIII e mais tarde, no século XX, estudado por Philippe Ariès, no âmbito da história das mentalidades.

Dentro desta compreensão, foi preciso distinguir e separar de forma mais específica a criança em sua primeira idade, a infância. Alguns dos modos encontrados para tornar visível esta idade da vida foram por meio dos trajes. Assim, foi destinado à criança um traje específico para essa etapa de sua vida, e quando passasse dessa fase assumiria outras vestimentas.

Escolhe-se então para elas um traje cuja tradição fora conservada em certas classes, mas que ninguém mais usava. A adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do fim do século XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância, esse sentimento que constitui as crianças numa sociedade separada da dos adultos [...] (ARIÈS, 1981, p. 77).

Do mesmo modo se deu com as brincadeiras que, segundo Ariès (1981), estavam as brincadeiras de adulto como as de crianças todas elas misturadas, e, portanto, seria necessária uma distinção entre elas. Essa era uma necessidade dos novos tempos que, muitas vezes, colocavam essas separações relacionadas à moda do contexto, por conta de uma brincadeira estar ou não em evidência.

Se uma brincadeira estivesse presente no cotidiano das crianças burguesas, essa, por sua vez, estaria associada necessariamente a todo o universo infantil existente. Com isso, desenvolveu-se um determinado ordenamento social, pois as brincadeiras adotadas seriam difundidas e reproduzidas, também, entre as crianças menos abastadas (ARIÈS, 1981).

Entretanto, o universo das brincadeiras não era algo restrito apenas às crianças mais abastadas, os adultos, também, possuíam as suas brincadeiras

específicas. Porém, nesse universo de criança e de adultos, encontramos, ainda, uma diferença, a saber: a divisão das classes sociais. Em função disso, adotavam-se as mesmas brincadeiras dirigidas às crianças ricas, para as crianças pobres e, também, para os adultos das classes sociais menos favorecidas (ARIÈS, 1981).

Nesse sentido, a assimilação aponta para a existência da distinção de brincadeiras entre os adultos de classes sociais distintas. A criança e o adulto pertencentes às classes sociais menos abastadas reproduziam as mesmas brincadeiras que a criança burguesa. Enquanto, nas classes mais altas existiam claras distinções entre as brincadeiras de crianças e de adultos. É perceptível, portanto, que as brincadeiras desenvolvidas entre as crianças burguesas eram reproduzidas no interior das classes sociais menos favorecidas. Essa ação deixa claro que não existia uma distinção entre os costumes das crianças e dos adultos das classes subalternas (ARIÈS, 1981).

Todas estas noções mostram o impacto da aurora dos novos tempos na sociedade e que, ao mesmo tempo, aumentavam as necessidades de identificar as infâncias, que ganhavam maior espaço e notoriedade. Prova disso é que muitos pensadores modernos dedicaram a sua atenção às discussões sobre a família e sobre a educação das crianças.

Com isso, as contribuições para a compreensão da educação da infância, a partir desse período, podem ser percebidas também em pensadores como Michel de Montaigne (1533-1592), John Locke (1632-1704), Jean Jacques Rousseau (1712-1778), como em tantos outros que se dedicaram a esse tipo de reflexão.

Esses desdobramentos e essa preocupação com a infância, descritas por Ariès (1981), advém da escolha de uma determinada posição teórica adotada pelo autor; nesse caso, a história das Mentalidades. Podemos compreender, a partir dessa adoção teórica, o âmbito de análise de Ariès. Pois, ele concentra-se na esfera social, a partir da qual examinou o processo de identificação que convergiu, justamente, com o início da Idade Moderna.

O período da Modernidade, analisado por Ariès, acabou por revelar transformações tanto culturais quanto materiais nas estruturas da sociedade do período, embora sua posição teórica não contemple uma análise das estruturas de relações e de transformações materiais da sociedade.

Molina (2011, p. 104), ao discutir sobre os postulados do autor francês, devido à falta de uma análise de conjunturas sociais, faz o seguinte esclarecimento: Ariès

identificou o período que marca o surgimento do sentimento de infância, mas não explicou que, “no percurso histórico do período de transição da sociedade medieval para a sociedade moderna, existia um sentimento de infância que se transformou e se consolidou junto com a sociedade capitalista”.

Essa associação elaborada por Molina (2011), trata de algo que Ariès desconsiderou em sua análise. Porém, é possível aceitar que nos limites metodológicos aos quais Ariès podia agir, ele elucidou, de certa forma, como as crianças passaram a ser compreendidas de modo distinto a partir do limiar da Sociedade Moderna.

Para tanto, Ariès (1981, p.156) expõe que, “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. Esse entendimento é fruto de uma determinada compreensão teórica, uma forma de pensar específica para interpretar a história. Analisando as longas durações temporais de modo retrospectivo e, ao fazê-lo, constatou que a sociedade do século XVII acabou identificando as necessidades surgidas neste sujeito, como a precisão de passar desse momento em diante a tomar certas precauções com a educação e com os espaços ocupados por crianças, a partir do entendimento das suas particularidades.

Essa forma percebida a partir de um recorte temporal, elaborado de modo prudente, possibilitou a compreensão e a análise do processo descrito por Ariès (1981) como o *Descobrimento da Infância*. Esse movimento ocorreu de modo gradual ao longo dos séculos investigados. Foi um período no qual se presenciou uma alteração social na maneira como os adultos interpretavam as crianças. Essas mudanças, de acordo com Ariès, possibilitaram, pouco a pouco, que o adulto enxergasse nas crianças certas particularidades que as distinguiam.

Vale ressaltar que a partir do aparecimento histórico da infância, a criança passou a ocupar um novo espaço na sociedade. Nessa sociedade do comércio, as infâncias surgiram como um novo mercado a ser explorado e, a partir dessa nova condição, surgiu uma vasta gama de necessidades materiais advindas do mercado visando ao atendimento das crianças, com adequações de produtos e até mesmo com o desenvolvimento de outros, destinados ao atendimento das demandas de cada fase das infâncias.

Na esteira desses acontecimentos, a organização social do ensino em sistemas públicos, a partir do século XIX, desenvolveu-se ao longo de todo o século XX. Expôs-se, com precisão, uma das novas facetas sociais, ocasionadas pela infância: a formação de órgãos componentes do Estado, para fins de assistência e de supervisão das crianças.

Na atualidade, as infâncias continuam atreladas aos discursos e às análises sobre as condições da família e da educação. Essa conexão se deve ao crescente movimento de estudos sobre as políticas públicas e sociais, ocorridos na segunda metade do século XX, em especial às políticas dirigidas às crianças pequenas, que proporcionaram uma elevação das discussões e uma notoriedade social.

Para tanto, nesse período, é necessário compreendermos a dimensão e o espaço da contribuição teórica e metodológica que a Escola dos *Annales* concedeu para o estudo e a investigação sobre o aparecimento histórico da infância. O surgimento dos *Annales* ocasionou um grande impacto não apenas no campo da história, mas também influenciou e continua a influenciar grande parte do campo das Ciências Humanas durante todo o período do século XX.

Para isso, é preciso, em um primeiro momento, compreendermos qual o contexto histórico e as suas conjunturas socioeconômicas e políticas que compuseram o cenário do século XX, propiciando o surgimento dessa Escola de pensamento histórico na França, que atuou por meio de uma Revista com seus editores e autores sempre associados às instituições de Ensino Superior.

Desse modo, partimos, nesse primeiro momento, para a investigação do contexto histórico, buscando definir o que são os *Annales* e quando ocorreu sua ascensão durante o século XX, identificando suas contribuições e as influências inseridas para a historiografia do período.

A Revista *Annales* foi fundada na França em 15 de Janeiro de 1929, com o objetivo de ser a principal Revista de História da França. Nesse período, sua pretensão era suprir as necessidades materiais humanas por meio de análises históricas mais acuradas e que não estivessem associadas apenas aos feitos políticos dos grandes estadistas e aos conflitos de Reinos e Estados. Com isso, anos mais tarde, tornou-se uma Escola de pensamento histórico, por intermédio do entendimento da comunidade de historiadores, devido às características de seu programa de ação, que era algo inovador para o contexto na qual emergiu.

Existem vários autores que analisam os *Annales* e o impacto de sua produção ao longo da história. Nessa perspectiva, de acordo com os autores Bourdieu e Martin, podemos compreender os *Annales* como:

A corrente inovadora despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva; esforça-se por aproximar a história das outras ciências humanas (BOURDIEU; MARTIN, 1983, p. 119)

Ademais, vale ressaltar que essa Revista possuiu direcionamentos teóricos específicos, sendo a Revista *Annales* fundada na França pelos historiadores Marc Bloch (1886-1944)⁶ e Lucien Febvre (1878-1956)⁷ que assumiram sua liderança na época.

Os trabalhos realizados por esses historiadores caracterizam-se por análises de aspecto não usual e nem um pouco convencional em relação às análises exercidas no período; pois, já de início se pretendiam os *Annales* ser o baluarte no campo da História, que era;

Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales Géographiques*, de Vidal de la Blache, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria portavoze, melhor dizendo, o alto falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história (BURKE, 1991, p. 33).

⁶ Marc Bloch: Historiador francês nascido em 1886 e falecido em 1944, também filho de historiador; durante a Segunda Guerra Mundial, morreu fuzilado por um pelotão da Gestapo, quando era prisioneiro de Guerra. Foi membro fundador da Escola dos *Annales* no ano de 1929; foi professor Universitário, ocupando cadeiras de História Medieval em algumas Universidades dentre essas a Universidade de Estrasburgo (França), dentre outras. Pretendia com os *Annales* romper com a historiografia considerada tradicional instalada na França. Para tanto reuniu esforços com seu parceiro intelectual Lucien Febvre com a intenção de fundar a Revista *Annales* e romper com a chamada história positivista. DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos “Annales” à “Nova História”. Trad. Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

⁷ Lucien Febvre: “[...] nasceu em 1878, em Nancy. Estudou na École Normale Supérieure, onde se formou em história e geografia. Em 1911, doutorou-se com a tese *Philippe II et la Franche-Comté: étude d'histoire politique, religieuse et sociale*. Oito anos mais tarde, tornou-se professor de história moderna na Universidade de Estrasburgo (França). Publicou então *La Terre et l'évolution humaine* (1922) e *Martinho Lutero, um destino* (1928). Em 1929, junto ao historiador Marc Bloch (1886-1944), fundou a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que deu origem à corrente historiográfica conhecida como Escola dos Annales. Febvre dirigiu a revista até sua morte, em 1956.” Disponível em: <<http://www.editora3estrelas.folha.uol.com.br/autores/7139-lucien-febvre.shtml>>. Acesso em 16 maio 2019.

A partir dessa nova acepção, não seria mais apenas a História, e sim todo o campo das Ciências Humanas influenciado, coberto e beneficiado pelos resultados e pelos desdobramentos dessas novas visões, novos estudos e novas análises interdisciplinares.

Esse aspecto do novo no interior dessa área dissiparia noções científicas que difundiam concepções teórico-metodológicas sobre a História nesse campo, introjetando um novo modo de investigar e de exercer o ofício de se fazer História (BURKE, 1991).

Não obstante, as transformações ocorridas no mundo contemporâneo no início do século XX, acabaram por trazer a emergência de um novo modo de se fazer História, rompendo com o modo pragmático posto pela história tradicional positivista (historicismo), que possuía a predominância da epistemologia do fazer científico até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

De acordo com Peter Burke (1991) a revista contrapôs a narrativa histórica tradicional positivista inserindo uma narrativa concatenada com uma história-problema, fato que rompia de modo drástico com os *modus operandi* de escrita da história dominante, quando se fazia uma narrativa desproblematizada, na qual se reduziam os problemas históricos a serem investigados por meio apenas das relações políticas e das ações dos grandes políticos, estadistas do período.

Esse fato dirimia a investigação daquilo que era realmente o foco da investigação histórica como as análises da sociedade e da economia, ou seja, a investigação sobre temas mais amplos e que não estivessem delimitados e amarrados apenas na figura de grandes homens que representavam os interesses de grandes Estados.

O início do século XX marcou a crise do positivismo enquanto paradigma dominante no campo da História. Essa crise de paradigma ocasionou contradições nos modos de se fazer história nesse período. O método positivista, no início do século XX, não conseguia mais elaborar explicações que dessem conta de compreender a totalidade social daquele tempo. Não conseguia, portanto, esclarecer as questões políticas, econômicas, culturais e sociais. Essas relações se aprofundaram, tornando-se mais densas em seu desenvolvimento. Por conseguinte, as noções epistemológicas que embasavam as análises positivistas não eram mais suficientes para explorar essa nova e complexa forma de relações sociais.

Essas necessidades são decorrentes das alterações sociais, pois tratavam-se de alterações nos modos de organização dos Estados e de seus respectivos regimes políticos. Por esse motivo, mais países aderiram ao regime democrático durante o século XX. A organização comercial se alterou no sentido de aperfeiçoar-se e aprofundando os seus sistemas de funcionamento na busca por um sistema mais especializado. O mundo mudou e com isso a forma de interpretá-lo deveria adequar-se a essa nova realidade.

Do mesmo modo, essas alterações trouxeram mudanças também na forma de viver e de pensar das pessoas. Diante dos movimentos ocorridos no tecido social, as formas de explicá-los também passaram por mudanças. Para tanto, os idealizadores da *École de Annales* propuseram e executaram o atendimento dessas necessidades, que por ora se tornavam exigências impostas por um determinado segmento da sociedade europeia do período, inaugurando, assim, espaços para novas perspectivas de escrever a História.

A Escola movia-se a partir do social e se pôs como um imperativo diante das demandas e das necessidades advindas desse meio, que impunha muitas questões que precisavam ser respondidas para a compreensão da realidade.

Um aspecto a ser considerado são as necessidades materiais que aparecerem em cada período histórico, de modo que cada momento na história assume uma forma de produção material específica, e cada vez que essa forma de produzir se aperfeiçoa, acaba ocasionando o surgimento de novas necessidades que antes não existiam e que agora precisarão ser supridas (FIGUEIRA, 1995).

Dentro dessa lógica de compreensão, faz-se preciso atender tais necessidades que surgem, também, dentro da esteira da interpretação histórica, haja vista que os *Annales*, logo em sua primeira geração, exerceram essa função de suprir as carências de compreensão e de explicação da ciência histórica que eram reivindicadas.

A Revista aperfeiçoou-se em seu interior ao longo do tempo devido à necessidade do contexto vigente, fazendo com que a mesma se modificasse a fim de atender às novas demandas que surgiam a partir do social.

Os *Annales* apareceram em um contexto histórico delicado não só no âmbito das relações políticas mas, também, no campo das composições ideológicas internacionais⁸, problemática essa que influenciou o campo teórico e intelectual.

A década de 1930 estava preenchida por um vasto campo intelectual que trabalhava no desenvolvimento das novas noções de história no período. Em função disso, os *Annales* coexistiam com o marxismo e se contrapunham ao positivismo que tinha suas práticas e concepções já ultrapassadas.

Na esteira desse movimento, no final da década de 1920, encontravam-se pesquisadores ávidos por transformações e por inovações que, em grande parte, foram produzidas pelos *Annales*. Entretanto, Marc Bloch e Lucien Febvre se auto intitulavam historiadores do presente. Dentro dessa lógica, François Dosse (1992), ao examinar os *Annales*, acaba abrindo precedentes para uma dúvida, ao questionar que, se ambos eram preocupados com as demandas do presente, porque ignoraram a história política, a ponto de constituírem uma concepção na qual “[...] o grupo baseia sua existência na rejeição do político” (DOSSE, 1992, p. 64).

Vale ressaltar que, de fato, a história política era uma narrativa que foi apropriada pelos historiadores historicistas ao final do século XIX, no entanto, de acordo com François Dosse, a composição teórica do início do século XX deu aos *Annales* a seguinte concepção: “Ao recusar o discurso político, os *Annales* deixam de cumprir sua missão de revista de história, que deve esclarecer e ajudar a compreender os fenômenos contemporâneos” (DOSSE, 1992, p. 64).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que os *Annales*, ao mesmo tempo em que contribuíram, por um lado, com estudos inovadores e uma nova forma de narrativa, cercearam, também, a totalidade de sua missão, como diz Dosse (1992), pois deixaram de cumprir parte essencial de sua atribuição que era auxiliar na compreensão dos fenômenos históricos contemporâneos.

Na visão de François Dosse (1992) a década de 1930 apresenta um contexto permeado por uma grande incidência de eventos, sobretudo políticos, aos quais os historiadores não podem, ou não poderiam deixar de indagar e de investigar. Com a

⁸ Período com múltiplos eventos coexistentes, a crise de hiperprodução econômica ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929; período de ascensão das ideologias Fascista e Nazista, constituindo-se de Regimes Totalitários do Fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha, durante as décadas de 1920 e 1930 quando ambos os partidos ascenderam ao poder em suas respectivas nações; e período de continuidade do conflito mundial no Extremo Oriente. Para tanto, sugerimos a leitura da primeira parte da referida obra: HOBBSBAWN, Eric J., A era da Catástrofe. In: HOBBSBAWN, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 1-7, p. 1-198.

fundação dos *Annales*, negam-se, justamente, logo em seu início, eventos políticos ocorridos na história daquele contexto.

Nesse sentido, ressaltamos que os *Annales* possuem em seu interior transformações e reorganizações que, ao longo do tempo, acabaram por imprimir contribuições em níveis de pesquisas e publicações de resultados com a cooperação de outras ciências no campo das humanidades.

Os *Annales*, em sua estrutura interna, foram compostos por três gerações de estudiosos, sendo que a primeira geração foi comandada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Essa fase iniciou-se em 1929 com a fundação da Revista, perdurando até algum tempo depois do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A segunda Geração foi comandada pelo Historiador Francês Fernand Braudel⁹ e percorreu todo o período de 1950 à 1970. A terceira geração¹⁰ comandada pelos historiadores Jacques Le Goff¹¹ e Pierre Nora¹², que também contou com a contribuição de vários

⁹ Fernand Braudel: Historiador francês nascido em 1902 e falecido em 1985; encabeçou a segunda geração de historiadores da Escola dos *Annales*, durante o período das décadas de 1950 até meados do início da década de 1970, pois o mesmo aposentou-se em 1968. Discípulo de Lucien Febvre, o qual foi seu mentor intelectual. Ao comandar a direção da Revista nessas décadas, direcionou-se para estudos relacionados às investigações de períodos de longa duração, contemplando análises de períodos que estendiam-se de 300 anos há mais de um milênio, por uma perspectiva a estreitar diálogos com a Geografia. Escreveu uma obra enciclopédica e memorável sob a perspectiva da longa duração, denominada “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipi II*” de 1949. BURKÉ, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Edunesp, 1991.

¹⁰ Terceira Geração: Essa definição de terceira geração da Escola, nos *Annales* indica uma continuidade das características originais do programa da Escola, porém isto não é um consenso entre os historiadores, fato que suscita grande embate nos meios acadêmicos. Dos historiadores citados e que foram recorridos ao longo deste trabalho, são percebidas as presentes discordâncias. Peter Burke (1991) comunga do princípio da continuidade do projeto dos *Annales*, que se inicia com a primeira geração e que se sucedeu também durante a segunda geração de historiadores, enquanto que François Dosse (1992) discorda desse sentido ao afirmar que os *Annales* são compostos por sua primeira e segunda gerações, e o que seria a terceira geração destoa completamente do programa inicial, fato esse que o mesmo acaba denominando a organização posterior como Nova História, como sendo não a continuidade dos *Annales*, e sim como um segmento distinto a Escola e que surge em substituição a mesma. BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Edunesp, 1991. DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Trad. Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

¹¹ Jacques Le Goff: Historiador e Medievalista francês nascido em 1924 e falecido em 2014, “é reconhecido mundialmente como um dos maiores especialistas da História medieval. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, centro de formação dos quadros do magistério francês. Herdeiro da *École de Annales* e diretor de estudos honorários na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, escreveu mais de vinte obras Historiográficas sobre a Idade Média”. LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Coordenou e comandou a Terceira Geração da Escola dos Annales, autor de diversos livros sobre a sociedade, cultura, economia e política da Idade Média.

outros historiadores icônicos como George Duby¹³, Michelle Perrot¹⁴ e Philippe Ariès (BURKE, 1991).

De acordo com Julia Silveira Matos (2010, p. 116) discute-se atualmente sobre “[...] uma quarta geração herdeira dos Annales, que seria a Nova História Cultural”. No período dessa quarta geração, que teve início em 1988, exerceram a liderança os historiadores Jacques Revel¹⁵ e Roger Chartier¹⁶.

¹² Pierre Nora: Historiador francês nascido em 1931, integrou a Terceira Geração da Escola dos *Annales*, publicou livros sobre o tema da identidade francesa e memória, foi Diretor da *École de Hautes Études en Sciences Sociales*.

¹³ George Duby: Historiador e Medievalista francês nascido em 1919 e falecido em 1996. “[...] ocupa posição de destaque na historiografia francesa contemporânea, estando entre as principais referências no que respeita aos estudos medievais. Sua morte, ocorrida em dezembro de 1996, interrompeu a longa e bem-sucedida carreira iniciada em 1942, quando publicou seu primeiro trabalho a respeito dos estabelecimentos monásticos na França feudal. Em pouco mais de meio século, realizou investigações sistemáticas em torno das instituições sociais, econômicas e culturais dos séculos XI e XII, renovando os ângulos de abordagem da Idade Média e do Feudalismo. [...] Pesquisador envolvido com as questões de seu próprio tempo, comprometido com o anseio de desvendar, tanto quanto possível, o passado pelos olhos do passado, mas sem perder de vista o que, nesse passado, resistiu às vicissitudes do tempo, ele acreditava ser dever do erudito não se fechar em seus objetos de investigação, refletindo sempre sobre os problemas da atualidade.” (DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. Tradução: Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório; revisão do texto em português Ester Mambrini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas). Pertenceu a Terceira Geração da Escola dos Annales, desenvolveu pesquisas históricas nesse segmento, vindo a publicar diversos livros como “As Damas do século XII. 1996” e “Idade Média, Idade dos Homens. 1983”, para mais informações sobre o autor sugerimos a leitura seguinte: BRANDI, Felipe de Souza Dias. Um novo olhar sobre Georges Duby: muito além do medievalista (Entrevista). Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/georges-duby-e-historia-social/>. Publicado em: 8 jan. 2017. Acesso: em 17 maio 2019.

¹⁴ Michelle Perrot: Historiadora francesa nascida em 1928. É professora emérita da Universidade de Paris, integrou a Terceira geração da Escola dos Annales, e foi a primeira Historiadora a conceder as contribuições sobre a História das Mulheres dentro da historiografia; a mesma rompeu, durante a década de 1970, com uma tradição essencialmente masculina; pois na França, os estudos históricos são deverasmente importante, desse modo, estando relacionados a uma atividade feita por homens. Além de romper tradições e possíveis preconceitos, desenvolveu grandes estudos sobre o tema como: *Les Ouvriers en grève – France, 1871-1890*, Paris, Mouton, 1974. *Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra, 1988. Coletânea de artigos organizados por M. Stella Bresciani. *História da Vida Privada. Volume IV – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 1992. Para tanto, sugerimos a leitura da entrevista concedida por Michelle Perrot a SCHVARZMAN, Sheila. Entrevista com Michelle Perrot. In: *cadernos pagu* (4) 1995: pp.29-36”. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=50916&opt=1>>. Acesso em: 17 maio 2019.

¹⁵ Jacques Revel: Historiador, nascido em Avignon, na França, no ano de 1942. Integrou a quarta geração dos Annales em conjunto com Roger Chartier, também foi Presidente (Diretor) da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Foi também secretário da Revista dos Annales durante a terceira geração de historiadores. Para tanto, sugerimos a leitura da seguinte entrevista feita a Jacques Revel por Marieta de Moraes Ferreira. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2037/1176>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Ainda, conforme Matos (2010), essa última geração dos *Annales* teria se distanciado bastante das práticas teóricas desenvolvidas pela terceira geração da Escola ao seguirem pela investigação das práticas culturais. Ao deixarem a continuidade dos estudos das mentalidades, promoveram um distanciamento das práticas precedentes.

A quarta geração possui, ainda, uma forte influência do pensamento de Michel Foucault¹⁷ e da renovação do pensamento marxista do período. Entretanto, os historiadores dessa geração “[...] não se desprenderam do ideal principal pregado pelos primeiros *Annales* que foi a busca pela compreensão de leis anônimas que regessem as ‘práticas coletivas’” (MATOS, 2010, p. 116).

Dessa forma, presenciamos a continuidade do princípio original dos fundadores dos *Annales*, mas pode-se notar mais uma possível descontinuidade na perspectiva dos objetivos de estudo, durante a passagem da terceira para a quarta geração. Caso muito similar ao que François Dosse (1992) assinalou, que teria ocorrido entre a transição da segunda geração para o que se compreende como a terceira geração da Escola.

Em meio a esse contexto, destacamos em especial, Philippe Ariès, é o historiador que concedeu a primeira contribuição sobre a história da infância no interior da Nova História. Esse fato insere a sua obra no rol das referências mais importantes a virem a ser consultadas pelos pesquisadores que, posteriormente,

¹⁶ Roger Chartier: “Diretor na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, e professor especializado em história das práticas culturais e história da leitura, Roger Chartier é um dos mais conhecidos historiadores da atualidade, com obras publicadas em vários países do mundo. Sua reflexão teórica inovadora abriu novas possibilidades para os estudos em história cultural e estimula a permanente renovação nas maneiras de ler e fazer a história. Chartier foi professor convidado de numerosas universidades estrangeiras (Princeton, Montreal, Yale, Cornell, John Hopkins, Chicago, Pensilvânia, Berkeley etc) e publicou no Brasil os seguintes livros: “História da vida privada, vol. 3: da Renascença ao Século das Luzes” (Companhia das Letras); “Cultura escrita, literatura e história” (Artmed), “Formas do sentido - Cultura escrita: entre distinção e apropriação” (Mercado de Letras), “Os desafios da escrita” (ed. da Unesp), “A aventura do livro” (Unesp), “A beira da falésia” (Editora da Universidade), “Do Palco à Página” (Casa da Palavra), “A ordem dos livros” (UnB), “História da leitura no mundo ocidental” (Ática), “Práticas da leitura” (Estação Liberdade), “O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente” (sob a direção de M. Baratin e C. Jacob, Ed. UFRJ) e “Leituras e leitores na França do Antigo Regime” (Unesp).” (LUSTOSA, Isabel. Conversa com Roger Chartier. Trópico. 2010. p. 1-13) Disponível em: <<http://187.0.209.89/bitstream/20.500.11997/658/1/LUSTOSA%2C%20I.%20-%20Conversa%20Roger%20Chartier.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

¹⁷ “Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês, que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Ficou conhecido por suas posições contrárias ao sistema prisional tradicional. [...] nasceu em Poitiers, França, no dia 15 de outubro de 1926. Estudou no Lycée Henri IV e em seguida na École Normale Supérieure, em Paris, onde desenvolveu um interesse pela filosofia. Foi aluno da Sorbonne, onde se formou em filosofia e psicologia”. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/michel_foucault/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

investigam o tema, e que são originários não apenas da área da História, mas de muitas áreas, tais como educação, psicologia, sociologia, artes, assistência social, saúde, políticas públicas, dentre outras.

Foi durante a terceira geração de historiadores dos *Annales*, iniciada no final da década de 1960 e consolidada no meio da década de 1970, que assistimos à chegada de novos objetos a serem investigados e discutidos por essa geração. Dentre estes objetos destaca-se a história da infância, que emergiu no seio dessa geração como um novo tema a ser apreciado por esses pesquisadores (BURKE, 1991).

Não obstante, para se chegar até a vastidão de assuntos e de temas explorados pela terceira geração dos *Annales*, a segunda geração, sob o comando do historiador Fernand Braudel, fez-se essencial, pois é a partir das percepções desse antecessor que se formaram as bases fundamentais para o desenvolvimento das discussões que se põem sob estes novos olhares.

Na percepção de Peter Burke (1991), foi durante a segunda geração de historiadores, que praticavam a história de longa duração, analisando as vagarosas transformações ocorridas na geografia das regiões, que se percebeu o desenvolvimento dos sistemas sociais, culturais e políticos, sucedidos, muito embora, da formação de mentalidades coletivas contidas nas estruturas de longas durações.

Essas mentalidades serão o novo centro das discussões e das reflexões dos historiadores da terceira geração, isto é: a formação das mentalidades dentro do contexto da análise das longas durações.

Presencia-se que o modo de investigação utilizado por Ariès (1981), para analisar historicamente a Infância, possui enfoque de uma história com o uso de método regressivo, que investiga a vida cotidiana da sociedade. Ariès apresenta a formação e o desenvolvimento das mentalidades dentro de estruturas conjunturais de tempo que abrangem longas durações.

A partir das concepções teóricas adotadas, o próprio Ariès faz a seguinte afirmação;

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição

de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio dos dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início (ARIÈS, 1981, p. 26).

Dessa perspectiva, a partir do referencial teórico adotado, Ariès desenvolve uma investigação histórica que obtêm êxito, respeitando os limites e os domínios teóricos aos quais ele examina. Porém, essa abordagem não contempla uma análise de conjuntura da totalidade social, o que auxiliaria de grande feita uma análise mais ampla do objeto de investigação, no caso a infância; seu aparecimento histórico coexiste com a alteração do modo de produção ocorrido no período.

Em sua obra sobre a história da infância, Ariès investiga um período de 500 anos, no qual se desenvolve o que ele identifica como o sentimento de infância. A partir desse momento, é possível perceber o que, segundo ele, seria a Descoberta da Infância, conforme registra:

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 65).

É provável perceber no trecho supracitado, a presença da análise de longa duração, sobretudo das noções de graduais transformações e desenvolvimentos assumidos nesse momento, bem como se torna nítida a identificação da formação de uma mentalidade durante este espaço de tempo analisado.

Todavia, não é possível compreender as ideias e as interpretações de Philippe Ariès sem antes compreender o contexto histórico das relações socioeconômicas e políticas do período, sobre o qual o autor registra o sentimento e o aparecimento da infância na História.

Assim sendo, é necessário entender aquilo que Philippe Ariès desconsiderou ao escrever a *História da Criança e da Família*, conforme assinalou Molina (2011), Ariès não considerou em sua interpretação e análise a totalidade social. Nessa concepção, a infância descrita pelo autor encontra-se inserida no contexto do sistema capitalista e de seu modo de produção, embora ela não tenha sido analisada por ele sob uma perspectiva teórica da totalidade e da contradição das relações sociais de produção material da vida humana.

Adão Aparecido Molina em sua Tese de Doutorado, ao investigar sobre “A Produção de Dissertações e Teses sobre Infância na Pós-graduação em Educação no Brasil de 1987 a 2005: aspectos históricos e metodológicos” produziu uma crítica à obra de Ariès (1981); tal análise, faz-se presente devido ao método e à abordagem teórico-metodológica adotada pelo autor francês que, em sua análise, não contemplou um enfoque para discutir as relações materiais de produção social.

Molina (2011) reitera que o período no qual a Infância começa a ser descoberta coaduna-se com o processo de consolidação da hegemonia do sistema capitalista na sociedade ocidental, pois Ariès desconsiderou a dinâmica social por meio do modo de produção material, então escreve que:

[...] as informações apresentadas por Ariès, a partir de seus estudos, referem-se apenas à Idade Média e à Idade Moderna. O período registrado pelo autor mostra que há uma transição no modo de produção de um modelo de sociedade para outro. Diferentemente da Idade Média, a Idade Moderna apresenta um núcleo familiar menor, pequeno, abrindo, assim, a possibilidade para o desenvolvimento dos cuidados com a infância, nesse período específico da vida (MOLINA, 2011, p. 104-105).

Sendo assim, é possível observar que os estudos desenvolvidos por Philippe Ariès (1981), conforme postula Molina (2011), não se inserem na análise do processo de alteração do modo de produção ocorrido na sociedade ocidental. Essa visão coaduna-se com a nossa interpretação no sentido de mostrar que os estudos realizados por Ariès (1981) não contemplam uma análise da totalidade social, devido ao método por ele escolhido para realizar a sua investigação.

Mas, sobre a visão dos novos métodos de análise histórica, surgidos dessa nova historiografia dos *Annales*, temos os postulados de Peter Burke (1991) que esclarecem sobre a renovação e a maneira de se fazer história desde a primeira geração da Escola.

Peter Burke (1991) afirma em sua obra sobre a Escola dos *Annales* que a ideia de Bloch e de Febvre era partir sempre do presente, devido ao fato de que se sabe mais sobre os períodos mais recentes do que sobre os períodos mais afastados da história. Por isso, o historiador deveria partir das questões que o cercam para analisar as estruturas temporais que compõem a longa duração¹⁸, a fim

¹⁸ Longa duração: Concepção Histórica que analisa períodos amplos de tempo, com periodicidades de longo alcance que englobam cerca de 300 até para além de 1000 anos. A qual possibilita a

de compreender a formação da sociedade que se desenvolveu na política, na economia, na cultura e na religião.

A partir dessa percepção, Peter Burke (1991) denomina que a Escola seria melhor estabelecida como um Movimento. Assim sendo, é possível analisar que os *Annales* surgiram em uma conjuntura de grandes transformações sociais devido ao seu impulso devotado a acompanhar os rumos designados pelo social. É dentro desse contexto que as bases para os estudos de longa duração nasceram no cerne do movimento de renovação da historiografia francesa.

Não obstante, vale ressaltar que, durante o século XX, existiram outras revistas de história. É fato que não obtiveram o mesmo sucesso, mas coexistiram no mesmo tempo e espaço. Porém, por não se tratar do objetivo desta pesquisa investigar essas outras contribuições do período, não vamos nos aprofundar em seus estudos, análises ou contribuições para o campo da História¹⁹.

Compreendida e assimilada a relevância e a importância teórica trazidas pelos *Annales*, é hora de compreender o período histórico no qual este Movimento/Escola se desenvolveu. A Escola foi fundada no dia 15 de Janeiro de 1929, no mesmo ano que marca o início da grande depressão²⁰ ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores de *Wall Street* nos Estado Unidos. Nesse momento, de acordo com Eric Hobsbawn (1995), em seu livro *A era dos Extremos: O breve século XX*, existiam outras questões em voga durante a década de 1930; como exemplo, ele afirma que o Ocidente experimentava um período de interstício bélico. Conforme

investigação da formação das sociedades, assim como das mentalidades coletivas dentro desse espaço temporal que abrange a região investigada. Veja-se: DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução: Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. Veja-se também: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Tradução: Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América. 1984. p. 128-131.

¹⁹ Para tanto, sugerimos a leitura dos seguintes capítulos da obra; HOBBSAWN, Eric J. Capítulo 3: De um Centenário a Outro; Capítulo 4: A revisão que subsiste. In: **Ecoss da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa**. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo. Ed: Companhia das Letras, 1996. DOSSE, François. *A Pré-História dos Annales*. DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. Tradução: Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. cap. 1. p. 21-59.

²⁰ Grande Depressão: Ocorrida após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, quando o sistema capitalista atravessou uma crise de hiperprodução material, ocasionando na década seguinte uma desaceleração do consumo material, bem como a necessidade da existência de vários empregos que foram extintos no período, gerando um número exponencial de desempregados. In: HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

ele escreve, enquanto no Oriente a Guerra ainda era algo latente, no Ocidente experimentava-se uma crise de hiperprodução material decorrida pelo mercado, período no qual as marcas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) eram visíveis e, ainda, muito sentidas. Isso ocorreu especialmente nos países derrotados que foram obrigados e responsabilizados, por meio da imposição de tratados, a saldarem as dívidas advindas da guerra.

Na visão desse autor, tal fato despertava um aumento da vontade de revanche elevado pela ascensão das bandeiras dos crescentes movimentos fascista e nazista em prol do nacionalismo e das questões patrióticas. Logo, esses movimentos emergiram de maneira muito radical no período.

Entretanto, em meio a todo esse contexto que marca o início do século XX, no campo da historiografia, o pragmatismo do positivismo estava posto em xeque, pois o Positivismo possuía um método que não dava mais conta de explicar com razoabilidade o contexto socioeconômico vivenciado.

Dessa forma, o domínio, a posição de centralidade dentro do campo da história estavam postos em discussão. Foi um período de grandes contradições sociais, quando foi disputada a condição de liderança dentro desse campo teórico que, no decorrer da década de 1930, foi assumida pelos *Annales* durante a chamada década perdida para o capital: a grande depressão econômica.

Foi dentro dessa conjuntura histórica que os *Annales* se desenvolveram, entregando estudos, artigos, monografias e livros com análises que pretendiam explicitar sobre a política, a economia, a sociedade, por meio da investigação dessas longas conjunturas. Até o momento que antecedeu o surgimento da Escola, a História havia produzido narrativas sobre grandes homens e seus grandes feitos políticos, como arrolado pelos historicistas positivistas. Mas, com a redefinição dos modos dominantes de fazer-se História, seus domínios ampliaram-se, a partir disso, gerando uma expansão da História e de todo o campo de saber (BURKE, 1991).

Na visão dos *Annales*, a História não possuía uma linearidade progressiva, assim como acreditavam os positivistas, mas supunham que haveria a necessidade de problematização das análises não coadunando com a perspectiva de avanço ininterrupto. Desse modo, seguindo este postulado, abriram-se espaços para diversas abordagens, como a interpretação para a História quantitativa²¹ durante a

²¹ Ernest Labrousse (1895-1988). Historiador Econômico, não integrou a Revista *Annales*, porém concedeu reflexões sobre história quantitativa que mais tarde foram utilizadas e incorporadas por

segunda geração da escola; a História Serial, a Psico-História e a História da Infância, que surgiram na revista no decorrer da década de 1970.

O surgimento desses novos temas são demandas do presente. Durante essa década, fez-se necessário entender com maior precisão o que é a infância, pois se deu, nesse período, uma ascensão da luta pela inserção de novos sujeitos na constituição dos direitos humanos. Fato este que desencadeou demandas de proteção e de assistência a setores desprivilegiados da sociedade ou que não estariam aptos para decidir sobre seus próprios rumos, como no caso da infância, no qual o sujeito não possui ainda autonomia sobre si.

Todavia, fica evidente a conexão que a infância possui com as condições socioeconômicas e políticas do período contemporâneo, pois, nesse momento a sociedade passa, por meio de Organismos Internacionais, a executar políticas públicas para regular setores que são alvos de exploração da ordem econômica vigente.

Não obstante, a Infância foi elevada a uma posição de destaque nas investigações acadêmicas. Isso demonstra que o tema “Infância” ganhou maior terreno para discussões nas mais diversas áreas e campos do saber, no período contemporâneo.

Parte dessa ampliação se deu por conta das possibilidades de interdisciplinaridade promovidas pelo movimento dos *Annales*, em especial na geração da qual Ariès fez parte e deixou as suas contribuições. Esse foi um instante de maior produção do movimento, com parcerias e cooperação entre diferentes áreas do conhecimento, que segundo François Dosse (1992) acabou diluindo a história nas ciências sociais, ocasionando uma vasta descaracterização do que significa fazer história.

Na obra escrita por Ariès (1981) é possível entender que as transformações ocorridas no âmbito do modo de produção são concomitantes às transformações sociais e culturais proferidas por ele com relação ao aparecimento da infância no século XVII. Todavia, é possível perceber que ele desenvolveu sua análise por meio da História das Mentalidades como matriz teórica predominante em sua obra.

A despeito dessas considerações e devido à existência de referenciais teóricos distintos é que se torna possível investigar os mesmos fenômenos de

membros da Revista *Annales*. Esse historiador abriu espaço para reflexões mais próximas do Marxismo, dentro dos *Annales*, que antes eram sempre rechaçadas pelos integrantes do grupo.

diferentes formas, produzindo concepções diferenciadas sobre o mesmo assunto/tema.

Contudo, devemos respeitar os limites permitidos por cada matriz teórica e por suas linhas de interpretação. Isso nos permite entender que existem vários meios pelos quais se podem investigar a infância, seguindo, certamente, o devido rigor científico que as diferentes concepções de ciência podem produzir.

Na esteira de tais afirmações, observamos que Phillipe Ariès, dentro de seu campo teórico, atingiu um nível de interpretação histórica suficiente para conduzir o entendimento sobre a criança.

O autor, ao identificar o surgimento da infância, processo iniciado durante o século XIII e concluído no século XVII, identificou que a mentalidade social constituída no período histórico supracitado na França teria se alterado a ponto de ocorrer a formação de uma nova consciência, por parte dos adultos, sobre as particularidades que as crianças possuem.

A partir desse entendimento, Ariès afirma sobre os sentimentos de Infância:

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela “paparicação” – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupação com a disciplina e a racionalidade dos costumes (ARIÈS, 1981, p. 163).

O autor destacou a percepção de dois sentimentos de infância. Segundo Ariès, o primeiro sentimento está ligado ao convívio familiar, e o segundo está associado à instituições externas, como a Igreja e o Estado. Constatamos, assim, que foram estas as primeiras instituições a manifestarem respaldo acerca da infância ainda durante a Idade Moderna.

A primeira tese sobre o sentimento de infância explora a presença da criança no ambiente familiar, sintetizando um processo histórico de percepção das particularidades infantis no seio da família. Esse fato denota a alteração da mentalidade presente na estrutura social que compõe a família, ou seja, assistimos a uma alteração mental no cerne de uma estrutura social.

Desse modo, a mentalidade assumiu uma função ímpar nessa estrutura social, pois promoveu uma alteração interna na forma de compreender a criança como um novo sujeito histórico. Nesse processo, a percepção não ocorreu apenas por intermédio da família, mas também em instituições que compunham a

sociedade, como os clérigos e os homens das leis, conforme menciona o próprio Ariès, em referência aos magistrados do período.

Por consequência, encontramos a existência de dois movimentos que provocaram alterações mentais na época acerca das crianças: um movimento ocorrido dentro da própria família e o segundo partindo de instâncias conectadas ao Estado e à Igreja, instituições que atendiam desvalidos e abandonados no período.

Com isso, assistimos a instituições como a Família, a Igreja e o Estado observando as particularidades infantis e alterando a sua maneira de entender e de tratar as crianças nesse período. Tal mudança, conforme se discutiu até aqui, não ocorreu desvinculada de alterações socioeconômicas, políticas, mentais e culturais que permearam as sociedades ocidentais durante a transição para a Idade Moderna.

As reflexões e análises iniciadas por Ariès, sem dúvida alguma, abriram caminhos durante o século XX para que outros historiadores avançassem nas pesquisas sobre a infância. O impacto nos novos modos de se fazer pesquisa, iniciado pelo movimento da terceira geração da *École de Annales*, foram, sem dúvidas, visíveis, em especial, no centro da historiografia contemporânea.

Sobre os desdobramentos dessa produção na historiografia, o professor Ailton José Morelli, em sua tese de 2010 *Memórias de Infância em Maringá: Transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)*, na qual desenvolveu um balanço sobre o tema da infância na área de história, discutindo como o historiador se relaciona com a temática e em quais assuntos essa produção se concentra, afirma o seguinte:

Na produção historiográfica percebe-se uma trajetória um pouco diferente. Sem envolvimento direto com o atendimento à criança, os historiadores se voltaram para esta questão a partir do interesse na análise das organizações familiares, das instituições e da exploração econômica (MORELLI, 2010, p. 55).

A partir desse enfoque, a historiografia, na segunda metade do século XX, sofreu fortes intervenções da própria conjuntura socioeconômica, da mesma forma que o movimento dos *Annales* proporcionou grandes alterações na maneira de se produzir história, fato que se repetiu por meio de uma produção inglesa – *New Left* - ascendente no contexto (MORELLI, 2010).

Da mesma forma, na Inglaterra, durante o pós-segunda guerra, a *New Left* desenvolvia grandes alterações no campo da intelectualidade marxista. Este

movimento, se transfigura no formato de uma revista organizada e publicada entre os anos de 1959 a 1963. Neste período, a direção da Revista esteve a cargo de um grupo de historiadores ligados ao partido comunista britânico e possuíam por objetivo discutir quais seriam os rumos que a revolução socialista deveria assumir no país.

Muito embora, no período anteriormente citado, a revista contou com a colaboração de grandes expoentes de autores das ciências humanas, assim como nos descreve Sidnei Munhoz:

[...] o imediato pós-guerra foi um momento de extrema excitação para a intelectualidade comunista. Na Inglaterra, sob influência de Maurice Dobb e Dona Torr, jovens intelectuais, como Christopher Hill, Rodney Hilton, Thompson, Victor Kiernan, Raphael Samuel, Raymond Williams A.L. Morton, John Saville, Dorothy Tompson, George Rudé, reuniam-se com frequência para discutir o marxismo e pensar políticas para a esquerda britânica. Esse grupo deu origem aos chamados historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha (MUNHOZ, 2005, p. 200-201)

Portanto, em 1959, a *New Left* se formou a partir da fusão de dois periódicos marxistas que são a *New Reasoner* e a *Universities and Left Review*. A revista não acabou em 1963. No entanto, a partir desse período, a gestão mudou, estando sob a organização de Perry Anderson, constituindo uma outra perspectiva de análise, que se opunha à vertente epistemológica inicial marxiana.

No início; “[...] o grupo majoritário da *New Left* sustentava que era imprescindível, para o desenvolvimento do socialismo na Grã-Bretanha, a mudança radical na consciência política do movimento operário inglês” (MUNHOZ, 2005, p. 203).

Com esse objetivo, a *New Left* influenciou a forma como se faziam os estudos históricos na Inglaterra, haja vista a análise de investigação do autor Edward Palmer Thompson sobre “*A Formação da Classe Operária na Inglaterra*” no século XVIII.

Ademais, ao analisar o arcabouço das subjetividades das relações socioculturais para o estudo da História, Thompson acabou rejeitando a subordinação total e irrestrita ao aspecto econômico. Condição esta que proporcionou o surgimento de novos debates e de novas perspectivas de análise da superestrutura que não se concentrassem apenas em uma análise econômica, assim como desempenhou o próprio Thompson.

Dessa perspectiva, a infância, na conjuntura socioeconômica do século XX, foi projetada com ímpeto pela historiografia do período, conforme registra Morelli (2010, p. 55):

Os debates na historiografia mundial na segunda metade do século XX ampliaram os horizontes das pesquisas, seguindo o projeto de uma “história total” e, para tanto, exigindo o empenho dos historiadores no enfrentamento de metodologias que permitissem tratar as fontes de tal forma que o mundo passasse a ser o seu campo de estudo. Os novos objetos para a história, assim, não possuíam mais limites.

Essa ampliação ocasionou uma difusão do tema na área da história, que recebeu apreciações das mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas, mesmo em se tratando de um curto período de tempo. As pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação sobre “Exploração no trabalho, exclusão social e situação de abandono da criança constituem a maioria das abordagens nessas últimas décadas” (MORELLI, 2010, p. 63). Essas novas abordagens sobre as crianças começam a superar alguns temas, como as brincadeiras e outros relacionados aos trabalhadores rurais.

Notamos assim que nos Programas de Pós-Graduação, a infância apresenta um auspicioso futuro relacionado à pesquisa, tal como afirma Morelli (2010, p. 65):

No Brasil, esse processo ainda exige muitos investimentos e debates, muita pesquisa, assim como a estruturação de cursos de pós-graduação a respeito do tema. Exige, enfim, um grande movimento em prol da consolidação desse campo de estudo, o que inclui o levantamento e o inventário de fontes apropriadas para o aprofundamento das pesquisas.

Com isso, salientamos que o seguinte trabalho reforça esse campo de estudos, pois o mesmo desenvolve um levantamento na área de história, a partir do Banco de Dados da Plataforma CAPES, colhendo e elencando os trabalhos sobre a história da infância produzidos na pós-graduação nível *Stricto sensu*, em todo o país.

Desse modo, na seção 3 serão expostos os dados coletados, bem como o número de Dissertações e Teses produzidas no período entre 2007 a 2017, demonstrando em quais Programas de Pós-Graduação foram desenvolvidas as pesquisas e quais são os eixos temáticos que norteiam a maioria dos estudos, com o propósito de analisar se os trabalhos continuam ainda contemplando a linha de

investigação descrita por Molina (2011) e Morelli (2010) que analisam, em sua maioria, a relação familiar educacional ou jurídica.

Os dados coletados visam expor o aumento das produções sobre o tema dentro da área da história, levando em consideração as dimensões territoriais do Brasil e os problemas sociais que, por ventura, impulsionem as pesquisas nesse segmento.

Ademais, por tratar-se de um objeto de investigação da área da Educação, a pesquisa evidencia também como a interdisciplinaridade pode ser um meio para unir e desenvolver discussões conjuntas de áreas do conhecimento que são muito próximas, como a História e a Educação.

2.1 O CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E A PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Essa subseção realiza estudos bibliográficos e documentais sobre a infância a partir das discussões bibliográficas contemporâneas, e busca contribuir para a constituição de um referencial histórico e teórico que forneça suporte para o entendimento do contexto em que a história da infância foi produzida nos programas de pós-graduação em História, nível *stricto sensu*, entre os anos de 2007 e 2017, no Brasil.

Para tanto, é necessário compreender a composição histórica do século XX, com a finalidade de apreender o contexto que, mais tarde, oportunizou essa produção nos programas de pós-graduação em História no Brasil.

A história do século XX é um período de grandes transformações nos meandros das estruturas socioeconômicas e políticas, pois impactam nas concepções mentais e nas formas de entendimento da organização material da sociedade, modificações essas decorrentes das alterações geopolíticas mundiais ocorridas durante aquele momento.

Ao longo desse século, as alterações e os avanços atingiram um nível paradigmático, pois o funcionamento e a organização da sociedade, do início ao final do período, sofreram profundas transformações, no cotidiano, na vida em sociedade, no modo de se compreender as relações pessoais e na forma com que os homens se relacionam com o poder difundindo suas ideologias.

Com isso, vimos que as estruturas sociais, as formas de organização dos Estados Nação e da produção material alteram-se, aperfeiçoando-se ainda mais no segmento da racionalidade tecnológica. As concepções e as ideias histórico-filosóficas também sofrem mudanças, e este fato modifica toda a ordem mundial existente, pois no decorrer do período ocorreram transformações nas conjunturas sociais, fato que proporcionou condições para o desenvolvimento de uma nova realidade ao final do século XX.

Mas essas características de transformações nas formas de organização material da sociedade, que ocorreram no século XX, têm grande nitidez ainda na segunda metade do século XIX. Portanto, compreendemos como necessária uma retomada histórica pontual do contexto precedente, no qual discorrem-se as mudanças que darão o tom de como o período seguinte será o portador de uma intensidade de fenômenos sociais, políticos e econômicos.

Sobre as alterações socioeconômicas e políticas ocorridas ao longo da história na transição do final do século XIX, as quais proporcionaram impactos no início do século XX, afirma João Fábio Bertonha:

A segunda metade do século XIX foi um momento de mudança no cenário internacional. Não apenas, como visto, novos atores entraram em cena, trazendo instabilidade, mas ocorreu uma verdadeira globalização da política e da economia internacionais. Um sistema econômico e político global foi montado, mas, ao invés de este sistema girar, como antes, em torno da Grã-Bretanha, ele se tornou muito mais competitivo, com as grandes nações do continente procurando adquirir colônias, protetorados e territórios em todo o mundo (BERTONHA. 2011a, p. 22-23).

Nessa conjuntura, os grandes Estados Nações Imperiais da Europa do início do século XX, já haviam passado por profundas transformações, como a aquisição de colônias em diversas partes do mundo, antes dos conflitos militares mundiais. Todavia, os grandes conflitos mundiais trouxeram uma nova conjuntura para se organizar a geopolítica global, bem como uma nova forma de negociar a diplomacia no âmbito internacional.

O domínio político, econômico e suas sucessivas reproduções sociais também se modificam, fato consumado por meio da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marco das alterações sociais mais profundas ocorridas no período.

Iniciamos o século XX com o domínio mundial do Império Britânico, que após a Primeira Grande Guerra (1914-1918) se enfraqueceu. Todavia, a Segunda Grande

Guerra marcou a derrocada da Inglaterra e a consolidação do domínio de outras duas grandes potências: os Estados Unidos e a União Soviética, ambas passando a disputar o posto de maior potência bélica e econômica mundial, nos anos seguintes.

Conforme afirma Eric Hobsbawm:

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. [...] Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBBSAWN, 1995, p. 224).

Em função disso, é no transcorrer da segunda metade do século XX que os Estados Unidos sobrepõem-se como a nação que determina o modo de produção material dominante dentro da nova ordem econômica mundial. De modo subjacente, determinam os segmentos da exploração mundial, suas reproduções e os domínios políticos e socioeconômicos ocidentais.

Tais alterações ocorridas no campo das relações políticas e econômicas são imensas, fruto de convulsões bélicas da primeira metade do século que desgastaram grande parte da sociedade. E, a partir dessa reflexão, podemos dizer que os meios de vida são refeitos sob a ótica de uma nova forma de exploração e de reprodução da vida material, agora ainda mais racional e tecnológica, determinada pelos Estados Unidos, no Ocidente.

Alterações nos segmentos sociais e nas formas de produzir a vida material ocasionam mudanças nas estruturas da totalidade social vigente. Não só o modo de se produzir muda, mas se altera, também, nesse momento, o modo de se fazer política; a economia, o comércio, as relações pessoais e a educação passam por esse processo a fim de incorporar a lógica de reprodução material dominante no âmbito social.

O impacto dessas mudanças é vasto e ao mesmo tempo complexo. O mundo como era antes de 1914 não existe mais (BERTONHA, 2011a). Após duas grandes

guerras, o mundo transforma-se de tal forma, que as sociedades moldam alianças com fins de regular a paz entre as nações, buscando acordos políticos, econômicos e diplomáticos para a manutenção do sistema vigente (HOBBSAWN, 1995).

O século XX, guardadas suas devidas proporções e alterações ao longo da história, tornou-se para os historiadores um dos períodos com maior teor paradigmático, devido à quantidade de eventos políticos, econômicos, sociais e bélicos nele existentes, bem como suas constantes e rápidas modificações que impactaram, sobretudo, o terreno da política internacional.

O processo descrito durante esse contexto em discussão traz não apenas uma sucessão de acontecimentos históricos, mas proporciona, também, alterações no campo de estudos da História. Do mesmo modo que as sociedades sofrem modificações, as formas de entender e de interpretar o mundo, o tempo e os homens também tendem a se modificar.

Esse processo chega ao ponto de exigir readequações das perspectivas de interpretação da história, ou mesmo renovações em seus quadros teóricos. Mediante as antigas alianças de poder forjadas décadas anteriores entre o Estado Francês e os Historiadores Positivistas, fazia-se necessário adequar-se às novas emergências interpretativas, advindas das novas estruturas sociais concebidas durante o século XX.

Com isso, novas formas de interpretar a história surgem e, com elas, novas Teorias, Escolas e Paradigmas passam a ser discutidos no período. Crescem os ciclos de estudos e de discussões teóricas nesse momento.

Dentro da dialética dos acontecimentos do contexto histórico, o mundo se transforma de modo intermitente. A história dos eventos²² acontece com maior velocidade, e a forma de se analisar essa história é mais recorrente para os estudos e as investigações do século XX.

O início desse período no campo da história traz consigo dois paradigmas que dominavam a teoria e a metodologia perfazendo os referenciais epistemológicos

²² História dos Eventos: Perspectiva metodológica de análise de períodos históricos; consiste em um recorte temporal restrito, com objetivo de analisar e interpretar contextos menores, delimitados como uma(s) ação(s) pontual(s) de sujeitos ou ações históricas. Prática muito recorrente para analisar fenômenos políticos e movimentos sociais. Tal perspectiva teórica ficou mais adequada às análises de conjuntura social, efetuadas principalmente pela vertente do materialismo histórico dialético, a qual adotou esta perspectiva para suas análises. HOBBSAWN, Eric J. **Ecossistema da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

mais recorrentemente utilizados por historiadores no início do século XX: o positivismo e o historicismo²³: “Por fim, no interior desta efervescente discussão teórico-metodológica, começam a se formar paradigmas historiográficos, a principiar pelo Historicismo e pelo Positivismo, logo seguidos pelo Materialismo Histórico” (BARROS, 2012, p. 370). Porém, ao longo do período, esse domínio da história passaria por transformações, readequações e ressignificações.

De acordo com José D’Assunção Barros (2013), Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997) o Positivismo, enquanto um dos paradigmas dominantes da História estava consolidado já no início do século XIX, pois havia sido herdeiro do movimento Iluminista que predominou durante o século XVIII.

De acordo com François Dosse (1992) durante a transição para o início do século XX, o Positivismo já possuía domínio e predominância intelectual devido a sua associação com o Estado Nacional Republicano Francês.

Essa aliança entre o Estado e os historiadores se deu, de acordo com François Dosse (1992), com motivações nas raízes dos eventos de 1789 da Revolução Francesa e que se acentuaram em 1871 com a Guerra Franco-Alemã, na qual a nação Francesa saiu derrotada, perdendo territórios importantes de sua economia para sua rival alemã.

Durante o período Republicano na França entre 1870 e 1940 é que se deu essa associação com os historiadores, com o intuito de formar uma nova concepção nacional. Percebe-se esse movimento a partir daquilo que reflete François Dosse:

Guizot criou o Comitê dos Trabalhos Históricos, a Comissão dos Monumentos históricos; fundada em 1846, a Escola francesa de Atenas etc. A pesquisa histórica organiza-se e racionaliza-se. É uma revolução metodológica incontestável que se realiza no interior do estado no qual ela permanece enfeudada: “Como não havia de ser, desde logo, o discurso dos historiadores um discurso sobre o estado?” A Europa era atravessada, então, pela idéia nacional, que domina as análises (DOSSE, 1992, p. 36-37).

Não só engendradora nesse momento, a pesquisa histórica positivista na França, mas também o sistema de ensino voltou-se para essa forma de entendimento e de organização, como afirma François Dosse: “A adesão

²³ De acordo com o Professor José D’Assunção de Barros “[...] o Historicismo estará construindo o seu paradigma no decurso do próprio século XIX” (BARROS, 2013, p. 65). Sendo assim, ainda não possui uma sólida base para fixar-se tal como o Positivismo o fez no mesmo contexto.

republicana da escola historicista foi operacional, pois serviu ao discurso do poder” (DOSSE, 1992, p. 64).

Mas, além de perder territórios²⁴, esses conflitos atingiram o sentimento de patriotismo nacional e, com isso, fez-se necessário reaver esse comprometimento do sentimento nacional do mesmo modo com o regime político republicano na França. E a solução surgiu por meio da História, disciplina que auxiliaria nessa função de formação da identidade francesa, por meio de um discurso histórico reproduzido desde os anos iniciais do sistema de ensino²⁵.

Ao observarmos essa constante, percebemos que o Positivismo conseguiu, na transição entre os séculos XIX e XX, consolidar-se como mecanismo do Estado para atendimento e formação de um determinado discurso patriótico por meio do ensino em curso na França.

Percebemos, de acordo com os dizeres de José D’Assunção Barros (2012), em sua coletânea sobre Teorias da História o quinto volume, que nesse período o estabelecimento de paradigmas historiográficos como o positivismo na França e o Historicismo na Alemanha contribuíram para a formação de um campo disciplinar da história.

Os estudos desses autores vêm ao encontro de nossos anseios, no sentido de mostrar que podemos ressaltar a formação de um espaço comum de diálogo e de debates sobre o fazer histórico que não existia até então nas precedidas filosofias da história, reinantes durante os séculos XVII e XVIII, pois tratavam-se de espaços restritos a pensamentos determinados por filósofos específicos, que se dedicaram a pensar a história a sua própria maneira.

Desse modo, tanto o Positivismo quanto o Historicismo estabeleceram um domínio epistemológico no campo de estudos da História. Porém, estamos salientando por uma análise do predomínio exercido especificamente pelo

²⁴ Guerra Franco-Alemã de 1871.

²⁵ Petit Lavissee: Manual didático elaborado para estudantes primários e secundaristas, com o intuito de atender a formação de uma consciência patriótica. “Próxima do poder, a escola metódica domina o mundo dos historiadores e para além dele. Contribui ativamente para a obra didática de Jules Ferry, para a reforma do ensino superior; seus membros ocupam as cadeiras universitárias, dirigem as grandes coleções de história (*Histoire de France*: Ernest Lavissee; *Histoire générale*: A. Rambaut; *Peuples et civilisations*: Haiphén e Sagnac) e modelam a história ensinada desde o curso primário. O “Petit Lavissee”, publicado em 1884, no ano seguinte está na 75ª edição! Todos esses historiadores têm o mesmo objetivo que o poder de estado: reunir os franceses em torno da pátria, que se tornou a base do consenso nacional, portadora da estabilidade e da eficácia diante dos alemães” (DOSSE, 1992, p. 38).

Positivismo, pois as contribuições da historiografia Alemã não se configuram como nosso foco de análise desse trabalho.

Portanto, o paradigma Positivista predominou durante o século XIX e até o início do século XX. Todavia, conforme mencionado por Bertonha (2011a), o contexto histórico beligerante do início do século XX foi induzido por discursos nacionalistas.

De acordo com Dosse (1992), foram engendrados, como no caso francês, por um sistema de ensino que conduzia a uma formação da concepção nacionalista, discursos estes que, mais tarde, constituíram-se na formação de alianças políticas.

Em função disso, o Positivismo direcionado à formação e instrução histórica na França contribuiu para a composição de uma noção de disputa contra seus algozes naturais, a saber: os alemães. Contribuição essa que influenciou em certa medida os rumos da Primeira Guerra Mundial.

E com o advento das guerras, constatou-se que o Positivismo não supria mais as necessidades de interpretação histórica dos homens daquele contexto. Portanto, a Primeira Guerra Mundial foi um dos prováveis fatores que ocasionou a crise do paradigma Positivista.

Vale ressaltar que, é no íterim desse curto período de parada do conflito militar no Ocidente, ocorrido entre os anos de 1918 e 1939, que se abriu precedente para que, dentro da área de Ciências Humanas, novas formas de interpretação históricas surgissem (eclodissem).

Tais afirmações vêm ao encontro do que queremos evidenciar: que nesse ponto da história, surgem novas Escolas²⁶ e novos Paradigmas²⁷ para se interpretar a História, bem como novas formas de interpretação que ainda não possuíam total

²⁶ Escolas: “O que caracteriza uma escola, conforme veremos, é um certo programa de ação, uma determinada identidade que se forma, um campo de escolhas (teóricas, metodológicas, temáticas, éticas, associativas, geradoras de inclusão e exclusão) que permite ao praticante do campo sintonizar-se com outros que a ele se assemelham nas mesmas escolhas” (BARROS, 2012, p. 14).

²⁷ Paradigmas: “[...] enquanto um paradigma teórico se refere a determinado modo de ver as coisas, sem implicar necessariamente a exigência de que aqueles que sintonizem com o paradigma se comportem de certa maneira diante de certo aspecto ou determinada situação típica, a escola tende a propor um modo de agir”. Como visto, o conceito de escola pode instalar-se dentro de um paradigma, que pode conter várias escolas de pensamento sobre seu campo de saber, mas de modo diferente pois constitui-se “[...] um paradigma – que na verdade não possui pontos de pauta, e, sim constitui um ambiente teórico que se forma em torno de determinadas questões e princípios fundamentais” (BARROS, 2012, p. 16-17).

abertura acadêmica, podendo ascender e criar bases sólidas, como é o caso do Materialismo Histórico.

De acordo com Dosse (1992), o Materialismo Histórico ganhou, no início do século XX, maior destaque acadêmico devido ao sucesso das políticas econômicas adotadas pelo governo soviético durante a década de 1920. A N.E.P (Nova Política Econômica) foi uma política de coletivização da economia, instituída após o fim da Guerra Civil de 1921, que chamou a atenção do mundo por ter eximido a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) da crise econômica do sistema capitalista em 1929, a partir de seus princípios de planificação econômica²⁸.

Ao final da década de 1920, emergiu um tempo de desequilíbrio do sistema capitalista, no qual os países de economia liberal foram afetados devido à crise do sistema financeiro internacional que ocorreu devido a hiperprodução material. A crise ocasionou um abarrotamento dos mercados consumidores, enquanto os países pertencentes ao bloco comunista mantiveram-se equilibrados por estarem à margem desse processo (HOBSBAWN, 1995).

Além da ascensão do Regime Socialista na URSS que alavancou os estudos sobre o Materialismo Histórico, ocorreu na França, assim como em outras regiões, a formação de centros de estudos históricos com a finalidade de compreender o novo contexto social existente, a partir da organização geopolítica ocorrida na Europa após o término da Primeira Guerra Mundial.

Dentre os grupos de estudiosos que emergiram como expoentes naquele tempo, estão os *Annales*, que se sobrepuseram ao domínio que os historiadores Positivistas possuíam anteriormente. Negaram a concepção da história política e

²⁸ N.E.P – Nova Política Econômica - Foi uma política de coletivização da economia soviética, a qual foi implementada logo após 1921, com o término da guerra civil que acometeu a Rússia em Outubro de 1917. “A NEP permitiu a revitalização de alguns componentes da economia capitalista. Apesar do predomínio do Estado, graças à permissão do livre mercado e a despeito do rigoroso controle de preços, uma parcela da economia estava nas mãos de comerciantes ricos (*nepmen*) e dos camponeses proprietários de terras (*kulaks*) que se utilizavam da mão de obra assalariada. Ambos foram os grandes beneficiários da NEP. A característica fundamental, no entanto, era o planejamento centralizado da economia – denominado “capitalismo de Estado” por Lenin. Não se pode esquecer que a NEP representou um esforço nacional de reconstrução que visava sanar os danos causados pelos sete anos de guerras e, na ótica do líder bolchevique, o governo deveria conduzir o processo, mesmo abrindo, por absoluta necessidade, certas “brechas” ao capitalismo (REZENDE, 2005, p. 252). Institucionalmente, a prerrogativa do Estado como planejador da economia ficou marcada pela criação, em 1921, do Gosplan, órgão que centralizava as estratégias de desenvolvimento econômico da nação” (GONCALVES. Paulo Cesar. Rússia, 1917: O Assalto aos Céus no Outubro Juliano. p. 66-67. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). **As Revoluções Contemporâneas Paradigmáticas**. UEM-PGH, Maringá. 2016).

desenvolveram suas análises em História Social, História Cultural e História Econômica, dentre outras perspectivas que surgiram e se firmaram com o tempo.

Compreendidas as problemáticas e o contexto histórico da transição do século XIX para o XX e o seu respectivo início, quando o paradigma Positivista associou-se ao Estado Republicano Francês, e logo após com o período entre Guerras (1918-1939), quando ocorreu a crise desse paradigma, que predominou dentro da área da História por mais de um século, estava desenhada uma nova conjuntura para a ciência. Nessa conjuntura social, recentes Escolas de pensamento teórico, sobretudo com novos estudos sobre a História, desenvolveram-se a partir do período do entre guerras.

Por conseguinte, não apenas a ciência histórica encontrou um cenário fértil para se desenvolver no período, mas também, todos os demais campos pertencentes às ciências atravessaram um visível avanço nessa conjuntura bélica.

Novas visões e novos métodos de se fazer ciência que nasceram ou se fixaram durante as Guerras Mundiais, proporcionaram um fato notável, qual seja: o avanço técnico-científico adquirido no período das Guerras é imenso, e fica muito evidente logo após os conflitos.

Todavia, o conflito deixou marcas perenes na história, como o contraste entre os genocídios que ocasionaram incontáveis perdas de vidas humanas, em decorrência de violentos conflitos militares e, ao mesmo tempo, coexistiu, também, uma vastidão de avanços significativos em muitos campos das ciências. É um drástico cenário norteado por extremos, como afirma Eric Hobsbawn (1995).

Observando os avanços no campo científico, é possível percebermos que os avanços disseminam ao longo de todo o mundo. Nesse contexto, o Brasil, país caracterizado pelo seu potencial agrícola altamente produtivo, incorporou também parte desses avanços decorrentes da guerra.

Durante as Guerras, o continente americano não possuía campos de batalha em nenhuma área de sua extensão geográfica; com exceção dos ataques kamikazes japoneses na Baía de *Pearl Harbor* na manhã do dia 7 de Dezembro de 1941, durante a II Guerra Mundial, não ocorreram mais registros de ataques no continente americano.

E, justamente, a ausência de embates contribuiu em grande medida para que a vida social se reproduzisse com maior estabilidade em seu cotidiano. E concomitante ao processo macro histórico descrito, sobre a transição entre os

séculos XIX e XX e o início deste, a realidade social do Brasil carecia de recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de demasiadas funções que atendessem a vários setores da sociedade.

Tais necessidades de modernização ocasionaram a necessidade de investimentos em formação de pessoal, conduzindo aplicações para os cursos de pós-graduação no Brasil, iniciados de modo pioneiro já no período da década de 1930. No entanto, o entendimento sobre as estruturas dos níveis de Ensino que eram, por ora, estabelecidos no país, possuíam certas imprecisões conceituais.

Conforme afirma Newton Sucupira:

Tanto quanto saibamos, o primeiro documento legal a utilizar o termo *pós-graduação* para designar uma modalidade de cursos superiores foi o Decreto nº 21.231, de 18 de junho de 1946, que baixou o Estatuto da Universidade do Brasil. O art. 71 do estatuto distinguia os seguintes cursos universitários: a) cursos de formação; b) cursos de aperfeiçoamento; c) cursos de especialização; d) cursos de extensão; e) cursos de pós-graduação; f) cursos de doutorado. (SUCUPIRA, 1980, p. 6)

Tal organicidade representava para o próprio Newton Sucupira um equívoco por parte do redator do decreto a respeito da modalidade,

Certamente não era das mais felizes a idéia que o legislador fazia da pós-graduação. Por estas definições, verifica-se que a distinção entre os cursos de pós-graduação e os cursos de especialização está em que os primeiros se restringem ao campo profissional e os segundos abrangem toda a gama dos saberes, incluindo o saber técnico. [...] Sendo assim, os cursos de pós-graduação definidos pelo estatuto constituíam realmente pós-graduação em sentido lato, na medida em que pressupunham a graduação, embora fossem arbitrariamente restritos ao domínio profissional. Tratava-se, pois de uma definição esdrúxula e estreita que revelava uma concepção totalmente inadequada da pós-graduação (SUCUPIRA, 1980, p. 6).

Entretanto, vale ressaltar que, conforme Newton Sucupira (1980), já na década de 1930, o Brasil possuía cursos de doutoramento prevendo defesa simples de tese. Após, adotou-se o modelo europeu, de molde germânico, para sua organização.

Nesta época, algumas Universidades Brasileiras, como a do Estado da Guanabara, denominada Universidade do Rio de Janeiro, e a do Estado de São Paulo, onde veio a ser fundada a USP, contavam com atuações de vários professores estrangeiros que, em grande medida, influenciaram em suas

organizações internas, ainda em constituição durante a década, conforme afirma o professor Newton Sucupira:

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras idealizada por Francisco Campos só veio a concretizar-se, três anos depois, sob o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao ser fundada a Universidade de São Paulo. Iniciando os seus cursos com uma plêiade de professores europeus em suas diversas seções, era natural que a faculdade de filosofia organizasse o doutorado segundo o modelo das universidades europeias, o qual funcionou regularmente desde sua criação. A Universidade de São Paulo é a primeira e única, de nossas instituições universitárias a disciplinar a carreira do professor, exigindo o doutoramento como condição prévia para a habilitação à livre-docências, na linha de uma tradição germânica (SUCUPIRA, 1980, p. 5).

Haja vista o período citado, percebemos a necessidade de estruturação das carreiras docentes, que dependiam diretamente de uma definição mais clara dos respectivos níveis, graus e mesmo dos conceitos sobre a organização dos estudos de pós-graduação no Ensino Superior.

Com a finalidade de trazer maior clareza, tanto para a formação como para a atuação profissional dos docentes e suas finalidades e atribuições, que cada ciclo de formação deveria proporcionar para o aluno que o concluisse, deu-se início a um esforço a fim de formar uma legislação específica que regesse as regras para a pós-graduação no Brasil.

Como visto, instituiu-se a exigência de Doutorado como pré-requisito para ingresso na carreira de docente universitário na Universidade de São Paulo. Essa atitude demonstra uma tentativa inicial de organizar pré-requisitos institucionais, bem como corroborar para se chegar a uma melhor organização conceitual acerca da definição de pós-graduação e de quais seriam as competências que os titulados poderiam assumir no exercício da sua profissão.

Não obstante, esses conceitos sobre o que é pós-graduação e qual a sua serventia social estavam muito obtusos, ainda, na década de 1930. De acordo com o balanço sobre os “Antecedentes e primórdios da pós-graduação” publicado por Newton Sucupira, notamos que no período entre as décadas de 1930 a 1960, adquiriu-se, de maneira gradual, um amadurecimento acerca dos conceitos, das definições, das funções e atribuições da pós-graduação no país.

Com a reforma Francisco de Campos de 1931, tiveram início os primeiros passos com destino a uma melhor organização e estruturação da futura pós-

graduação *stricto sensu*. O começo desse processo culminou no ano de 1965 em um parecer que definiu de modo coerente os conceitos desse nível de estudos.

É possível notarmos, nesse período, um amadurecimento das concepções de pós-graduação a partir da observação das leis, dos decretos e pareceres publicados e promulgados no período, até chegarmos ao Parecer nº 977/1965, o qual regulamentou e apregooou as definições, bem como as bases conceituais e o modelo adotado pelo Brasil para a sua pós-graduação.

A princípio, a pós-graduação existente no país, em meados da década de 1930, visava uma formação profissional destinada ao mercado de trabalho para setores públicos e privados e não possuía uma tendência à formação acadêmica e científica em si (SUCUPIRA, 1980).

Pois sobre a História da Pós-Graduação no Brasil, de acordo com Newton Sucupira (1980, p. 3) “O doutoramento obtido mediante simples defesa de tese sempre existiu no ensino superior brasileiro”, porém, foi apenas com a Reforma Francisco Campos de 1931 que pensou-se, de fato, em um curso de doutorado de molde europeu, o qual foi consubstanciado pelo “(Decreto nº 18.851, de 11 de Abril de 1931), que previa o doutoramento de tipo europeu, com defesa de tese, “atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos institutos” (SUCUPIRA, 1980, p. 3).

Dessa forma, em 1931, instituía-se a pós-graduação *stricto sensu* na Universidade do Rio de Janeiro, momento no qual a capital federativa do Brasil estava assentada na mesma cidade. Com isso, era possível observarmos, mesmo que de forma inicial, um ímpeto direcionado para a formação na qual o Estado Brasileiro pretendia investir.

Desse modo, o ano de 1931 representava o início de um movimento voltado para a consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* no país, mesmo sem possuir ainda um modelo definitivo. No entanto, já a partir da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil atravessou um momento de modernização e de implementação maciça da indústria com investimentos em diversos setores, e também em pós-graduação.

Os investimentos em pós-graduação aconteceram, pois o fazer ciência está concentrado nos meios universitários. Portanto, investir em desenvolvimento científico, naquele momento, significava investir em formação acadêmica. Para desenvolver indústrias químicas, siderúrgicas e petrolíferas, é necessário que haja

outros setores se desenvolvendo mutuamente com a indústria, setores como a pesquisa, presente nos centros universitários.

Mediante esse contexto, a necessidade de uma melhor organização dos níveis de ensino, o que cada nível representa, seus graus e titulações acadêmicas, os pré-requisitos exigidos tanto para ingresso no curso quanto para obtenção do título, passaram a ser discutidos com vistas a serem esclarecidos. O país necessitava de recursos humanos para as modernizações que estavam em curso.

Portanto, a organização da pós-graduação durante a década de 1950, mediante esse processo, fazia-se necessária. Newton Sucupira (1980, p. 3) ao discorrer sobre a formação da pós-graduação, afirma o seguinte:

Mas seu aparecimento no cenário de nossa educação superior não é o fruto de uma decisão intempestiva do Conselho Federal de Educação. É o resultado de um processo intimamente vinculado ao movimento de modernização da universidade brasileira, que teve seu início na década de 50.

Nesse sentido, entendemos que o contexto histórico existente era o que, de fato, exigia o desenvolvimento de profissionais com altas formações acadêmicas para se concluir o processo de modernização pretendida no período, ocasionando transformações na forma de organização material em curso na estrutura social.

Newton Sucupira faz uma explanação muito consciente do contexto social, ao realizar o seguinte balanço sobre o período;

Após a II Guerra Mundial, os esforços no sentido de promover a pesquisa científica numa universidade, até então restrita à formação de profissionais liberais, determinaram a criação de institutos de pesquisa, seja vinculados a uma cátedra, seja reunindo cátedras idênticas ou afins que se distribuía por unidade diferentes dentro de uma mesma universidade. Como sempre acontece com semelhantes iniciativas, houve as inevitáveis deturpações de uma idéia, no momento justificada, resultando daí a proliferação indiscriminada de institutos que, nem sempre se ocupavam realmente da investigação científica (SUCUPIRA, 1980, p. 7).

Desse modo, é possível inferir que se tenta romper com uma tradição da presença única e exclusiva do ensino e da pesquisa nas universidades, pois percebemos, com a contextualização acima, a existência da intenção de promover esforços para disseminar a pesquisa científica de modo sólido e bem organizado dentro das instituições de ensino. No entanto, o resultado não foi tão positivo quanto

ao aguardado, que era a pretensão de se fazer ciência a partir da criação de institutos vinculados às cátedras universitárias, porque na esteira dessas ações, muitos institutos surgiram no período, mas não estavam, necessariamente, aptos a produzirem o desenvolvimento científico que se buscava no momento.

Analisando a busca do Estado Brasileiro pela implementação tecnológica que atingisse a vida material dos cidadãos, percebemos que esse processo encontra-se todo ele concatenado com as influências da ordem econômica mundial, pré-estabelecida pela lógica da produção material determinada pelos Estados Unidos da América.

Dessa forma, o processo ocorrido no Brasil na década de 1950 possui ordenamento direto com a ordem socioeconômica, política e material vigente na economia internacional, devido à presença do país na área de influência comercial estadunidense.

É necessário assimilar que o contexto externo da economia possui plena confluência no cenário interno nacional. Compreendida essa questão, faz-se necessário entender que, no caso do Brasil, essa conexão influencia não apenas o modo de se produzir a vida material, mas acarreta, também, a tomada de adoção do modelo estadunidense de pós-graduação.

Desse modo, o ano de 1965 marca o início da vigência do parecer nº 977/1965 que regulamenta a pós-graduação em nível *Stricto sensu* no país, ou seja, dava-se início ao desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil seguindo os moldes da formação acadêmica dos Estados Unidos. Ressalte-se que, o modelo adotado já era consagrado nos Estados Unidos pelo fato de estar vigorando há cerca de três séculos, com notório sucesso em suas formas de execução.

O Brasil já possuía um modelo de pós-graduação verticalizado. Todavia, ao passar do molde europeu germânico para os moldes estadunidenses, ocasiona-se uma maior clareza das etapas da formação acadêmica, como visto no próprio parecer:

Com efeito, o exame dos estatutos e regimentos nos tem mostrado que, de modo geral, falta às escolas uma concepção exata da natureza e fins da pós-graduação, confundindo-se frequentemente seus cursos com os de simples especialização (PARECER, 1965, p. 01).

O parecer desfaz essa dúvida acerca dos corretos conceitos na pós-graduação ao delimitar, com clareza, a área *Stricto sensu* e a *Lato sensu*. Conforme se percebe no trecho a seguir:

[...] a pós-graduação *sensu stricto* apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico (PARECER, 1965, p. 4).

Com isso, ao final do ano de 1965, chega-se a uma definição clara acerca da função da pós-graduação, bem como suas formas de funcionamento e organização como se vê no trecho a seguir:

[...] de acordo com a doutrina exposta nesse parecer, propomos o escalonamento da pós-graduação em dois níveis: mestrado e doutorado, não obstante certas objeções, surgidas, entre nós, contra o título de Mestre. A alegação, tantas vezes invocada, de que esse título não faz parte de nossa tradição de ensino superior não nos parece constituir razão suficiente para ser rejeitado. A verdade é que em matéria de pós-graduação ainda estamos por criar uma tradição. E, se a pós-graduação deve ser estruturada em dois ciclos, como a experiência anglo-americana demonstra e a própria natureza desses estudos aconselha não vemos porque teríamos escrúpulo em adotar a designação de Mestre se, como bem acentuou o Conselheiro Rubens Maciel não dispomos de outro nome que a substitua. Aliás, algumas de nossas instituições já vem adotando, com êxito, o título de Mestre para designar o grau acadêmico correspondente ao primeiro nível da pós-graduação. Seguindo-se o critério de maior flexibilidade, em vez de duração uniforme e invariável julgamos mais adequado fixar duração mínima em termos de ano letivo. Com base na experiência estrangeira podemos determinar o mínimo de um ano para o mestrado e dois para o doutorado (PARECER, 1965, p. 9).

Definido o período de duração dos programas de mestrado e de doutorado, a preocupação passou a ser com a definição de matérias e de conteúdos a serem trabalhados nos cursos e, em especial, na equivalência de créditos a serem cursados, a frequência às aulas e o tempo dedicado à pesquisa em cada modalidade na pós-graduação.

O programa de estudos compreenderá um elenco variado de matérias afim de que o aluno possa exercer opção orientado pelo diretor de estudos. Em sua área de concentração o candidato escolherá certo número de matérias, complementada por outra ou outras escolhidas em campo conexo. O total de estudos exigidos para completar o curso poderá ser avaliado em créditos ou unidades equivalentes. Sistema, que aliás, já vem sendo adotado no curso de mestrado mantido pelo Instituto de Química da Universidade do Brasil. Neste curso requer-se um mínimo de 30 créditos, correspondendo o crédito a cada 17 horas de aulas teóricas ou equivalentes. Por não existir ainda unidade de crédito convencional para nosso ensino superior deixamos de empregar esse critério de avaliação. Mas, considerando-se que na pós-graduação se há de conceder ao aluno certa margem de tempo para os seus estudos e trabalhos de pesquisas individuais, calculamos que seria suficiente, para o mestrado e doutorado, o total de 360 a 450 horas de trabalhos escolares, aulas, seminários ou atividades de laboratórios, por ano letivo (SUCUPIRA, 1965, p. 9).

A princípio, a própria organização interna do sistema de pós-graduação compreende que se faz necessário um tempo maior para o desenvolvimento da investigação e da pesquisa científica, ação que faz parte do processo formativo desse pesquisador, portanto a carga horária de aula deve ser reduzida para que haja tempo hábil para a preparação da dissertação ou tese exigida.

Desse modo, os programas *stricto sensu* dividem-se em

O programa de estudo comportará duas fases. A primeira fase compreende principalmente a freqüência às aulas, seminários culminando com um exame geral que verifique o aproveitamento e a capacidade do candidato. No segundo período o aluno se dedicará mais à investigação de um tópico especial da matéria de opção, preparando a dissertação ou tese que exprimirá o resultado de suas pesquisas. Embora o mestrado e o doutorado represente um escalonamento da pós-graduação, esses cursos podem ser considerados como relativamente autônomos. Isto é, o mestrado não constitui obrigatoriamente requisito prévio para inscrição no curso de doutorado. É admissível que em certos campos do saber ou da profissão se ofereçam apenas programas de doutorado. De qualquer modo, seguindo tradição generalizada em todos os países, não se aconselharia a instituição do mestrado em Medicina (PARECER, 1965, p. 9).

O período no qual discutimos a organização da pós-graduação *stricto sensu* no país, abarcou as décadas de 1930 a 1960, marcado, também, pela instabilidade

na vida política do Brasil. Este contexto contou com a presença de duas ditaduras militares intercaladas por períodos de democracia popular instáveis²⁹.

Quando foi elaborado o Parecer nº 977/1965, o país encontrava-se no início de um regime político ditatorial que suprimiu as liberdades civis, pretendendo dar fim à possíveis ameaças do comunismo no contexto interno, uma vez que o continente americano se configurava como zona de influência geopolítica estadunidense.

Entretanto, a Revolução Cubana de 1959 possuiu orientação de caráter nacionalista. Somente após a tomada do controle é que o país aderiu a um viés comunista, advindo da associação ideológica na relação com os Soviéticos. Com isso, a ilha passou a ser um ponto de contato dos soviéticos na América. Esse comportamento acirrou os ânimos durante a Guerra Fria, ocasionando a crise dos mísseis de 1962, ação que quase culminou no início de um terceiro conflito mundial.

Em decorrência do contexto da política internacional na década de 1960, os Estados Unidos, imersos nesse conflito ideológico, a fim de manter seu domínio na região, optou por isolar Cuba economicamente. Foram criados embargos e restrições comerciais duríssimas a todos os países que comercializassem com Cuba. O objetivo era reprimir possíveis pretensões de ações de expansão socialista para os demais países do Continente Latino-americano.

Cuba era um representante político do comunismo dentro da área de influência dos Estados Unidos. Nesse período, no Brasil, os representantes políticos pretendiam dar continuidade aos planos de modernização econômica iniciados na década precedente.

No entanto, de acordo com Newton Sucupira, o Brasil, por estar dentro da área de influência estadunidense e ter feito a adoção de seu modelo de pós-

²⁹ Pós-crise de 1929 é marcado por um período de instabilidade e fragilidade democrática muito ampla, na qual, o Brasil um dos principais exportadores de café no momento da crise, acabou por ser atingido no cenário econômico. Com este fato, demonstrou-se que a tradição agrícola da monocultura, poderia fazer ruir toda a estrutura econômica do país, desmoronando ante uma crise. Após, os fatos econômicos discorridos, é possível perceber que em um contexto de crise econômica as estruturas políticas abalam-se também, tanto porque, a estrutura política pairava sobre a cafeicultura. Os fazendeiros e grandes proprietários eram aqueles quem concediam indicações aos partidos políticos, para que os mesmos, pudessem indicar candidatos à presidência. Com isso, o período posterior consistia em um reordenamento interno das forças políticas que entraram em disputa no país, onde já existia grande presença dos militares, os mesmos que haviam inaugurado a era republicana no Brasil. Desse modo, entre os anos de 1930 a 1960, buscou-se uma reorganização das estruturas políticas do país, coexistente a tentativas de implementar uma diversificação econômica tanto com investimentos em indústria e tecnologia que engatinhava, e na tentativa de buscar-se outros tipos de culturas agrícolas. Neste cenário existia uma disputa interna pelo poder político que gerava as instabilidades do sistema democrático (AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (Org.); ZENHA, C. (Org.). **História do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. p. 902).

graduação, já possuía, nesse período, cerca de “[...] vinte e poucos mestrados e cerca de 10 doutorados” (1980, p. 15). Mas, conforme os exemplos citados por Newton Sucupira, com a instalação de programas na área de ciências exatas e biológicas, dava-se o tom de que os investimentos, os quais a nação mais estimava na época, seriam destinados para as áreas de ciências exatas e técnicas.

Em suma, a partir do Parecer nº 977/1965 é possível perceber que se consolidam os níveis da pós-graduação no Brasil, além de lançar luz sobre as dúvidas que permaneciam em conflito, delimitando, com exatidão, os conceitos e os objetivos de uma pós-graduação *stricto sensu*.

Esse fato proporcionou às Universidades a possibilidade de conseguir estruturar de maneira mais organizada seus quadros docentes, assim como realizar uma melhor qualidade de ensino e o desenvolvimento da pesquisa no país.

Haja vista que, na esteira desse processo, o Estado Brasileiro passou a se organizar a fim de desenvolver a sua pós-graduação. Para tanto, é a partir desse processo que podemos observar a formação de órgãos nacionais voltados para o desenvolvimento da pesquisa científica no país.

A partir dessa uniformidade assumida em 1965, a pesquisa se desenvolveu de modo mais coeso, pois desde a década de 1950, já existiam órgãos responsáveis pelo desenvolvimento técnico e científico como a CAPES³⁰ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq³¹ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que fomentam, regulam, supervisionam e avaliam o desempenho dos cursos *stricto sensu* no país.

Com isso, criaram-se órgãos que centralizam a pesquisa no país, tornando-se possível estabelecer parcerias entre Universidades nacionais, bem como com instituições internacionais no âmbito da internacionalização de pesquisas em meio à comunidade científica.

³⁰ “A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/pt/historia-e-missao>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

³¹ “O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Criado em 1951, desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional”. Disponível em: http://cnpq.br/apresentacao_institucional. Acesso em: 11 jun. 2019.

Em síntese, toda a condição para a pesquisa, anteriormente mencionada, deu-se após o término da II Guerra Mundial. Nesse período vimos o mundo se bipolarizar entre a influência de duas distintas ideologias políticas, regidas por meio do sistema capitalista (estadunidense) e da influência do regime Socialista (Soviético). Esse contexto perdurou até meados de 1991, quando, se dissolveu a, até então, chamada União Soviética (HOBSBAWN, 1995).

Os últimos anos da União Soviética foram uma catástrofe em câmara lenta. A queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência. Sua absoluta incapacidade para desempenhar qualquer papel na crise do golfo Pérsico de 1990-1 simplesmente acentuou isso. Em termos internacionais, a URSS era como um país abrangentemente derrotado, como após uma grande guerra – só que sem guerra (HOBSBAWN, 1995, p. 476).

Conforme dissemos, o contexto da bipolarização mundial, nesse momento, foi marcado por um número imenso de pesquisas espaciais, já que tanto Estados Unidos, quanto União Soviética disputavam a dianteira do domínio científico para determinar qual nação conseguiria levar primeiro o homem ao espaço e posteriormente à lua (HOBSBAWN, 1995).

Cabe destacar ainda que, inseridos nessa perspectiva de transformações, formaram-se os Organismos Internacionais das Nações Unidas³² com o propósito de desenvolver ações internacionais, na defesa e na preservação de direitos, de liberdades, de representações sociais, de comércio e da continuidade da paz. Essas ações, todavia, estão alinhavadas aos interesses ideológicos dominantes. Por isso conduzem as negociações para regularizar e firmar acordos entre as nações (Estados soberanos) para políticas de assistência sobre a fome, o emprego, a saúde, a infância, dentre outras políticas.

Dessa forma, um ramo da pesquisa científica tornou-se extremamente necessário nesse instante atual, pois no hodierno mundo capitalista, onde se faz preciso regular os níveis de pobreza e de distribuição de renda, a pesquisa se torna o meio pelo qual essa averiguação é exercida pelos órgãos internacionais.

³² Nações Unidas: “A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Na esteira do crescente número de pesquisas que surgiram nas mais diversas áreas do saber, faz-se necessário organizar bancos de dados e ferramentas que oportunizem a divulgação desses resultados de pesquisas, tanto para os organismos internacionais, quanto para a comunidade acadêmica internacional e a própria população em geral.

No Brasil, atualmente, essa divulgação se dá por meio do Banco de Dados denominado de *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes, onde se registra toda a produção de cunho científico desenvolvida nos programas de pós-graduação no Brasil, assim como por meio da Plataforma Sucupira³³.

Com a divulgação desses resultados, pretendem-se compartilhar o desenvolvimento e a cooperação de pesquisa institucional. Ao mesmo tempo, tanto o Banco de Dados da Capes, como a Plataforma Sucupira são importantes ferramentas para o desenvolvimento de pesquisa no país, pois disponibilizam informações atuais sobre os mais diversos estudos.

Essas ferramentas representam uma inovação para a ciência e para suas grandes áreas do saber, que são constituídas por suas subáreas. A história, de modo gradual, atravessa uma renovação no repertório instrumental do historiador, que a partir de agora pode incrementar, em sua metodologia, novas tecnologias para o desenvolvimento de pesquisas. Essas mudanças ocorreram nos domínios da própria História, durante o início do século XXI.

As discussões surgiram de forma concomitante às pesquisas históricas, e alinharam-se, ainda, com novos sistemas de pesquisas que possibilitam uma maior interação e investigação de novos assuntos, ou mesmo de novas perspectivas e novas formas de interpretação para assuntos já conhecidos.

Em suma, novas ferramentas de pesquisas como bancos de dados e plataformas digitais de acesso livre e irrestrito, alinhadas à pesquisa em História, possibilitam aos historiadores alargarem as investigações de temas, como a infância.

³³ “É uma nova e importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Igualmente, a Plataforma propiciará a parte gerencial-operacional de todos os processos e permitirá maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje”. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/pt/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

Dessa forma, esses novos instrumentos possibilitaram um crescimento do número de pesquisas para as mais diversas áreas, sendo especialmente úteis nas discussões sobre a infância.

As condições para que se fizessem pesquisas sobre a história da infância no campo de estudos da História serão alvo de discussão na próxima subseção. O avanço das pesquisas em história da infância na pós-graduação em História no Brasil serão discutidas na seção 2.2, onde observaremos as condições sociais que possibilitaram esse aumento de pesquisas na área da História.

2.2 O CONTEXTO DA PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Nesta subseção realizamos um estudo sobre o avanço das pesquisas nos programas de pós-graduação no Brasil, e sobre quais foram os fatores que proporcionaram o aumento das produções sobre a história da infância. Analisamos como os antecedentes históricos da conjuntura socioeconômica e política contribuíram para tornar possível o entendimento do processo que resultou no aumento das produções acadêmicas.

Para se compreender o aumento das pesquisas em programas de pós-graduação é necessário, em um primeiro momento, compreender as problemáticas do contexto histórico, a fim de possuímos o entendimento da totalidade social que permeou todo esse processo.

No Brasil, a partir da publicação do Parecer nº 977/1965 redigido pelo professor Newton Sucupira, definiram-se as bases estruturais da pós-graduação adotadas no país, fundamentando historicamente a escolha pelo modelo estadunidense devido ao seu notório sucesso e tradição após alguns séculos de experimentação, como visto a seguir:

Mas o desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como produto da influência germânica e coincide com as grandes transformações das universidades americanas nas últimas três décadas do século passado. É quando a universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. Na verdade, a pós-graduação adquire seu grande impulso com a fundação da Universidade Johns Hopkins em

1.876, criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados e inspirada na idéia da creative scholarship. Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora (PARECER, 1965, p. 2).

A experiência ocorrida nos Estados Unidos foi favorável devido à clareza sobre a concepção científica desenvolvida, colocando a universidade não apenas como instituição transmissora de conhecimento, elevando-a de categoria, mas, também, passando a produtora de conhecimento científico, ainda em meados do século XIX.

No entanto, procurou-se reproduzir o modelo desempenhado nos Estados Unidos também no Brasil, mas somente a base estrutural do sistema foi adotada, para que não se reproduzisse o mesmo sistema discorrido no caso estadunidense, como afirma o próprio Parecer: “O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação” (PARECER, 1965, p. 4).

Com a instituição do Parecer, forma-se uma base coesa e organizada e, com isso, tem-se a possibilidade de se produzir ciência de modo institucional, pautada em regulamentações legais. O parecer oportunizou a disposição estrutural da pós-graduação como seus graus, seu tempo de duração e as exigências para se cumprir todo o curso e como deveria ser organizado por meio das Instituições de Ensino Superior (IES).

É importante ressaltar que todo esse processo de instituição legal deu-se de modo concomitante ao período da Ditadura Militar iniciado no país na madrugada de 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964; em meio a esse contexto, afirma Newton Sucupira:

O ano de 1965 constitui, sem dúvida, marco decisivo para a pós-graduação brasileira. Em 3 de dezembro desse ano, o Conselho Federal de Educação aprovava o parecer que define a pós-graduação e estabelece as normas gerais de sua organização e funcionamento. Três dias após, era promulgado o Estatuto do Magistério Superior Federal (Lei n. 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965) que, no seu art. 25, conferia ao Conselho Federal de Educação competência para definir os cursos de pós-graduação e fixar-lhes as respectivas características. Logo depois, o Conselho confirmava o Parecer n° 977/65, 6 entendendo dar assim cumprimento ao que dispunha o citado art. 25” (SUCUPIRA, 1980, p. 15).

De acordo com Newton Sucupira (1980), quando apregoado o parecer em 1965, este representa um marco para a consolidação da pós-graduação no país, pois havia cerca de somente dez cursos de doutorado e pouco mais de vinte cursos de mestrado em vigência e devido a clareza apresentada no Parecer acerca da sistematização e funcionamento desses ciclos de estudos acadêmicos, tornou-se possível às Universidades difundir novos cursos nas décadas posteriores.

Nesse sentido, Acácia Zeneida Kuenzer e Maria Célia Marcondes de Moraes abordam no artigo intitulado “Temas e Tramas da pós-graduação em Educação” o contexto histórico da instituição do Parecer que forneceu as bases para a pós-graduação e o desenvolvimento desse processo histórico que se estabelecem no cenário educacional, justamente em um período da história nacional permeado por contradições:

Naquele momento, o parecer 977, o Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, traçava o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando seus dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado. O Parecer sinalizou, ainda, um modelo flexível de organização curricular ao não fixar o mestrado como condição indispensável à inscrição no curso do doutorado (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1343).

Essa regulamentação vem ao encontro das pretensões políticas em voga no contexto em discussão, pois no ano de 1965 completava-se um ano da instalação do Regime Militar no Brasil, período de grande supressão dos direitos civis e das liberdades políticas. Esse regime político encontra-se alinhado à direita do espectro político, seguindo a linha dos interesses internacionais dos Estados Unidos da América que compunham um mundo dividido pela bipolarização oriunda da Guerra Fria (SAVIANI, 2010).

Em função disso, Acácia Zeneida Kuenzer e Maria Marcondes de Moraes desenvolvem uma reflexão sobre o contexto da aprovação do Parecer nº 977 analisando que, de fato, a implantação do documento não foi mera casualidade, pois atendia aos interesses de uma esfera de poder naquele contexto:

Chamamos a atenção para o ano em que foi elaborado o Parecer: 1965, o segundo do regime militar. Não foi casual. De fato, um dos acontecimentos aparentemente mais contraditórios da história recente do Brasil tenha sido talvez o boom experimentado pela pós-graduação brasileira, sobretudo a partir de 1970, quando um número significativo de seus cursos se consolida ou se constitui, com franco

apoio do regime, então em seus mais difíceis anos de chumbo (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1344).

Tal aprovação atendia aos interesses do governo militar no âmbito da vida política do país, pois naquele momento, o desenvolvimento técnico científico era objetivo comum do governo, bem como dar continuidade a esse processo que já havia se iniciado ainda durante a década de 1950. Dessa forma, o Parecer contempla a intenção do governo de corroborar com o desenvolvimento pretendido para o período.

No entanto, um dos objetivos ao se estabelecer os parâmetros para a pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com as autoras, era atender as necessidades por um professorado com alta titulação, devido ao aumento do Ensino Superior no contexto, consistindo assim de formação acadêmica mais aprofundada no âmbito da atividade científica, como se pode ver a seguir:

A pós-graduação brasileira foi implantada com o objetivo de formar um professorado competente para atender com qualidade à expansão do ensino superior e preparar o caminho para o decorrente desenvolvimento da pesquisa científica (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1342).

Essa necessidade de se melhorar a habilidade da formação docente surge em detrimento das condições socioeconômicas e políticas, em que se tem um crescimento concomitante da demografia nacional acompanhado por um aumento da graduação, o que leva à necessidade de um professorado com formação em pós-graduação e treinamento adequado para replicar as concepções de ciência do Ensino Superior no país.

Outro fato, que por ora deve-se observar, são as rupturas na continuidade democrática do Brasil. Pois, é nessa conjuntura de descontinuidades que a pesquisa científica se organizou e desenvolveu. Passados 21 anos de Regime Ditatorial Militar, época em que houve o recrudescimento e a supressão das liberdades civis, com ênfase durante a década de 1970 e diante de oscilações ocorridas ao longo do período, em 1985 retoma-se um regime de base democrática durante o período conhecido como Nova República.

Após movimentos por mais liberdade civil, de imprensa e de expressão, ocorridos no final da década de 1970 e de crises financeiras e instabilidades econômicas advindas do regime militar, movimentos sociais que reivindicavam por

liberdade ganham força, como, por exemplo, o movimento das Diretas Já. Todas essas movimentações no cenário político nacional e também internacional, ilustravam o contexto que dava o tom do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil (MORELLI, 2016; MOLINA, 2019; SAVIANI, 2010).

O crescimento do número de cursos de pós-graduação no território brasileiro deu-se de maneira significativa após a vigência do parecer nº 977/1965 até a conjuntura atual. Existem credenciados, atualmente, junto à CAPES, um total de 2.396 cursos de Doutorado, 3.651 cursos de Mestrado, 31 cursos de Doutorado Profissional e 852 cursos de Mestrado Profissional, totalizando um número de 6.930 cursos em funcionamento no Brasil, de acordo com dados extraídos da Plataforma Sucupira³⁴.

Portanto, o aumento do número de programas de Mestrado e Doutorado credenciados no país³⁵, torna o aumento das produções acadêmicas, nas mais diversas áreas do conhecimento científico, algo inerente e natural ao processo que, por ora, encontra-se em constante desenvolvimento.

A própria flexibilidade indicada no parecer é vista por Kuenzer e Moraes (2005) quando, analisando o processo de expansão da pós-graduação na década de 1970, apontam que para além da expansão se faz necessária, também, a avaliação da qualidade dos programas ofertados, já que os mesmos possuem a intenção de contribuir na formação de docentes, sendo assim:

O novo modelo de avaliação, uma vez que valoriza prioritariamente a produção científica e, portanto, a pesquisa, provocará a inversão proposta anos antes pelo III PNPG: o deslocamento da centralidade na docência para a centralidade na pesquisa. Em que pese as justificadas críticas à sistemática de avaliação, pode-se identificar uma vez mais o papel indutor do Estado no redirecionamento da pós-graduação. A partir do novo instrumento e, portanto, do enfoque

³⁴ Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf;jsessionid=lpC19tcuSCVdbQWNHKsjYjWE.sucupira-213>>. Acesso em: 16 jun. 2019 às 23:04.

³⁵ Especificamente sobre a pós-graduação em História, de acordo com dados coletados na Plataforma Sucupira, os primeiros programas da área de História, datam do ano de 1971, tendo sido autorizados ao funcionamento, neste ano, os programas de História Social e História Econômica na Universidade de São Paulo (USP) e o programa de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Já no ano seguinte, em 1972, mais três programas na área receberam autorização para funcionar, no caso os programas de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>>. Acesso: 26 dez. 2019.

central na pesquisa, evidenciaram-se alguns indicadores desta nova concepção. Introduziu-se a idéia de Programa, e não mais de cursos de mestrado e doutorado avaliados isoladamente; atenção especial voltou-se às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações; as linhas, e não mais as preferências docentes, passaram a definir: a) os percursos curriculares, organizados a partir da pesquisa, e não mais das disciplinas; b) os seminários de pesquisa e de dissertação; c) a definição dos orientadores já no início dos cursos; d) os objetos de investigação como determinantes do percurso curricular, agora flexibilizado (KUENZER; MORAIS, 2005, p. 1347).

Kuenzer e Moraes (2005), partindo desse modelo de organização, consideram que um número maior de programas existe, e também um amplo número de alunos desenvolvendo investigações e estudos inseridos em linhas de pesquisas, fato que contribui para uma atenção às características nacionais, já que, até aquela etapa, grande parte dos professores com altas titulações havia obtido tais títulos em Universidades estrangeiras, analisando problemas e assuntos com enfoques externos.

A melhor organicidade interna nos programas *stricto senso*, conforme apontado por Kuenzer e Moraes (2005), colabora para um processo de nacionalização da pós-graduação ao se pesquisar temas nacionais, e deixando de se privilegiar as preferências docentes em detrimento de investigações em linhas de pesquisa, contribui-se para que os docentes formem grupos de pesquisa para investigar as respectivas especificidades e assuntos de cada linha.

Ou seja, com a institucionalização da pós-graduação gerou-se uma visão de investigação epistemológica dos problemas advindos do Brasil, do modo que afirmam Kuenzer e Moraes: “Não obstante, considera-se que a “nacionalização” da pós-graduação gerou efeitos positivos, pois permitiu opções epistemológicas e escolhas de objetos mais consentâneos com a realidade do país” (KUENZER, MORAIS, 2005, p. 1345).

Desse modo, percebemos que o crescimento da pós-graduação foi possível mediante uma organização estrutural de suas bases legais, ação esta que resultou em novas possibilidades para que instituições de ensino superior pudessem elaborar propostas para ampliação de novos programas no âmbito da pós-graduação *stricto senso*.

No entanto, temos uma mudança na perspectiva de avaliação desses programas: as professoras, ao analisarem a história da pós-graduação, assinalam

que os critérios de avaliação durante a década de 1970 eram qualitativos. Mas em decorrência do crescimento ocorrido nesta década, os mesmos métodos adotados para avaliar o nível da pós-graduação, necessitam, irremediavelmente, passar por alterações, para adequar-se a nova conjuntura.

Sobre a nova forma de se avaliar a qualidade da produção nas Universidades Contemporâneas, João Fábio Bertonha (2011b) enseja uma crítica aos métodos de análise que comprovam o desempenho acadêmico restrito a exames quantitativos. Alega ser este o único meio pelo qual seja possível tanger um balanço justo para decidir a despeito da qualidade, pois, em sua concepção, a análise por métodos qualitativos de toda a produção científica hoje se faz inviável.

Dessa forma, algum critério viável teria realmente que ser encontrado e o numérico venceu não apenas pelo domínio dos ideais da produtividade como valor absoluto, como visto acima, mas também pelo fato de ser um critério que pode ser manejado por softwares e programas de computador (BERTONHA, 2011b, p. 100-101).

Vale ressaltar que o professor coloca esse modo de coleta de dados para o desenvolvimento das avaliações institucionais de qualidade, não como o melhor, e sim como o único capaz de fazer uma análise mais rápida, eficiente e justa do volume de produções que possa vir a ser arrolado.

Devido ao crescimento no número de programas e das produções, é possível observar que ocorre uma diversificação em todas as áreas. Mas da produção que propiciou o avanço do meio científico, constatamos que Kuenzer e Moraes (2005) salientam que é importante observar além do volume das produções como se pensa essa produção e, sobretudo, como se teoriza.

Ambas chamam, constantemente, a atenção para um movimento (fenômeno) recente no campo da pesquisa que se trata do esvaziamento da teoria³⁶, e contradizem essa noção ao imbuir que se torna cada vez mais necessário teorizar devido a complexidade do contexto socioeconômico e político da sociedade burguesa que está posta.

Sobre a ideia que pressupõe o esvaziamento da teoria, afirmam as autoras:

Vimos alertando para o fato de que a celebração do “fim da teoria” associa-se a certa utopia educacional que se evidencia nos critérios que norteiam a elaboração das prioridades educativas nas políticas

³⁶ Essa concepção emerge por volta do final da década de 1990 e início dos anos 2000, concomitante aos governos de orientação política neoliberal que comandaram e influenciaram o país no período.

de formação, a elaboração de currículos, a organização escolar, a definição de parâmetros da pós-graduação (KUENZER; MORAIS, 2005, p. 1352).

Esse movimento citado, comemorado como fim da teoria, expõe-nos a noção de um esvaziamento do fazer acadêmico e docente, ou seja, prioriza-se o fazer prático interpretando que este é suficiente para abranger as atividades de pesquisa, pois

Nesse contexto, o esforço teórico é associado à perda de tempo ou à especulação metafísica ou, quando não, restringe-se a um recurso de oratória, expediente persuasivo e fragmentário preso à sua própria estrutura discursiva. Dito de outro modo, trata-se de uma disposição que nivela o mundo reduzindo o cognoscível à experiência sensível, à manipulação do tópico e do imediato (KUENZER; MORAIS, 2005, p. 1352).

É importante ressaltarmos que se uma ideia como o fim da teoria chegou a ser proeminente no âmbito social, supomos que a emergência por um movimento em prol da teorização seja necessário. Desse modo, as autoras nos alertam para a falta de teorização no cotidiano, elencando a importância dessa ação para que possamos compreender melhor e com mais nitidez a sociedade que construímos;

[...] a compreensão do movimento cotidiano implica estarmos atentos à sua gênese, seus conflitos e suas contradições. Por isso, a teoria não deve abandonar o seu lugar catalisador na pesquisa e nem poderia ser de outra forma, assegura Duayer (2003, p. 1), “já que em um mundo cada vez mais complexo teorizar é um imperativo da prática” (KUENZER; MORAIS, 2005, p. 1352-1353).

Dessas acepções, podemos ressaltar que faz-se preciso analisar a qualidade da produção teórica da pós-graduação, do que se pensa e de como se produz ciência. Na esteira dessa análise, Newton Duarte desenvolve um raciocínio sobre como deveria ser a postura crítica do profissional pós-graduado na sociedade, pois sua ação é produto direto da qualidade de formação atribuída aos programas, sendo necessária uma ação presente do pesquisador crítico;

[...] é necessário que os intelectuais formados nos programas de pós-graduação adotem e desenvolvam teorias educacionais que definam o trabalho do educador e do pesquisador em educação como sendo o de elevação do nível cultural da população em geral. O conhecimento que o intelectual adquiriu em sua formação, e para cujo desenvolvimento ele pretende contribuir com sua atividade de pesquisador, deve estar internamente articulado à crítica dos processos sociais de apropriação privada do conhecimento. Nessa

direção, a formação do intelectual crítico não dispensa o auxílio de uma teoria crítica (DUARTE, 2006, p. 94).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a qualidade do conhecimento adquirido pelo pesquisador na sua trajetória acadêmica é o que vai influir socialmente em sua atuação cotidiana. Desse modo, a sua atuação deve ser vinculada a uma postura crítica que se entrelace em todos os setores de sua vida, não estando condicionada apenas a sua atuação profissional ou em seus estudos dentro dos programas de mestrado e doutorado.

Essa forma de atuação citada pelo autor vai de encontro ao intuito da própria pós-graduação, que consiste na formação de conhecimento científico. Porém, cabe destacar a defesa por profissionais críticos como bem acentua o professor, que se faz preciso na medida em que tendências de mercado e doutras concepções teóricas inserem um esvaziamento da teoria, bem como da percepção crítica do cotidiano.

Daí a necessidade dos cursos de pós-graduação possuírem foco na produção do conhecimento científico. Portanto, buscamos contribuir com pesquisas que assessorem o desenvolvimento e a melhoria da vida material humana, assim como as suas formas de funcionamento e gerenciamento.

Com isso, evidenciamos a necessidade do aprofundamento das formações, pois mesmo a graduação, embora ofereça um grau de formação acadêmica em uma determinada área do saber, não se faz suficiente para muitos daqueles que se graduam em nível superior, sendo necessário para alguns, pleitearem um ciclo de estudos de pós-graduação para complemento de sua formação iniciada na graduação.

Tornam-se, assim, necessários cursos de pós-graduação para o aperfeiçoamento e a capacitação de futuros docentes universitários e de profissionais liberais, que sejam mais incisivos em suas competências e habilidades profissionais, além de fortalecer a sua formação cultural.

A pesquisa e a pós-graduação devem acompanhar o ritmo de desenvolvimento nacional e a expansão dos cursos de graduação tem de ocorrer por todo o país. Isso evidencia a necessidade de professores pós-graduados para o exercício docente no Ensino Superior, que é o objetivo principal da expansão do sistema educacional.

Portanto, o Parecer regulamenta o sistema de educação de nível superior atendendo reivindicações do seguinte modo:

O Aviso Ministerial, ao solicitar a regulamentação, aponta, em síntese, os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (PARECER, 1965, p. 3).

Na esteira desse avanço, faz-se necessário, como bem visto no excerto acima, a estruturação de corpo docente com formação acadêmica de maior grau de aprofundamento. Isso se deveu às necessidades de expansão de qualidade e de quantidade do Ensino Superior pelo país, o que ocasiona, também, a indispensável reestruturação interna de algumas faculdades quanto às exigências de formação de seus professores.

Tendo em vista esse processo, é possível percebermos, de acordo com Sucupira (1980), a simultaneidade que convergiu no Parecer. Existia a necessidade tanto de esclarecer o melhor ordenamento da formação acadêmica em Mestrado (segundo ciclo) e Doutorado (terceiro ciclo), assim como existia a necessidade da reestruturação da carreira docente nas Universidades.

Podemos compreender, com base em Sucupira (1980), esse processo: ele se inicia com a Reforma Francisco Campos ainda em 1931, quando se pensou em desenvolver uma pós-graduação nível *stricto sensu*. De forma simultânea, havia já algumas universidades começando a exigir como pré-requisito à carreira do professor, o Doutorado, e como visto por Kuenzer e Moraes (2005), o *boom* da pós-graduação ocorreu, pós parecer, somente na década de 1970.

O processo descrito até aqui ocorre em âmbito nacional; mesmo que tenha se iniciado com maior ímpeto na região sudeste, estende-se por todo o país, com destino ao centro-oeste com a recém-criada Universidade de Brasília.

Portanto, a década de 1960 é marcada pela regulamentação exercida pelo Estado do seu sistema de Pós-Graduação alinhado ao ensino superior. As necessidades de expansão da pós-graduação fizeram-se mediante o aumento da própria graduação no período, assim como as questões inerentes ao

desenvolvimento técnico industrial do contexto que requeriam profissionais com maiores níveis de capacitação para o exercício do trabalho.

O trabalho em questão exige um alto grau de aprofundamento que não seria apenas técnico, mas, também, intelectual, visando ao exercício da prática social por parte do pós-graduado em sua ação na sociedade, como intelectual crítico e consciente (DUARTE, 2006).

O processo histórico descrito acima atinge toda a sociedade, e essa dissertação especificamente analisa as produções sobre a história da infância da pós-graduação em História, e torna-se, também, um partícipe de todo esse processo.

Estando assim conectada ao processo instaurado, décadas atrás, de desenvolvimento da pós-graduação, evidencia-se, portanto, que nossa análise possui vínculo com a totalidade do contexto de regulamentação, aditamento e mudança da pós-graduação, pois consiste em produto dessa normalização.

Os cursos de pós-graduação da área de História estão concatenados também ao desenvolvimento desse processo histórico educacional de amplitude nacional. Dessa forma, é possível afirmar que o crescimento da pós-graduação no Brasil está atrelado às demandas e às necessidades sociais por melhores condições de formação e melhoria no corpo docente das universidades brasileiras.

O crescimento dos programas de mestrado e de doutorado na área de História estão associados aos estudos, muitas vezes, das condições históricas regionais onde se instala determinado programa. Assim, busca-se o entendimento das conjunturas socioeconômica, política, cultural, social, econômica e antropológica de caracteres nacionais, dentre várias outras hipóteses de base científica, nas quais se encontra essa universidade.

Porém, mesmo com diversos programas vigorando na área, com diversas perspectivas e enfoques investigativos, ainda não existem cursos ou programas da área de história que se dediquem única e exclusivamente à infância.

Entretanto, Molina (2011) observou em sua análise, no contexto dos anos 2000, que as diretrizes que rezam sobre a especificidade dos cursos superiores de pedagogia, a partir do ano de 2006, centram a formação do pedagogo nos estudos e nas investigações sobre o público infantil, que passa a ser objeto de conhecimento desses profissionais, como veremos a seguir:

Do ponto de vista social, a criança passou a ser o foco principal das políticas sociais e das políticas educacionais, em geral, configurando uma nova concepção de infância. Com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio da Resolução nº1/CNE de 15/05/2006 do Ministério da Educação, o curso de Licenciatura em Pedagogia passa a trabalhar com a formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental. Essa nova orientação curricular coloca a infância no centro das preocupações desses cursos e toda a ação pedagógica diretamente ligada ao conhecimento que se tem desse período da vida. Partindo dessa perspectiva, tem-se a ideia que a pesquisa é de suma importância para a produção de novos conhecimentos porque é ela que sustenta e atualiza o ensino nas universidades brasileiras. Neste caso, ela contribui para a formação dos futuros profissionais da educação infantil e fundamental, que trabalharão com a criança (MOLINA, 2011, p. 97).

Por conseguinte, esse encaminhamento legal para estudos e pesquisas sobre a infância, com destaque para os cursos superiores de pedagogia, traz uma realidade que se reflete com ênfase nas produções da pós-graduação em Educação. Todavia, esse fato não inibe que outras áreas do conhecimento também desenvolvam pesquisas sobre esse objeto de investigação ocasionando uma interdisciplinaridade.

Outras áreas que desenvolvem pesquisas sobre a infância são áreas como: o Direito, a Antropologia, a Sociologia, a Medicina, a Psicologia, a Psiquiatria e mesmo a História, condição esta que acentua um aumento nas produções sobre a infância, fora de sua área de exclusividade. Porém, a organização estrutural da pós-graduação e a resolução citada por Molina (2011) especifica os estudos sobre infância direcionando-os aos cursos de pedagogia.

Nesse período, observamos uma conjunção de fatores. Na década de 1960, dá-se início aos estudos sobre História da Infância na área da história com o pioneirismo do historiador francês Philippe Ariès, enquanto no mesmo período a pós-graduação no Brasil se organizava mediante pareceres e leis promulgados pelo Estado Brasileiro.

No entanto, mesmo com as pesquisas sobre Infância sendo realizadas na segunda metade do século XX, cabe lembrarmos que a infância aparece na história por meados do século XVII, período que, segundo alguns historiadores, marca o início da modernidade no Ocidente. O período é marcado pelo desenvolvimento do capital em diferentes países da Europa, que influenciou e

provocou diversas transformações na forma de se produzir e organizar a vida material em sociedade.

São observáveis no Brasil algumas pesquisas a partir de meados da década de 1980 quando, no final desse período, Molina (2011) identifica as produções sobre a categoria Infância nos programas de pós-graduação em Educação a partir do ano de 1987. Enquanto isso, na pós-graduação em história, de acordo com Morelli (2010), os historiadores inclinavam-se sobre os estudos da infância por meio das investigações da família, das condições sociais e econômicas.

Com a definição do parecer no ano de 1965 concebeu-se um modelo para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e, décadas mais tarde, com a formação de professores para a educação infantil em nível superior, delimitou-se a Infância como objeto de investigação e de conhecimento dos cursos de pedagogia (MOLINA, 2011).

Mediante estes fatos, o volume de produções sobre a infância nas produções da pós-graduação de História é menor que o volume das produções na pós-graduação de Educação, na qual se fazem estudos direcionados ao entendimento do universo infantil.

Portanto, essas distinções nos níveis de produção sobre a história da infância, tanto na área da História quanto na área da Educação, são reflexos dos paradigmas que influenciaram e predominaram o campo do saber acadêmico no Brasil, na segunda metade do século XX.

Desse modo, são demasiados os fatores que corroboraram para o aumento das produções na pós-graduação. O aumento dos cursos de pós-graduação se deu de acordo com as necessidades formativas nas diversas regiões do país acompanhando um crescimento demográfico da população nacional na segunda metade do século XX, passando ao atendimento de localidades recônditas.

Sobre os aumentos qualitativos, esses são provenientes dos parâmetros de qualidade que foram estabelecidos pelos órgãos reguladores desse nível de estudos, como a CAPES e o CNPq. Com isso, desde 1965, a pós-graduação passou por diversas mudanças, desde a difusão de programas em diferentes regiões do país a partir da década de 1970, e com a instituição de avaliação qualitativa a partir da década de 1980, pois;

Nesse contexto, tornam-se prioritários a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, que, como indicamos, existia embrionariamente desde 1976. Destarte, ao longo dos anos de 1980 a sistemática de avaliação da pós-graduação brasileira consolidou-se: por um lado, a CAPES introduziu aprimoramentos nos formulários de obtenção de dados, bem como buscou sua progressiva informatização; criou as comissões de especialistas, uma para cada área de conhecimento e implementou a prática de visitas *in loco* aos Programas (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1346).

Os surgimentos desses critérios de avaliação foram emergindo a partir da década de 1970, como visto, e foram se aperfeiçoando a fim de criar-se um processo todo informatizado, quando se constituíram, também, comissões por área para as avaliações procurando dar maior precisão às avaliações, condições que ocasionaram avanços a partir desse formato de coleta sistematizado.

Os aumentos observados nas pós-graduações de Educação e de História são apenas um pequeno fragmento da totalidade do processo de avanço da pós-graduação no país, fato que por si só, já nós confere uma ideia do volume atingido, o que ficará ainda mais nítido na próxima seção, com os dados quantitativos que foram coletados, demonstrando as produções nas mais diversas regiões e Universidades do país.

Observado que os estudos e investigações sobre a história da infância são iniciadas nos domínios da História por Philippe Ariès, sabemos que é um campo de estudo ainda recente para a moderna historiografia. Não obstante, os estudos que advém desse tema no Brasil estão muito associados à perspectiva teórica adotada por Ariès, qual seja: a história das mentalidades.

Essa influência da obra de Philippe Ariès no Brasil deve-se, sobretudo, à positiva aceitação da perspectiva da Escola dos Annales no país, durante a década de 1980, como menciona José D'Assunção Barros;

Ainda assim, é preciso reconhecer que a História das Mentalidades, sobretudo com os historiadores franceses da Nouvelle Histoire, proporcionou uma significativa abertura aos novos modos de fazer a história, inclusive deixando sua margem de influência na historiografia brasileira da década de 1980 (BARROS, 2012, p. 340).

Todavia, apesar dos estudos iniciais terem a história das mentalidades como cerne discursivo, existem outras teorias e outros métodos que balizam as pesquisas sobre Infância enquanto categoria de análise, que serão mencionados na seção 3.2 deste trabalho.

Destarte, ao observamos não somente as pesquisas sobre a Infância na pós-graduação em História, e ao passarmos a observar as pesquisas sobre o tema na pós-graduação como um todo, tornam-se nítidos os dizeres de Brasilmar Ferreira Nunes (2003), que em seu livro “Sociedade e Infância no Brasil” desenvolve um estudo sobre o tema, afirmando que a Infância, enquanto objeto de estudos, possui diversas potencialidades de análise.

Nesse sentido, o enfoque da abordagem de Brasilmar Nunes (2003) vem ao encontro de nossos anseios ao expor uma análise sociológica da infância, na qual demonstra quais são as perspectivas possíveis para se analisar esse tema dentro de uma estrutura socioeconômica e política brasileira.

O autor aponta, ainda, que diversos estudos, que por ora são desenvolvidos, acabam incluindo a infância mesmo sem ter a intenção primeira de abordá-la diretamente; quando se discute a família patriarcal, caso comum da literatura nacional, tem-se a presença da criança nesse círculo familiar. No entanto, a criança está inserida em uma concepção patriarcal inerente ao século XIX, na qual o homem constitui-se como o cerne da organização familiar.

Nunes (2003) discorre sobre a íntima relação da temática com o funcionamento do Estado, pois o Brasil, enquanto Estado democrático, é fenômeno recente da história. “Mas se considerarmos que o Estado brasileiro só começou a estruturar-se no século XIX, concluiremos não ser muito antiga a regulação estatal sobre as crianças” (NUNES, 2003, p. 57).

Por isso, Nunes (2003) afirma que não existia ainda, no início do século XX no Brasil, um campo de estudos ou mesmo de investigação sobre as políticas públicas, já que a origem da estrutura de Estado é oriunda do século XIX. Portanto, devido à recente organização do Estado, ainda na primeira metade do século XX, não existia uma legislação ou uma estrutura específica para o atendimento da infância nesse cenário até 1927, quando assistimos à instituição do decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, oficializando o Código de Menores e empregando a expressão menor³⁷ ao invés do termo Infância.

Essa discussão relacionada à nomenclatura, de acordo com Nunes (2003) possuiu sua gênese discursiva na legislação em vigor no período a partir de 1927,

³⁷ Para maior aprofundamento nesta discussão sugerimos a dissertação de; MORELLI, Ailton José. A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Campus Assis. Programa de Pós-Graduação em História. 1996.

pois interpretava a infância enquanto sujeito histórico a partir da estratificação de classes sociais, havendo no período as crianças pobres, as quais o termo infância não era apropriado ou não se encaixava, e as crianças ricas, como se é possível observar no trecho a seguir;

Nesse processo, a criança aparece como preocupação e se transforma em objeto da ação pública que sempre esteve presente nas ações do Estado. Se por um lado as famílias se responsabilizavam pela sociabilidade no nível dos relacionamentos do dia-a-dia, de outro o Estado ocupava-se de crianças pobres, por meio de uma prática repressiva, via legislação própria: a criação de instituições sobretudo para o “menor infrator”. Substituíam-se a categoria infância pela de “menor”, com uma enormidade de leis, códigos e instituições que se sucediam, especialmente a partir da República. Predominava um enfoque policialesco que delimitava as relações entre infância e Estado (NUNES, 2003, p. 58-59).

Essa relação policialesca do Estado com o “menor” persistiu em atos legais até a revogação do Código de Menores em 1979. Somente em julho de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³⁸ a criança, no Brasil, passou a ser portadora de direitos e deveres. Essa ação era um meio de quebrar a concepção precedente por parte do Estado no que se refere ao trato da criança pobre.

A questão sobre a relação do Estado com as crianças, bem como o desenvolvimento de políticas voltadas à educação ou a assistência social a esses sujeitos, ganham nova concepção a luz da instituição do ECA, quando crianças e adolescentes passam a ser portadores de direitos. Dessa forma, discussões sobre crianças e adolescentes se tornam mais comuns neste período. Novas abordagens acontecem em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como: o Direito, a Educação e a própria História. Isso se deu em decorrência da ampliação dos debates sociais acerca do dispositivo constitucional que reconhece a criança e o adolescente como novos sujeitos de direitos.

Nunes (2003) ainda salienta, em sua análise, as distinções de classes existentes que são nítidas na sociedade brasileira, assinalando que é no cerne dessas diferenças de classes que se abrem margens para um amplo campo de investigação da infância, deixando essa instância clara a partir do momento em que

³⁸ ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8069, promulgada em 13 de junho de 1990.

retrocede no conceito de sociabilidade para observar a dicotomia social latente desde o período colonial no Brasil em busca das raízes que compuseram essa sociedade.

Por meio dessa interpretação, é possível compreender que estudos na linha de investigação das composições familiares e de suas sociabilidades corroboram para compreender em que situação a criança vive em meio a sociedade pautada em um sistema de classes que pré-determina os rumos a serem traçados pelos membros desta mesma sociedade.

A partir da discussão desenvolvida por Nunes (2003), é possível observar que o autor elenca um rol de assuntos que são recorrentes dentro dos estudos sobre Infância, como as análises sobre a criança desenvolvidas na Literatura, no Cinema, na Mídia, nas Artes Plásticas e na Legislação.

A partir do assunto ao qual o tema infância é associado e examinado, percebemos a existência de múltiplas perspectivas de análise, seja na teoria que embasa as fundamentações, seja nos recortes que cada objeto precisa ter para ser analisado. Vimos até aqui, portanto, que os estudos sobre a infância compreendem um vasto campo de investigação e de análise, proporcionando diversas possibilidades para sustentar um intenso desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Tal empenho pode ser observado com a formação de grupos de estudos e pesquisas, ainda na década de 1990, que se dedicam ao exame desse objeto de investigação, e de outros grupos que emergem na esteira desse processo nas décadas seguintes, dando maior volume às produções sobre a Infância.

Sobre esses estudos, discutiremos na próxima seção com mais ênfase, a fim de observar as contribuições que repercutiram tanto nos avanços da pós-graduação, quanto nas pesquisas sobre a história da infância.

3. A PRODUÇÃO SOBRE HISTÓRIA DA INFÂNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO BRASIL DE 2007 A 2017

Nesta seção realizamos um estudo sobre os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em história que versam sobre a história da infância, com o objetivo de analisar a quantidade de estudos produzidos no período entre 2007 e 2017, bem como as perspectivas teóricas adotadas nas produções arroladas para, na sequência, discutir sobre a relevância desses estudos para a formação de professores.

Com isso, na primeira subseção do presente segmento, realizamos uma coleta (levantamento) de dados tendo como fonte o Banco de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; o procedimento ocorreu na referida base informacional entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2019³⁹. Nessa base registram-se todos os trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação *stricto sensu* realizados no país.

Com base em dados extraídos do Banco de Dados da CAPES, faz-se possível a realização de pesquisas que envolvam métodos quantitativos de análise, pois a referida fonte, a saber, constitui-se como um importante instrumento científico de registro dos trabalhos de pós-graduação realizados no país, viabilizando o acesso aos resumos e locais onde se realizaram as produções, ação esta que possibilita levantamentos de dados oficiais contribuindo, desse modo, para a formação da plataforma institucional que proporciona o desenvolvimento e a continuidade de pesquisas no país.

Em um primeiro momento, os dados serão apresentados em sua totalidade em uma única tabela que mostra todos os resultados para os respectivos níveis de Mestrado e Doutorado; logo após, uma segunda tabela traz discriminadas as produções em nível de Mestrado, apontando o ano da defesa, o nome do autor, o título da Dissertação, o nome da Instituição de Ensino Superior onde se desenvolveu o estudo, seguido pela região na qual se encontra a Universidade. Uma terceira tabela será apresentada para as produções em nível de Doutorado, seguindo o mesmo padrão anteriormente descrito para as produções de Mestrado.

O período delimitado para nossa análise refere-se a uma conjuntura social recente, na qual ainda existem poucos trabalhos que se dedicam a investigar a

³⁹ Os dados sofreram rigorosa revisão e checagem entre os meses de junho e julho de 2019.

quantidade de produções bem como as perspectivas teórico-metodológicas que subsidiam as investigações sobre a infância na pós-graduação de história nesse período. Portanto, as pesquisas recém-produzidas contribuem para a detecção de como está sendo compreendida a infância no contexto socioeconômico e político entre os anos de 2007 e 2017.

Assim sendo, é razoável estabelecer uma relação entre as produções dos trabalhos sobre infância no contexto histórico no qual foram produzidas, pois se faz importante compreender a infância de maneira associada ao período histórico, devido à interconexão social onde se insere a criança, com intuito de observamos como este sujeito infantil é percebido socialmente.

A partir dessas produções, torna-se viável estabelecer como se compreende a infância dentro do referido recorte nos trabalhos recolhidos. Todavia, são estas produções que caracterizam a concepção ou o conceito de infância estudado atualmente na pós-graduação em História.

Já na segunda subseção, após ter sido realizado o levantamento dos dados na primeira subseção, selecionaremos os trabalhos da pós-graduação – Mestrado e Doutorado – em História e, por meio da leitura de seus resumos e da disposição das palavras-chaves que inferem o grau de relevância dos assuntos tratados e relacionados nos trabalhos acadêmicos, identificaremos as produções que concentram discussões sobre a história da infância ou sobre a Infância.

Após identificarem-se os trabalhos que discutem a infância, observaremos quais as concepções teóricas adotadas pelos pesquisadores em seus estudos, com o propósito de averiguar quais são os métodos e as abordagens mais recorrentes neste tipo de estudo. A partir daí, identificaremos sob qual perspectiva é discutida a infância nos trabalhos acadêmicos, assim como a sua importância ou contribuição para a formação de professores da educação básica.

Mas, antes de prosseguirmos para averiguação dos dados, precisamos compreender a correlação existente entre a história da infância e a pós-graduação em História no Brasil, bem como os avanços nas produções acadêmicas descritas na subseção 2.2 e a estruturação do sistema de Pós-Graduação no país, pois ainda existem dificuldades e especificidades para se pesquisar esse tema na pós-graduação em História no Brasil.

Portanto, procuramos entender as problemáticas advindas dos estudos sobre a história da infância na pós-graduação de História; para tanto, temos como ponto

de observação um recente escrito de Ailton José Morelli, no qual ele desempenha uma reflexão nessa perspectiva com foco na área da História em um capítulo do livro intitulado “A questão da criança e do adolescente na historiografia paranaense” (2016).

Morelli (2016) discute, neste estudo, as dificuldades de se ter a infância enquanto objeto de análise na área da História e sobre as dificuldades encontradas pelos historiadores no seu próprio campo de pesquisa, quando tentam debater e investigar a história da infância. Sobre essas dificuldades aponta:

O debate historiográfico abordando crianças e adolescentes no Brasil não é tão recente, porém, como tantos temas, inicialmente estava voltado para as regiões mais tradicionais dos programas de pós-graduação, como São Paulo e Rio de Janeiro. As pesquisas no Paraná precisam de um levantamento minucioso em outras áreas, pois ainda há dificuldades de se encontrar programas com as linhas vigentes abertos para receberem esse tipo de projeto. É comum vermos pesquisas em áreas como educação, ciências sociais, serviço social e psicologia, mesmo que desenvolvidas por historiadores que encontram nesses outros programas uma maior aceitação (MORELLI, 2016, p. 24).

No excerto acima, Morelli nos chama atenção para diversas questões relevantes; aponta que, inicialmente, o foco de incidência de pesquisas sobre a Infância foram desenvolvidas por Universidades dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, locais onde se começou, de fato, a caminhada pelo desenvolvimento científico no país ainda na década de 1930, devido à importância da região enquanto centro político no período, como descrito ainda na seção 2.1 desse trabalho.

Morelli desenvolve uma análise das condições em que se encontram os historiadores que desejam propor estudos sobre a História da Infância, pois existem poucos programas de Mestrado e Doutorado em História que aceitam projetos oriundos desse tema. Com isso, tornam-se comum que o historiador procure outras áreas da pós-graduação que estejam suscetíveis a aceitarem projetos que investiguem a infância.

A partir dessas perspectivas apontadas por Morelli (2016), e ao situarmos o período mesmo não se tratando de uma discussão tão recente como ele próprio se refere, podemos analisar que existe uma restrição na área da história para pesquisas relacionadas à infância. Desse fato, ocasiona-se a inserção de historiadores em outras áreas da pós-graduação, corroborando para trabalhos com perspectivas interdisciplinares.

Muito embora essa temática esteja arraigada ao contexto socioeconômico e político vigente e às diversas discussões no âmbito internacional desenvolvidas durante a segunda metade do século XX pelos Organismos Internacionais, Órgãos e Movimentos Sociais de Defesa da Criança e do Adolescente, ela traz uma discussão internacional para o âmbito da discussão nacional.

No âmbito nacional, sobre as questões estruturais desse período, Adão Aparecido Molina explica o seguinte:

Esse período foi marcado pela presença constante de movimentos sociais relacionados com as questões socioeconômicas, políticas, culturais e educacionais. Esses movimentos de lutas sociais estavam presentes na sociedade brasileira a partir dos anos 1960, mas foram se consolidando e se constituindo em torno das mudanças sociais, nas décadas de 1970 e 1980, em forma de lei (MOLINA, 2019, p. 237).

É importante salientar que a conjunção de fatores registrados, tanto no âmbito nacional quanto no contexto internacional, justifica os movimentos em prol do reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente ocorridos no Brasil na década de 1980, que possuem total conexão com o cenário externo.

Pois aquele ponto da década de 1980, constituía a visão, então descrita por Nunes (2003), de que as relações do Estado nacional com as crianças se faziam enquanto fenômeno contemporâneo recente, devido a atual organização do próprio Estado Nacional Brasileiro, além de possuir uma característica policialesca no trato com a criança, haja vista que o código de menores era uma das manifestações dessa característica repressiva que o Estado mantinha para com as crianças, sobretudo, as crianças pobres.

Portanto, Nunes (2003) evidencia, na esteira do contexto social inerente ao século XX, uma conduta dura e repressora por parte do Estado. Tal forma despendida não coaduna com a concepção internacionalmente proposta. Com isso, os movimentos internacionais em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes colidiram no Brasil que seguia, até o momento, na contramão do contexto internacional, em meados da década de 1980.

Nesse período de manifestações, endereçadas à formação e ao reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, é que se passa a construir a figura desse sujeito – a criança – com direitos de cidadania e, por consequência, a

constituição da infância como conceito histórico e social no âmbito das Leis e das Jurisdições.

Não obstante, a autora Georgina Helena Lima Nunes é autora de um artigo intitulado “A construção social da infância nas políticas públicas, nos discursos científicos e nas práticas sociais” no qual desenvolve uma abordagem sobre a construção social da infância, levando em consideração a existência de pluralidades infantis para se fazer um conceito único e homogêneo do tema, o qual, segundo a professora, trata-se de algo difícil de conceituar-se,

Frente aos vastos e complexos universos infantis, tem-se o desafio de, para muito além de conceituá-los ancorados numa dinâmica que, ora a homogeniza, ora a diferencia, imersa, portanto, num jogo de relações cuja dimensão sócio-histórico e cultural transpõe qualquer perspectiva biologizante, remeter-se a espaços e tempos em que políticas, discursos e práticas confluem para um ambivalente processo de construção e desconstrução da ideia e ideal de infância como categoria universal (NUNES, 2015, p. 599).

Dessa forma, a construção social do conceito de infância ocorrido no Brasil, muito embora tenha se constituído como uma categoria universal, lida com pluralidades infantis, seja a infância pobre, rica, desvalida, desassistida, a infância negra ou a infância trabalhadora. Com isso, apesar de um conceito único, existe no interior do mesmo uma diversidade de perspectivas sobre a infância que, ao mesmo tempo em que formam um conceito, uma ideia de homogêneo, é permeada por heterogeneidades, concedendo ao pesquisador inúmeras possibilidades de análise e de pesquisas sobre a infância.

Todavia, observando o cerne do contexto de formação desses discursos sociais, políticos e científicos, considerando não só o momento histórico da segunda metade do século XX, mas também a espacialidade do território nacional, isso para nos atermos apenas às infâncias brasileiras, configura-se como um “[...] caminho para uma possibilidade de desvelamento de uma infância que é local, mas também global, [...]” (NUNES, 2015, p. 601).

Assim sendo, no Brasil, os condicionantes que proporcionam a construção social desse pensamento possuem, segundo a autora, diversas conexões, com as demandas do capital, que por ora acaba por trazer perspectivas de análise que nem sempre possuem um vínculo com a totalidade social, resultando em análises mais

superficiais acerca da necessidade de participação da criança no mundo do trabalho em países menos desenvolvidos.

Na esteira dessas concepções, podemos aludir de acordo com Nunes (2015) a existência de uma grande preocupação em fomentar um discurso de proteção que universalize esse discurso, mesmo que haja diversas discrepâncias, e que o próprio conceito, ao mesmo tempo em que constrói uma ideia, ele próprio desconstrói-se na intenção de formar uma noção universal sobre a infância no pensamento social.

A partir dessa reflexão, podemos dizer que os movimentos e o início de uma postura política por parte do Estado Brasileiro não se deram fora de um contexto socioeconômico e político internacional, e sim dentro de um acontecimento conectado ao movimento dos direitos humanos e dos Organismos Internacionais na busca pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

No contexto da década de 1980, encontramos um discurso internacional que subsidiaria, ao longo desse período, discussões e debates sobre a criança no Brasil. Com isso, em 13 de julho de 1990 foi sancionada a lei nº 8.069 de 1990: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que passou a vigorar após 90 dias, em 12 de Outubro do mesmo ano.

O ECA foi implantado na sociedade brasileira em um período de intensas transformações socioeconômicas no cenário interno. A princípio, de acordo com Morelli (2016), a Unicef celebrou em 1979 o ano da Criança; de modo subsequente, a década posterior foi atribuída como a década dos direitos infantis. Esse movimento ocorreu internacionalmente, repercutindo também no Brasil.

No entanto, o Estado Brasileiro iniciou a década de 1980 sob a conduta de um regime ditatorial militar que vigorava desde 1964 e que havia alterado diversos itens da constituição nacional, visando à garantia de maiores poderes ao chefe militar, que por ora ocupasse o cargo no executivo. Contudo, essa década marcou a organização de movimentos sociais que requeriam o retorno da democracia e o fim do regime ditatorial. Foi o governo do último presidente militar, João Figueiredo que abriu espaço para um diálogo e um retorno, ainda que coberto por uma vigilância autoritária, ao regime democrático no ano de 1985 (MOLINA, 2019).

Assim sendo, o cenário político da década de 1980 trouxe um novo contexto social, no caso a redemocratização do país, período denominado por Nova República. Assistimos nessa década à primeira eleição presidencial, que não

acontecendo desde 1963, e que mesmo ocorrendo de forma indireta, configurou-se como um avanço democrático dos direitos sociais no contexto da política interna.

Os protestos organizados pela sociedade civil reivindicavam o retorno da democracia representativa. As ações desenvolvidas pelos movimentos sociais no país, concatenadas ao cenário internacional fortaleceram o discurso de direitos sociais e liberdade de escolhas. Não obstante, assistimos em 1985, no Brasil, a redemocratização com as eleições presidenciais, seguida em 1987 pela Assembleia Nacional Constituinte, convocada em primeiro de fevereiro desse ano, com o objetivo de redigir uma nova Constituição que fosse atinente aos direitos e às liberdades civis.

A Constituição Brasileira foi promulgada em cinco de outubro de 1988 e, em seu texto, observamos no Artigo 227 que trata da questão da criança e do adolescente, garantindo direitos e obrigações, assim como atribuindo ao Estado, à Família e à Sociedade zelarem pelos direitos básicos acerca dos cuidados com as crianças e os adolescentes.

A Constituição e o ECA trouxeram, na década de 1990, novas concepções acerca do tratamento que o Estado, a Família e a Sociedade deveriam dispensar às crianças e aos adolescentes. Essa ação demonstra que houve alterações na maneira de entender e de lidar com as crianças, tornando-as, a partir dessa nova legislação “sujeitos de direitos” (BRASIL, 1988; 1990).

O Estatuto, traz em seu artigo 267 a seguinte redação: “Revogam-se as Leis nº 4.513, de 1964, e 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Códigos de Menores), e as demais disposições em contrário” (BRASIL, 2019, p. 128), fato que por si só, caracteriza uma superação da concepção anterior que, de acordo com Nunes (2003), era detentora de forte preconceito ao limitar-se apenas ao aspecto policialesco que observava essencialmente a criança infratora, enviesando apenas um setor da sociedade, no caso a criança pobre.

Outro avanço trazido pelo Estatuto é a noção de proteção da infância. Logo em seu primeiro artigo, o ECA registra o seguinte: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 2019, p. 15). Essa nova concepção de criança coaduna com as necessidades de uma sociedade democrática de direitos e rompe com a ideia precedente, instituída pelo código de Menores, que dava ênfase à noção de crime, de punição e de segregação.

De acordo com Nunes, o Estatuto solucionou alguns problemas do entendimento social;

Elaborado para substituir a doutrina da “situação irregular” pela doutrina sociojurídica de proteção integral proposta pela ONU, o Estatuto pretendeu reconhecer a vulnerabilidade da criança e do adolescente e o dever de assegurar-lhes proteção moral, física e psíquica. À luz da “proteção integral”, o Estatuto redefine os direitos da criança e do adolescente e os deveres da sociedade, da família e do Estado para com eles (NUNES, 2003, p. 120-121).

O Estatuto define e não só redefine os direitos das crianças e dos adolescentes, como também estabelece os limites etários que ajustam os conceitos de criança e adolescente. Nesse caso, o Estatuto esclarece no artigo: 2 “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2019, p. 15).

Desse modo, trazendo luz ao entendimento não apenas sobre as definições do direitos e deveres de crianças e adolescentes, o Estatuto estabeleceu também uma noção mais teórica sobre a superação de política social e assistencial, confusão ocasionada pelo Código de Menores de 1927, como explica Nunes (2003);

Consolidava-se a primeira intervenção direta e sistemática do Estado na questão infância pobre no Brasil, que culminou em 1927 com a promulgação pelo Poder Judiciário do Decreto nº 17.943, que criou o primeiro Código de Menores, consolidador das leis de assistência e proteção a menores. “Menores” passa ao vocabulário corrente como uma categoria classificatória da infância pobre (NUNES, 2003, p. 116).

O Estatuto cindiu a noção de direitos da criança como uma concepção de política social e não de política assistencialista. Ainda de acordo com Nunes;

Nesse sentido, 1990 representa ruptura, evolução de fato, não só mudança administrativa no trato com a infância e a juventude. Evolução que se percebe à luz de uma análise comparativa entre as concepções doutrinárias do Códigos de Menores e da Lei nº 4.513/64, de um lado, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, do outro. O Estatuto assegura proteção integral aos menores; os anteriores garantiam proteção exclusivamente em “situação irregular” (NUNES, 2003, p. 126)

Com isso, observamos que o Estatuto propaga a garantia que já estava estabelecida no dispositivo constitucional acerca das crianças serem constitucionalmente cidadãos e portadoras de direitos e de deveres. O Estatuto, no

âmbito da lei, assegura a integralidade da proteção, não seccionando mais somente aqueles que estivessem em condições de irregularidade. Portanto, o Estatuto estabelece a universalidade dos direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Não obstante, de acordo com Morelli, conforme se pode observar, a perspectiva trazida pelo Estatuto busca atualizar o entendimento sobre a criança e o adolescente.

A década de 1980 inicia com um novo Código de Menores (Lei nº 6.697/1979), aprofundando a discussão da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e sua orientação nas relações do Estado com as crianças e os adolescentes, definidos como em situação irregular. É uma década em que o Brasil vive uma reação a esse tipo de ação governamental e que marcou nossa sociedade. As mais diversas organizações envolvidas com a defesa dos direitos humanos, e, mais especificamente, com os direitos das crianças promovem ampla discussão sobre a infância--entre outros motivos, pelas atividades do Unicef, que celebrou o ano de 1979 como o Ano internacional da Criança, momento em que começava a chamada *década dos direitos* (MORELLI, 2016, p. 27)

Devido a esses acontecimentos ocorridos durante as décadas de 1970 e 1980, fizeram-se muito presentes, em décadas posteriores, discussões que seguiam na investigação sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Assim como aponta Nunes (2003), o tema do menor se fazia muito recorrente no Brasil ao se investigar a infância. Essas tendências são reafirmadas por Morelli (2016), quando aborda as produções que se seguiram posteriormente, explicando que elas tinham por foco analisar temas sobre o menor.

No entanto, apesar do *boom* inicial de produções com enfoque nesse assunto específico, as temáticas vão se transformando e se alterando ao longo das últimas três décadas, direcionando-se para

As discussões sobre os “menores” abandonados nas ruas e a criança na pobreza seguem a tendência nacional. Além desses temas, exploração no trabalho, exclusão social e situação de abandono da criança constituem grande parte das abordagens nas últimas décadas (MORELLI, 2016, p. 25).

Haja vista os temas acima mensurados, concluímos que as pesquisas sobre a infância, no campo da História possuem uma grande aproximação com a análise da realidade social, pois visam compreender o assunto examinado dentro do ambiente em que subsiste a infância, de modo a conectá-lo tanto a uma estrutura temporal

composta por transformações em sua forma de organização social e material, quanto inserida a um plano socioeconômico para que não se analise a infância de forma desvinculada da realidade das condições materiais do contexto histórico, desenvolvida por pesquisadores principalmente da área de ensino.

São esses os desafios que se põem para os pesquisadores em educação nos cursos de pós-graduação: compreender a infância dentro de um contexto socioeconômico e político, considerando-a como parte de um processo histórico e social, fruto do meio no qual a criança se encontra inserida (MOLINA, 2019, p. 244).

Esse tipo de análise, a que insere a infância em uma perspectiva social, dá uma noção de universalidade para a infância. Ao invés de colocá-la sob uma análise micro social, que ensejaria uma perspectiva desse objeto de modo desatrelado da tessitura social. Portanto, compreendemos que a melhor maneira para assimilar as produções sobre a história da infância desenvolvidas nas últimas décadas seja por meio de uma análise da totalidade social, visando apreender as situações que a envolvem.

Por conseguinte, como cita Ailton Morelli, o menor, a rua, o abandono, a criança desassistida são assuntos que podem vir a ser tratados e discutidos em programas de pós-graduação, tanto da área de História quanto podem ser temas trabalhados em outras áreas do saber apropriado à universalidade e abrangência da qual a infância é possuidora.

Correspondente a essa questão, percebemos que as pesquisas sobre a infância assumem e possuem, em grande parte, uma perspectiva interdisciplinar condicionada, muitas vezes, tanto pela colaboração de áreas afins, como pela necessidade de mais espaço para se pesquisar a infância. Espaço este que nem sempre o historiador dispõe para investigar dentro de seu campo de estudo, necessitando recorrer a outras áreas do conhecimento científico.

Grande parte dos assuntos que emergiram para discussão sobre a infância, nas últimas décadas, surgiu apenas por meio do esforço contínuo de grupos de estudos e de núcleos de pesquisas. E, justamente, por este fato, grande parte das produções sobre a História da Infância se realiza, na grande maioria das vezes, fora do próprio campo da História, ação que contribuiu para o aumento das produções⁴⁰.

⁴⁰ Sobre a questão da especificidade dos estudos sobre a Infância para a área de pedagogia, ver página 78-79, na seção 2.2, na qual desenvolvemos uma reflexão a partir dos dizeres de Molina (2011) que analisou a Resolução nº1/CNE de 15/05/2006 do Ministério da Educação.

Portanto, muitos dos grupos que examinam o tema são provenientes das áreas de Educação, Ensino, Assistência Social ou debatem a questão dos direitos sociais da criança e do adolescente possuindo uma perspectiva multidisciplinar⁴¹ e interdisciplinar⁴² entre áreas.

Essa interdisciplinaridade presente nas discussões sobre a infância, nos estudos da História da Infância, só reforça o que discutimos até agora. A pós-graduação em Educação possui uma característica *sui generis* que permite que qualquer tema ou assunto seja relacionado a sua área de estudos. Diferentemente, a pós-graduação em História não possui a mesma abrangência para diversos temas, vide o caso examinado por Morelli (2016).

Na esteira dessas dificuldades para desenvolver estudos sobre a História da Infância dentro da área da História, afirma o professor Ailton José Morelli:

O levantamento por temas na historiografia gera um problema, pois não existem ainda muitos programas de pós-graduação em História no Brasil que possuam vagas em História da infância. Dessa forma, os pesquisados, por opção ou força da situação, realizam as pesquisas em outras áreas, como ciências sociais, psicologia, serviço social e educação (MORELLI, 2016, p. 39).

Com isso, o autor faz uma constatação da restrição proveniente do campo da história. Condição essa que proporciona que graduados migrem da área da história e busquem outros programas que forneçam o respaldo necessário para suas investigações; tal circunstância, ocasiona trabalhos interdisciplinares devido a migração entre áreas.

Contudo, tem-se nos diálogos interdisciplinares um fator que contribuiu para a formação integrada do tema em uma grande área das ciências humanas e sociais, convergindo, ao mesmo tempo, para uma crescente diminuição da invisibilidade da infância.

Na percepção de Ailton Morelli (2016), apesar da dificuldade de desenvolvimento de pesquisas sobre a História da infância aqui apontadas, ocorre uma renovação nas discussões das produções recentes sobre temas como a rua, os

⁴¹ “Multidisciplinar: Que contém, envolve ou distribui-se por várias disciplinas e pesquisas”. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2001. p. 1977.

⁴² “Interdisciplinar: que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento ou que é comum a duas ou mais disciplinas”. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2001. p. 1633.

menores e crianças abandonadas, que ainda seguem como grande tendência, porém, existem demasiadas formas e perspectivas a serem apreciadas.

Haja vista esse movimento das últimas décadas e os respectivos nichos de análise citadas pelos autores até aqui, observamos que os grupos que se dedicam a estudar a Infância possuem maior abrangência fora da área da história, concentrando-se com maior ênfase na área da Educação. No entanto, a Associação Nacional de História (Anpuh) reúne vários grupos temáticos (GTs) com o objetivo de desenvolver pesquisas em eixos específicos de análise.

Dentre os grupos temáticos propostos pela Associação Nacional de História, existem as mais diversas perspectivas teóricas e temáticas, dentre as quais, o grupo de trabalho de História da Infância e da Juventude criado em 2013,

A criação do GT é resultado dos encontros de pesquisadores em História da Infância e da Juventude por ocasião dos Simpósios Temáticos coordenados pelas Professoras Esmeralda Moura e Silvia Arend no âmbito dos Encontros Nacionais de História organizados pela ANPUH nos últimos dez anos. É apropriado dizer que os Simpósios Temáticos propiciaram a recorrente interlocução entre pesquisadores de vários Estados interessados nesse campo de estudos e revelaram o quanto a criação de um GT poderia consolidá-la para além dos Encontros Nacionais e Estaduais da ANPUH (ANPUH, 2014).

Esse grupo de trabalho estabeleceu-se há menos de 10 anos, e ainda está, de acordo com os dados expostos no sítio da Anpuh, em fase de implantação nos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Paraná, tendo concluído seu processo de implantação no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde já havia se instalado um grupo anterior no ano de 2012, antes mesmo da proposta do grupo Nacional coordenado pelas professoras Esmeralda Moura e Silvia Arend.

O esforço de implantação desse tipo de proposta colabora para a organização das pesquisas no interior da área da História para os estudos da infância, além de evidenciar que existem pesquisas desenvolvidas, em fase de desenvolvimento e potencialidades advindas da investigação desse tema. Esse grupo busca sua consolidação no meio acadêmico, mesmo possuindo menor respaldo, se comparado a outras temáticas, porém é portador de igual relevância e importância social.

Entretanto, faz-se importante salientar que ainda no interior dos grupos de trabalhos da própria Anpuh, ocorre a presença de um grupo destinado aos estudos da História da Educação, grupo este que também difunde pesquisas sobre a História

da Infância, tendo-se em vista que a Educação no Brasil se constitui como a área de Legislação, e a área responsável por imprimir enfoque nos estudos e nas investigações sobre a infância, em especial no que se refere às peculiaridades da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, assim como nas questões sócio-históricas, políticas ou filosóficas.

Dessa forma, o grupo responsável pelos estudos sobre história da Educação contribui, em certa medida, com a difusão de investigações sobre o tema. Contudo, o grupo específico que se dedica ao estudo da História da Infância e da Juventude reflete tal movimento em prol da intensificação das investigações sobre a Infância.

Esse grupo contribui para a troca de experiências de pesquisadores de diversas regiões do país, bem como incita a divulgação de resultados científicos de artigos, dissertações, teses, livros e outros resultados de pesquisa. Sobre a colaboração dos grupos de pesquisa para a expansão dos estudos sobre a infância, Morelli afirma que:

[...] pode ser verificada em núcleos e grupos de estudos universitários, como no caso das obras *História social da infância no Brasil* (FREITAS, 1997), produzida pelo Núcleo de Estudos Avançados da Universidade São Francisco, e *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver* (MÜLLER; MORELLI, 2002), entre outras publicações do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa das Crianças e dos Adolescentes da Universidade Estadual de Maringá (MORELLI, 2016, p. 25).

Como citado, é possível analisar que se encontram alguns grupos de estudos. Todavia, eles funcionam ou dentro da respectiva área da Educação ou atuando em uma perspectiva (inter)multidisciplinar. Os núcleos e os grupos de estudos, mesmo fora da área da história, contribuem para o fortalecimento e a construção dos estudos sobre a infância, também dentro da área da História. Vale destacar que, ao final da década de 1990, foi publicada a primeira coletânea sobre a História das Crianças, sob a organização da professora Mary Del Priori.

Tendo em vista que estamos analisando a perspectiva existente sobre a história da infância na área da História, percebemos que existe uma base organizacional a ser estruturada cujo propósito é oportunizar a difusão desse campo de pesquisa que ainda se encontra como um campo em construção.

No entanto, é possível observar que a organização recente de grupos de pesquisa sobre a História da infância, dentro da área da História, evidencia o esforço

de pesquisadores para tornar o tema mais visível e mais acessível à comunidade acadêmica. Assim, constitui-se um espaço cada vez maior de discussão e de diálogos sobre o tema.

Com isso, é possível observar que, grande parte do esforço para a inserção do tema infância como objeto de estudos e de pesquisas nos ciclos acadêmicos traduziu-se em importantes produções sobre História da Infância na pós-graduação em História no Brasil. Não obstante, vale lembrar também que são necessários ainda muitos estudos para que essa produção se consolide como importante área do conhecimento no campo da história.

A seguir, apresentamos os trabalhos coletados sobre o tema no Banco de dados da Plataforma CAPES, a fim de evidenciar a quantidade de pesquisas produzidas, bem como as metodologias e as teorias que fundamentam as análises sobre o tema, que dão base para a estruturação da concepção de Infância no contexto investigado.

3.1. QUANTIDADE DA PRODUÇÃO DE TRABALHOS

Nesta subseção realizamos um rigoroso estudo dos trabalhos de Dissertações e Teses sobre a história da infância produzidos nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História no Brasil, no período de 2007 a 2017.

No primeiro momento, expomos a totalidade de trabalhos levantados e arrolados nas buscas por meio do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, pois esse é um catálogo onde se registram e publicam-se todos os trabalhos acadêmicos da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, tanto em níveis de Mestrado como de Doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento científico.

Essa ferramenta se encontra disponível e de acesso livre e gratuito a todos os públicos. Dessa forma, para o desenvolvimento de nosso levantamento, empregamos, nessa plataforma de pesquisa, a categoria “Infância”.

No entanto, nem todos os trabalhos apontados pela ferramenta de busca da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos levam ao encontro de trabalhos que pertençam, essencialmente, ao tema da História da Infância. A ferramenta não faz uma distinção total e nos remete, também, a trabalhos

que abordam assuntos ou apenas citam a infância indiretamente, sem aprofundar-se em sua temática.

A confusão se deve à própria busca pelo termo, pois, em muitos trabalhos, a expressão infância aparece indicada não necessariamente como um estudo no sentido que aqui buscamos, de caráter historiográfico sobre a História da Infância e sim, referenciando, em grande medida, estudos voltados à infância de uma determinada personagem investigada no trabalho, normalmente seguindo um aspecto de análise biográfica, algo que foi comumente encontrado em nossa incursão por meio dos dados recolhidos.

Todavia, devido as suas aproximações teóricas e metodológicas, esses trabalhos foram apontados durante as buscas no banco de dados da CAPES e serão expostos logo abaixo.

Por essa razão, apresentamos todos os dados levantados durante as buscas realizadas entre as datas de 09 de Janeiro de 2019 a 05 de Fevereiro de 2019 e, somente após a exposição do material coletado, selecionamos os eixos temáticos aos quais os trabalhos se enquadram em seus territórios de investigação.

O levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES se deu do seguinte modo: foi empregado o termo “Infância” para as buscas, sendo selecionado o período de 2007 a 2017, ano por ano. Na sequência, optamos por não executar as buscas, de forma conjunta, relacionadas aos programas de Mestrado e Doutorado, fazendo-as de modo separado. O objetivo dessa escolha foi o de conseguir uma maior precisão e filtragem dos resultados obtidos. Dessa forma, foram aplicadas mais de uma busca. Logo após, foi selecionada a opção “Grande área do Conhecimento” na qual se selecionou o ícone “Ciências Humanas”; a seguir em “Área do Conhecimento”, em “Área de Avaliação” e “Nome do Programa” foi assinalada a opção “História”.

São observadas algumas características na quantidade de trabalhos produzidos, traçando, mais à frente, uma tabela referencial que expõe onde se registra a maior incidência de estudos sobre a História da Infância no Brasil e quais foram as universidades que produziram um maior número de trabalhos sobre o assunto.

Observou-se, também, quem elaborou esses trabalhos, e se foram, em sua maioria, homens ou mulheres que se inclinaram a essa perspectiva histórica de produzir e investigar sobre a infância.

A partir disso, a pesquisa, desde o início, foi delimitada e circunscrita à área de investigação da história, sendo indicadas, ao final da mesma, 83 trabalhos de Dissertação e 29 trabalhos de Tese, os quais estão expostos, em um primeiro quadro, os números totais das buscas em programas de Mestrado e Doutorado no período, ano a ano.

Quadro 1: Quantidade de Trabalhos por ano divididos entre Mestrado e Doutorado

Ano	Mestrado	Doutorado
2007	13	7
2008	4	0
2009	8 (**) ⁴³	1
2010	7	0
2011	5 (*) ⁴⁴	2
2012	11	0
2013	7	0
2014	8	5
2015	5	3
2016	8	6
2017	7	5
TOTAL	83	29

Fonte: dados recolhidos no período do dia 09 de janeiro de 2019 a 05 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

O quadro abaixo, apresenta a totalidade dos trabalhos recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, produzidos nos programas de pós-graduação em História no período de 2007 a 2017, identificando autores, nomes dos trabalhos de Dissertação, assim como o nome da Instituição de Ensino Superior na qual foi produzida, bem como onde se localiza a IES, de acordo com o exposto abaixo:

Quadro 2: Quantidade de Dissertações por ano, contendo autores, títulos, o nome e localização das Instituições de Ensino Superior (IES)

Ano de Defesa	Nome do autor	Título da Dissertação	Nome da IES e Localização
---------------	---------------	-----------------------	---------------------------

⁴³ (**) Apontamos que nesse ano existem **dois trabalhos**, um da UFCG e outro da UFJF, aos quais não tivemos acesso a nenhuma parte dos seus conteúdos, nem mesmo aos resumos.

⁴⁴ (*) Apontamos que nesse ano existe **um trabalho** da UFCG ao qual não obtivemos acesso ao seu conteúdo, nem mesmo ao resumo.

2007	Valdir da Silva Oliveira	O Anarquismo no Movimento Punk: (Cidade de São Paulo, 1980-1990)	PUC/SP – SP
2007	Patrícia Terezinha da Silva	A infância multifacetada: representações e práticas discursivas no Paraná do início do século XX	UFF – RJ
2007	José Luciano de Araujo	Olhares, Construções: Imagens Sobre Crianças do Ipiranga	PUC/SP – SP
2007	Gisélia Maria Campos	“Vou procurar o melhor lé dentro”: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989)	UFU – MG
2007	Eliane Pimenta Braga Rossi	A criança-consumidora: a genealogia de um fenômeno contemporâneo 1950-2000	UFU – MG
2007	Dilce Maria Stürmer	A infância e a Adolescência na colônia alemã de General Osório (1909-1979)	FUPF – RS
2007	Ana Paula KORNDÖRFER	É melhor prevenir do que curar: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928)	UNISINOS – RS
2007	Giovanni Stroppa Faquin	Políticos da nova raça: O Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República	UFJF – MG
2007	Mauricio de Lima Oliveira	Patápio Silva, o sopro da arte. Trajetória de um flautista mulato no início do século XX	UFSC – SC
2007	Loque Arcanjo Junior	O ritmo da mistura e o compasso da história: o modernismo musical nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos	UFMG – MG
2007	Livia Maria Botin	“Trajetórias cruzadas: meninos(as), moleques e juizes em Campinas 1866-1899	UNICAMP – SP
2007	Claudio Marcio Coelho	Gilberto Freyre: indiciário, emoção e política na Casa-Grande e na Senzala	UFES – ES
2007	Maria Concepta Padovan	As Mascaras da Razão: Memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945)	UFPE – PE
2008	Juliano Hiroshi Keda Ishimura	A praça João Pinheiro: cidade, memórias e viver urbano – Pouso Alegre, 1941-1969	PUC/SP – SP
2008	Guaraciane Mendonça de Lima	A Infância desvalida do Império na Parahyba do Norte: O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874)	UFPB – PB
2008	Vera Monteiro Larica Cabral	Política de Estado em Relação ao Menor e seus Desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)	UFES – ES
2008	Ana Paula Zanella	O papel do Estado Frente à delinquência de menores em Porto Alegre (1927-1933)	PUC/RS – RS
2009	Yuma Ferreira	A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal moderna (1890-1929)	UFRN – RN
2009	Pávula Maria	Espelhos de mim Entre as utopias e	UFCG – PB

	Sales Nascimento Gaudêncio	heterotopias da memória em José Lins do Rego e José Américo de Almeida	
2009	Daniela Medeiros da Silva	Cartografias da Infância: Discursos Institucionais, Pedagógicos e Curriculares da Pré-Escola Campinense	UFCG – PB
2009	Márcia Selvatice Tourinho	A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo O Orfanato Cristo Rei (1957-1990)	UFES – ES
2009	Laura Valéria Pinto Ferreira	Entre a Repressão e a Caridade: crianças desamparadas em uma sociedade em construção (1890-1927)	UFJF – MG
2009	Carlos Leonardo Teixeira Sampaio	A Igreja Católica e a transformação do espaço e do viver urbano de Pouso Alegre-MG (1936-1945)	PUC/SP – SP
2009	Henri Randel Costa	Eleição é Tapeação. Luta Armada é a Solução: Leituras, Experiências e Construção do <i>Consensus Bellicu</i> na nova Esquerda Marxista Cearense (1962-1976)	UFC – CE
2009	Carlos Magno dos Santos Souto	O Alvissareito: A Natal antiga e a nova Natal nas crônicas cascudianas de 1940 - 1950	UFPE – PE
2010	Michele Rodrigues Tumelero	A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova” Chapecó-SC (1940-1960)	UDESC – SC
2010	Alcemir Alerjean Bezerra Teixeira	O juízo dos Órfãos em Manaus (1868-1896)	UFAM – AM
2010	Alba Barbosa Pessoa	Infância e Trabalho: Dimensões do trabalho Infantil na cidade de Manaus (1890-1920)	UFAM – AM
2010	Ada Dias Pinto Vitenti	Uma Certa Musicalidade nas Esquinas de Minas (1960-1970)	UnB – DF
2010	Valdirene Pereira de Sousa	Imagens do “mesmo outro” (re)aproximação da velhice no centro de convivência em Campina Grande	UFCG – PB
2010	Sara Simas	“Sou o pai, sou a mãe”: famílias chefiadas por mulheres pobres em Joinville/SC (1997-2009)	UDESC – SC
2010	Mirian Jaqueline Toledo Sena Severo	Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento.	UFGD – MS
2011	Mirella Cândido Burity de Oliveira	Por uma Intervenção Precoce: leituras da Reforma Psiquiátrica e os discursos e práticas de assistência em Saúde Mental da Infância em Campina Grande	UFCG – PB
2011	Roberta Ferreira Gonçalves	A Escola Disfarçada em Brincadeiras Intelectuais e Ideias na Criação da Revista Tico-Tico	UERJ – RJ
2011	Ana Camila García López	Memórias, uso do tempo e cotidianidade das empregadas domésticas: Bogotá 1950-1980	UnB – DF

2011	Alaíze dos Santos Conceição	O Santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acredita, acredita!: Práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções Governados Mangabeira Recôncavo do Sul da Bahia (1950-1970) Salvador	UFBA – BA
2011	Eva Dayna Félix Carneiro	Belém entre filmes e fitas: a experiência do cinema, do cotidiano das salas às representações sociais nos anos de 1920	UFPA – PA
2012	Michele Tupich Barbosa	Sobre Mães e Filhos: As políticas públicas de proteção à maternidade e a infância em Guarapuava (1940 a 1960)	UFPR – PR
2012	Ludmila Gonçalves Martins	Diálogos sobre a História Social da Infância e o Reconhecimento da Criança como sujeito de Direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	UFES – ES
2012	Raquel Czarneski Borges	Recife Lírica: Representações da Cidade na Obra de Cícero Dias	UFPE – PE
2012	Marcela Heráclio Bezerra	Mulheres (Descobertas), História Reveladas: Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata da sul de Pernambuco (1980-1988)	UFPE – PE
2012	Felipe Ziotti Narita	O tempo sagrado do Império: História e religião na obra do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro	UNESP/ FRANCA – SP
2012	Franciele Becher	O perigo moral em tempos de Segurança Nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul RS (1962-1992)	UFRGS – RS
2012	Daniel Alves Boeira	Uma solução para a minoridade na primeira república: o caso do patronato agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)	UDESC – SC
2012	Rômulo Henrique Andrade Silva	Uma Micro-História da Menoridade de Campina Grande (1927-1932)	UFCG – PB
2012	Kaliana Calixto Fernandes	Santo de casa faz milagre: Luis da Camara Cascudo, o padroeiro literário da cidade de Natal	UFRN – RN
2012	Ivone Agra Bradão	Luis da Câmara Cascudo: Diálogos com a cultura popular no romance Canto de Muro	UFCG – PB
2012	Thiago Oliveira da Silva Brito	Zaratustra Yascara Douglas: A construção da fama de um “mito do crime” (Timon, 1968-1992)	UFPI – PI
2013	Anelise Rodrigues Machado de Araujo	A revista Veja nos tempos da redemocratização: um olhar sobre a infância (1979-1990)	UDESC – SC
2013	Julio Cesar de Souza	Sociedade e Escravidão no Século XIX: Crianças Escravas em Uberaba 1871-1888	UFTM – MG
2013	Silvana dos	De meninas sem modos a donzela de	USS – RJ

	Santos	bons costumes: escravidão e infância na província capixaba (1869-1888)	
2013	Ana Paula Leite	Cecília Meireles e a Educação da Infância pelo Folclore	UFF – RJ
2013	Elisângela da Silva Machieski	Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970-1990)	UDESC – SC
2013	Livia Gozzer Costa	Capitães da Feira e outras crianças. A infância pobre e abandonada de Feira de Santana 1879 e 1945	UEFS – BA
2013	Monyse Ravenna de Sousa Barros	Os sem terrinha: Uma História da Luta Social no Brasil (1981-2012)	UFC – CE
2014	Andre Araujo dos Santos	Quem ampara a infância trabalha pela pátria: filantropia e puericultura no Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia (1903-1923)	UEFS – BA
2014	Francisco Thiago de Souza Mota	A Literatura Infantil entre a Pedagogia e a Arte – Tensões e conceituação da produção literária para crianças nos anos de 1930 e 1940	UFC – CE
2014	Lucirene Ferreira Santana Reis	História da Infância e do Brinquedo: Um olhar nas bonecas karaja-ritxoko e barbie como artefatos culturais na construção da identidade das meninas na aldeia buridina	PUC/GO – GO
2014	Gabriel Navarro de Barros	Orfãos pobres, desvalidos, “ingênuos ou menores?”: infâncias “perigosas” e a vigilância dos Juízos de Orfãos de Pernambuco (1888-1892)	UFPE – PE
2014	Debora da Silva Sousa	“O Berço dos Infantes Desamparados”: O hospital-escola fundação assistencial da Paraíba – FAP (1959-1979)	UFCG – PB
2014	Valeria Mendes Fasolato	As representações da infância na pintura de Maria Pardos	UFJF – MG
2014	Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka	Cinema Documentário e Escrita da História: os filmes do conflito em Oka de Alanis Obomsawin	UNESP/ASSIS – SP
2014	Diego Scherer da Silva	“Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contato no passado”: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil – Uruguai, 1964-1980)	UFRGS – RS
2015	Luisa Rita Cardoso	“Não sei e não quero dizer”: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)	UDESC – SC
2015	Maihara Rianne Marques Vitória	Os Filhos da Misericórdia: Cotidiano e vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)	UFBA – BA
2015	Erica Diniz Velez	Sentinelas na vanguarda da defesa do	UFF – RJ

		futuro do Brasil. As mulheres da CAMDE entre os anos de 1954/69	
2015	Aline do Carmo	Arte e História na série O Cassino da Maroca de Ruth Scheneider	UFP – POR
2015	José Carlos Vitachi	A (in)ação do Estado: Da gleba Jorge Teixeira de Oliveira o núcleo urbano União Bandeirante – Porto Velho/RO – 1999/2014	PUC/RS – RS
2016	Rayane Helena Araujo Mendes de Carvalho	A judicialização da Infância (REVER)	UFG – GO
2016	Carlos Wilfredo Moreno Martinez	Delincuencia Y Juventud: El tratamiento de los “Menores Irregulares” En El Salvador del Siglo XX	UFRGS – RS
2016	Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos	A memória das Ditaduras (Brasil e Argentina) pelo olhar infantil no cinema contemporâneo	UFF – RJ
2016	Cosme Ferreira Marques Neto	Da necessidade de uma “nova” escola só para moças: Henrique Castriciano de Souza e a modernidade pedagógica norte-riograndense (1911-1923)	UFCG – PB
2016	Bruna Borges da Silva	Os filhos dos Desaparecidos da Ditadura Civil-Militar da Argentina e sua Produção Cinematográfica: um Olhar Geracional	UNICAMP – SP
2016	Hélio Santana Garcia Soto	Uma Cartografia da Escolarização Infantil em Campina Grande: Entre novos Discursos, Velhas práticas e a Emergência do pensamento Moderno (1920-1932)	UFCG – PB
2016	Fabio Pereira Costa	O Homem da Pena de Aço: Monteiro Lobato e a articulação da raça na educação republicana	UEFS – BA
2016	Suzana Rodrigues Floresta	O Orfanato São José: um estudo histórico sobre a assistência social no Brasil	PUC/GO – GO
2017	Adne Jefferson Moura Rodrigues	Infâncias Revistas: representações de crianças, saúde e educação infantis em revistas ilustradas (Belém, 1919-1930)	UFPA – PA
2017	Taiane Cristina da Silva	Os filhos da piedade: a exposição na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais (1770-1820)	UFMG – MG
2017	Jose dos Santos Costa Junior	Páginas de um novo Tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)	UFPB – PB
2017	Marinalva Bezerra Vilar de Carvalho	“O Médico disse que estou magrinho”: Alimentação na Infância como uma prática educativa na Paraíba (1918 a 1937)	UFCG – PB
2017	Nicolle Taner de Lima	Os meninos na Casa do Pequeno Jornaleiro: institucionalização, protagonismo e trajetórias. (Curitiba,	UDESC – SC

		1960-1978)	
2017	Lara Alexandra Tavares da Costa	Pela Moral e os Bons Costumes: Um Asylo para Orphãs Desvalidas (Cidade de Goiás)	UFG – GO

Fonte: Dados recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES no período de 09 de Janeiro a 05 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

O quadro a seguir, apresenta a totalidade dos trabalhos recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, produzidos nos programas de pós-graduação em História no período de 2007 à 2017, identificando autores, nomes dos trabalhos de Teses, assim como o nome da Instituição de Ensino Superior na qual foi produzida, bem como onde se localiza a IES, de acordo com o exposto abaixo:

Quadro 3: Quantidade de Teses por ano, contendo autores, títulos, o nome e a localização das Instituições de Ensino Superior (IES)

Ano de Defesa	Nome do Autor	Título da Tese	Nome da IES e Localização
2007	Maria das Graças de Souza Teixeira	Infância, o sujeito brincante as práticas lúdicas no Brasil oitocentista	UFBA – BA
2007	Andréa da Rocha Rodrigues	Honra e Sexualidade Infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970	UFBA – BA
2007	Ana Cláudia Pinto Corrêa	Imigrantes judeus em São Paulo: a reinvenção do cotidiano no Bom Retiro (1930-2000)	PUC/SP – SP
2007	Alessandra Zorzetto Moreno	“Vivendo em Lares Alheios”: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822)	UNICAMP – SP
2007	Márcia Pereira dos Santos	Relembrações em Minguante: Interpretação biográfica da obra de Carmo Bernandes	UNESP/ FRANCA – SP
2007	Karina Kosicki Bellotti	“Delas é o Reino dos Céus”: Mídia Evangélica Infantil na Cultura Pós-Moderna do Brasil (anos 1950 a 2000)	UNICAMP – SP
2007	Tânia Maria Gomes da Silva Bezzant	Você acha que a gente vai poder com Homem?: Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares	UFPR – PR
2009	Vania Maria Oliveira de Freitas	Mozart Pereira Soares o caboclinho de Palmeira das Missões um enciclopedista que revela suas raízes	PUC/RS – RS
2011	Vera Lucia Braga de Moura	A Invenção da Infância: As políticas Públicas para a Infância em Pernambuco (1906-1929)	UFPE – PE
2011	Alessandro de Almeida	Dimensões Políticas e Sociais de um Entretenimento Audiovisual Lucrativo: Os Simpsons e as construções imagéticas sobre o Brasil	UFU – MG

2014	Eliane Aparecida Cancian de Almeida	Nos confins do sertão de Miranda, ocupação, povoamento, economia e trabalho (1830-1892)	UFGD – MS
2014	Humberto da Silva Miranda	Nos tempos das Febems: memórias de infância perdidas (Pernambuco/1964-1985)	UFPE – PE
2014	Roseane Silveira de Souza	O cidadão e a poronga: a peleja de Vicente Salles contra a exclusão do negro da história do Pará	PUC/SP – SP
2014	Mariana Corção	Câmara Cascudo, O provincian incurável: Desvendando os caminhos de História da Alimentação no Brasil	UFPR – PR
2014	Guilherme Queiroz de Souza	A Recepção do Mito de Heráclio por Gautier D'arras	UNESP/ASSIS – SP
2015	Raquel Pereira Francisco	Pequenos Desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930)	UFF – RJ
2015	Edmilson Alves Maia Junior	O Show da Memória: um estudo de narrativas (auto)biográficas sobre o “Rei” Roberto Carlos (1991-2015)	UFMG – MG
2015	Mary Angélica Costa Tourinho	Por Dentro da História mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950)	UNESP/ASSIS – SP
2016	Felipe Ziotti Narita	Moral, educação e religião na civilização da infância no Segundo Reinado (1854-1879)	UNESP/FRANCA – SP
2016	Eduardo Nunes Alvares Pavão	De corpos “desvalidos” a corpos “úteis”: Higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos – Rio de Janeiro (1875-1894)	UERJ – RJ
2016	Polyana Aparecida Valente Vareto	Mulheres Católicas em Ação: caridade, saúde e divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936)	UFMG – MG
2016	Debora Dutra Fantini	“O negro é a soma de todas as cores” A construção da Africanidade na trajetória e obra de Gilberto Gil (1942-2008)	UnB – DF
2016	Claudio Marcio Coelho	Religião e história: em nome do Pai: Gilberto Freyre e Casa-Grande e Senzala, um projeto político salvífico para o Brasil (1906-1933)	UFES – ES
2016	Silveira Vieira de Araujo	Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)	UFPE – PE
2017	Joseanne Zingleara Soares Marinho	“Manter Sadia a Criança Sã”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945	UFPR – PR
2017	Ramon Victor	Formar trabalhadores, transformar a	UFRGS – RS

	Tisott	sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964)	
2017	Mirian Martins Finger	A memória e a metamemória de Iberê Camargo na série Carretéis: uma narrativa meta-histórica	UFSM – RS
2017	Carmen Silva da Fonseca Kummer	Uma história toda sua: Trajetórias de historiadoras Brasileiras (1934-1990)	UFPR – PR
2017	Andrea Silva de Fraga	Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da Educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)	PUC/RS – RS

Fonte: Dados recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES no período de 09 de Janeiro à 05 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

Os trabalhos expostos em sua totalidade nos níveis de Mestrado e Doutorado foram detectados, como assinalamos, por meio de busca no Banco de Dados da Capes e, por meio da minuciosa leitura de seus resumos, chegou-se a um total de 4 teses e 17 Dissertações que versam sobre a História da Infância, totalizando 21 trabalhos acadêmicos que discutem a História da Infância ou se aproximam dessa discussão dentro da pós-graduação em História no Brasil.

Vale ressaltar a inconsistência dos dados recolhidos entre os anos de 2007 a 2012, pois tratam-se de muitos trabalhos realizados anteriormente à Plataforma Sucupira. Os dados apresentam inconsistências relativas à descrição quanto ao nome dos programas de pós-graduação e suas respectivas áreas de concentração.

A seguir, temos um exemplo de trabalhos que se encontram nessa situação: os trabalhos são apresentados como pertencentes a programas de Mestrado ou Doutorado em “História Social”, não sendo especificado, no trabalho, sua área de concentração. Para sanar tais dúvidas que reinavam entre nós, consultamos os respectivos sítios eletrônicos de cada programa de pós-graduação e, posteriormente, o sítio da Plataforma Sucupira para checagem da documentação que dá autorização para o funcionamento do curso, assim como os registros de seu nome, área de concentração e sua área de avaliação, com o objetivo de elucidar todas as indefinições que persistiam sobre os dados.

A Plataforma Sucupira é onde se registram todos os trabalhos de pós-graduação no país; no entanto, somente os dados de 2013 até o presente momento, constam com o registro de seus resumos e palavras chaves. Desse modo, para acessar os resumos de produções anteriores é necessário buscá-los nos sites do próprio programa de pós-graduação onde se realizou o trabalho, ou mesmo nos repositórios eletrônicos das instituições de Ensino. Entretanto, mesmo executando

todo esse trajeto, três Dissertações não se encontram acessíveis⁴⁵ ao público, as mesmas são “Cartografias da Infância: Discursos Institucionais, Pedagógicos e Curriculares da Pré-Escola Campinense” de autoria de Daniela Medeiros da Silva; “Entre a Repressão e a Caridade: crianças desamparadas em uma sociedade em construção (1890-1927)” de autoria de Laura Valéria Pinto Ferreira; e “Por uma Intervenção Precoce: leituras da Reforma Psiquiátrica e os discursos e práticas de assistência em Saúde Mental da Infância em Campina Grande” de autoria de Mirella Cândido Burity de Oliveira, e estes são os três trabalhos realizados no período anterior ao desenvolvimento da Plataforma Sucupira e que não se encontram disponíveis, nem ao menos os resumos dos trabalhos⁴⁶.

A seguir, vamos observar na tabela abaixo o quantitativo de produções sobre a História da Infância que se desenvolveu em cada Instituição de Ensino Superior pelo país:

Quadro 4: Instituições e número de Produções sobre a História da Infância

Instituições de Ensino Superior	Nº de produções sobre a história da Infância
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	4
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	3
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1

⁴⁵ Os trabalhos não encontrados estão grifados em vermelho na **Tabela 1** deste estudo, onde estão apontadas as produções em nível de Dissertação.

⁴⁶ Além dos trabalhos citados no corpo do texto e nas tabelas, ocorreram outras inconsistências nos dados coletados e que foram suprimidas, pois não condizem com o recorte temporal proposto para investigação entre os anos de 2007 e 2017 como a Tese elaborada por Helvio Alexandre Mariano intitulada “A assistência à infância e o Amparo à Maternidade no Brasil 1927-1940” realizada no programa de História da Unesp de Assis, sob orientação do Professor Doutor Claudinei Magno Magre Mendes, que foi apontada como uma produção realizada no ano de 2007, mas ao conferirmos o estudo, detectamos que a obra foi concluída no ano de 2006, estando assim fora do recorte temporal delimitado. Outros dois trabalhos foram suprimidos dos resultados oficiais aqui apresentados, tratam-se de estudos realizados no programa de História do Brasil, da Fundação Universidade Federal do Piauí, o programa de pós-graduação foi apontado durante o levantamento, pois encontra-se registrado na Plataforma Sucupira o nome do curso, a área de avaliação que estão discriminadas como História, no entanto no sítio do programa encontra-se denominado de História do Brasil. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=347>. Acesso em: 23 jun. 2019. Os trabalhos suprimidos são os de Lorena Maria de Franca intitulado “O Estado, as Normalistas e a Infância em Teresina (1900-1940) de 2017; e o trabalho de Daniel Souza Braga intitulado “Corp-oralidades: Experiência corporal e Memória de Trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado do Morros da Marina/PI (1970-1980)”.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	1
Fundação Universidade Federal de Passo Fundo (FUFP)	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)	1
Total	21

A produção sobre o tema é algo perceptível, mesmo que ainda seja minoria dentro dos programas de pós-graduação em História; percebe-se que os pesquisadores que estão, por ora, mais inclinados às investigações sobre o tema são mulheres que, em sua grande maioria, foram as pesquisadoras que produziram maior número de estudos sobre a temática, perscrutando um total de 18 trabalhos, enquanto outros 3 trabalhos foram desenvolvidos por homens.

Cabe destacar, também, que o nosso recorte temporal abrange os anos de 2007 a 2017 com uma delimitação nas produções oriundas dos programas de pós-graduação da área de História. Esses programas possuem sua área de concentração, avaliação e o nome do programa em História. No entanto, existem outras contribuições sobre história da infância, advindas de programas de pós-graduação com enfoques em áreas de concentração em História Econômica e História Social, os quais não foram alvos de nossa investigação.

Todavia, vale destacar algumas produções dos programas de pós-graduação em História Econômica e História Social da USP, que apesar de não se tratar do foco desta análise, são significativamente importantes para o período e cabem ser aqui mencionadas.

Quadro 5: Dissertações produzidas na USP por ano, contendo autores, títulos e o nome do programa ao qual pertencem

Ano de Defesa	Autor	Título da Dissertação	Programa de Pós-graduação
2009	Tânia Mara Pereira Vasconcelos	Educar, catequizar e civilizar a infância: escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia	História Social

		(1941-1957)	
2009	Cátia Regina Rodrigues	A arquidiocese de São Paulo na gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)	História Social

Fonte: Dados recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES no período de 01 de Dezembro de 2019 à 05 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>.

Quadro 6: Teses produzidas na USP por ano, contendo autores, títulos, o nome do programa ao qual pertencem

Ano de Defesa	Autor	Título da Tese	Nome do Programa de Pós-graduação
2007	Silvanir Marcelino de Miranda	Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri-MG.	História Social
2007	Patrícia Santos Hansen	Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República	História Social
2008	Patrícia Tavares Raffaini	Pequenos poemas em prosa: vestígios da leitura ficcional na infância brasileira, nas décadas de 30 e 40	História Social
2008	Heloisa Maria Teixeira	A não-infância : crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)	História Econômica
2010	Ailton José Morelli	MEMÓRIAS DE INFÂNCIA EM MARINGÁ: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E PERMANÊNCIAS RURAIS (1970/1990)	História Econômica
2010	Maria Carmen Gomes Martiniano de Oliveira van de Poll	A espiritualidade de Hildegard Von Bingen: profecia e ortodoxia'	História Social
2011	Eduardo Silveira Netto Nunes	A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948	História Social
2014	Camila Rodrigues	Escrevendo a lápis de cor: infância e história na escritura de Guimarães Rosa	História Social
2016	Antero Maximiliano Dias dos Reis	Trabalho infantojuvenil, impactos e dilemas do ECA: a luta por direitos na justiça do trabalho - TRT 12 (Florianópolis, década de 1990)	História Econômica

Fonte: Dados recolhidos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES no período de 01 de Dezembro de 2019 à 05 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>.

Com isso, vamos abordar na próxima subseção desse capítulo, os trabalhos previamente expostos na tabela número 4, com seus respectivos resumos em sua íntegra para que possamos evidenciar quais são as concepções teóricas norteadoras em cada produção das 21 que foram aqui selecionadas por tratarem ou mais se aproximarem do tema da História da Infância.

3.2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS ADOTADAS NOS ESTUDOS

Essa subseção dedica-se a investigar quais são as concepções teóricas adotadas nas produções sobre a História da Infância na pós-graduação em História no Brasil entre os anos de 2007 a 2017. Para tanto, mostraremos as teorias e os autores que fundamentaram e nortearam os estudos sobre o tema, e apontar as temáticas mais recorrentes nas discussões desenvolvidas nos estudos sobre a História da Infância.

Constatamos durante a seleção dos trabalhos que, 4 trabalhos de Tese e 17 trabalhos de Dissertação versam sobre a História da Infância ou se aproximam de uma definição/discussão sobre o tema. Observamos que grande parte dos trabalhos selecionados na pós-graduação de História foi desenvolvida em programas com áreas de concentração em História Social ou mesmo em Linhas de pesquisa que versavam sobre História Social e Cultural.

A seguir, apresentamos todos os trabalhos selecionados, da mesma maneira em que se encontram nos respectivos estudos, preservando e respeitando sua originalidade, com o propósito de evidenciar como os pesquisadores organizaram os estudos de suas discussões temáticas, seus recortes temporais, juntamente com as concepções teóricas adotadas. Ao final, vamos elencar uma tabela com os referenciais teóricos adotados nas pesquisas e contabilizar quais as teorias com maior número de Estudos. Portanto, expomos de modo cronológico os trabalhos, ano por ano, especificando se a produção se refere às discussões de Mestrado ou Doutorado.

No ano de 2007, detectamos, a partir das investigações desenvolvidas na seção anterior no Banco de Dados da CAPES, a produção de 4 trabalhos: dois deles em nível de Mestrado e outros dois em nível de Doutorado.

No ano de 2007, a professora Andréa da Rocha Rodrigues desenvolveu uma pesquisa intitulada “Honra e Sexualidade Infanto-juvenil na cidade de Salvador, 1940-1970”, na qual analisou as representações sobre a sexualidade infanto-juvenil, a partir da compreensão dos conceitos de infância, adolescência e sexualidade, com um recorte temporal elaborado no século XX, pautando-se em uma análise por meio da História Social.

Este trabalho analisa representações e práticas relativas à sexualidade infanto-juvenil em Salvador, de 1940 a 1970. De acordo com a compreensão de que os conceitos de infância, adolescência e sexualidade são construídos a partir de variáveis sociais e históricas, procura-se refletir sobre os elementos simbólicos que emergem, no contexto estudado, para representar estas duas fases da vida e a sexualidade, nelas. Considera-se que a sexualidade está diretamente associada a questões de gênero, raça e classe. Desta forma, os discursos elaborados sobre a sexualidade infanto-juvenil são melhor compreendidos tendo como referência as relações sociais e os diversos espaços que os agentes históricos ocupam em sociedade. Os significados de infância e adolescência, e as práticas a eles relacionadas, são diferentes nos diversos segmentos da sociedade soteropolitana, no período, e se transformam no decorrer deste. Busca-se investigar a violência sexual exercida sobre os corpos de crianças e adolescentes através do estudo de crimes contra os costumes e da legislação que regulava sua punição. Procura-se igualmente analisar os vínculos entre o conceito de honra e o controle da sexualidade feminina (RODRIGUES, 2007).

A professora Maria das Graças de Souza Teixeira, no mesmo ano, elaborou a Tese intitulada “Infância, o sujeito brincante as práticas lúdicas no Brasil oitocentista” onde se analisa as brincadeiras infantis e a ludicidade no período, delimitando o século XIX como recorte temporal, na qual desenvolve uma análise a partir do postulado da História Social.

A tese de doutorado intitulada *Infância, sujeito brincante e práticas lúdicas no Brasil oitocentista* aborda questões relativas à criança no seu universo lúdico, buscando discutir esse universo como o espaço privilegiado de relações sociais e o lugar em que a criança, como sujeito brincante, produz cultura e nesse processo participa da cultura geral. Por este caminho, busco discutir e desmistificar a idéia da criança como um indivíduo a ser modelado, reflexo do mundo do adulto, pois é no dia-a-dia que a criança se insere no mundo e constrói o seu próprio. Para tanto, trabalhamos com uma bibliografia especializada sobre infância, ludicidade e memória, além do arcabouço teórico-metodológico da história. As fontes foram identificadas, coletadas e trabalhadas em arquivos, museus e bibliotecas no Brasil e na Europa, além do uso da iconografia e da literatura dos viajantes que estiveram no Brasil no período estudado. Foi possível mapear o circuito de produção, distribuição e venda do

brinquedo em diversos espaços na sociedade, além de evidenciar que a criança brinca e no seu brincar ela subverte a ordem estabelecida, cria novos objetos e dá vida a outros. Por fim, a criança é parte da história e se constitui em ator e sujeito de sua própria existência no Brasil oitocentista (TEIXEIRA, 2007).

Já a professora Maria Dilce Sturmer realizou a Dissertação por título “A infância e a Adolescência na colônia alemã de General Osório (1909-1979)” na qual se destina analisar a história das crianças, circunscrevendo sua investigação em uma área territorial restrita ao desenvolver um estudo sobre História Regional, com um recorte temporal que permeia ao menos dois terços do século XX; realiza sua pesquisa por meio da História oral.

A história do município de Ibirubá, ex-colônia General Osório, é consequência, sobretudo, da imigração alemã no sul do Brasil. A partir de 1824, imigrantes falando dialetos alemães chegaram às “colônias velhas”, instalaram-se em pequenas propriedades e exploraram-nas ao máximo com o trabalho familiar. Tiveram muitos filhos, os quais, no contexto da falta de terra, deram origem às “colônias novas”, em outras regiões do norte do Rio Grande do Sul e, a seguir, fora do Estado. Em 1898, a empresa Dias e Fagundes foi fundada com o objetivo de colonizar uma área de terra adquirida de posseiros e do governo provincial, localizada a leste do Rio Jacuí Mirim. A região passou a ser valorizada após a construção da estrada de ferro Santa Maria-Passo Fundo, que ensejava o fácil escoamento da produção local. No ano seguinte, começaram a chegar os primeiros colonos, vindos das “colônias velhas” e, alguns, diretamente da Alemanha. Até a emancipação do atual município de Ibirubá, em 1955, predominava na colônia a economia de subsistência, destacando a suinocultura e a agricultura familiar. A religiosidade, o trabalho, a escola para os filhos, eram primordiais para os colonos camponeses alemães. Neste contexto, a história particular das crianças e dos adolescentes, objeto da presente dissertação, apresentou-se como um rosário de privações, muito trabalho, castigos severos e, de poucos brinquedos, confeccionados geralmente pelas crianças com as próprias mãos (STURMER, 2007).

A Dissertação de Patrícia Terezinha da Silva apresenta uma singularidade, pois trata-se de um estudo elaborado no âmbito de um mestrado interinstitucional por meio da parceria entre as Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade do Centro Oeste (UNICENTRO). A pesquisa possui um recorte para analisar as representações sobre a infância no Paraná, e como se desenvolve a concepção de infância e menor no século XX; para isso, faz uso da História Social para conceder sustentação para a análise.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as representações de infância no Paraná do início do século XX. Discute a construção histórica do conceito “menor” e como esse vocábulo foi utilizado nos artigos do Jornal *O Pharol*, no início da década de 1920. Analisa também as representações de infância existentes na revista paranista *Ilustração Paranaense*, por meio das fotografias ali editadas, que difundem um único perfil de criança: branca e pertencente à classe dominante. Essa revista foi a principal publicação do movimento paranista nos anos de 1927-1930. Na sequência, explana o projeto da “Colônia Infantil Agrícola”, proposta pelo principal “líder” do movimento acima citado (Romário Martins), ao atuar como deputado estadual (1909). O projeto foi apresentado sob justificativa de que o ensino agrícola era “o mais eficaz agente educativo” e destina-se ao “menos desvalido”. Analisar a estigmatização das crianças enquanto “menor”, bem como os mecanismos de segregação, a que elas seriam submetidas na Colônia Agrícola, é um dos objetivos principais desta pesquisa, que compreende como estigma um processo relacional, um atributo depreciativo sempre em relação a um outro(s) (SILVA, 2007).

No ano de 2008, não se encontrou estudos no nível de Doutorado sobre a Infância, no entanto, encontrou-se duas Dissertações de Mestrado. Desse modo, a que se segue é o estudo de Guaraciane Mendonça de Lima trabalho intitulado “A infância desvalida do Império na Parahyba do Norte: O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874)” na qual discute-se as condições da Infância e da Criança no século XIX, na região da Província da Paraíba durante a crise econômica e social ocorrida no período delimitado pela pesquisadora, amparando-se em uma análise por meio da História Social e Cultural, seguindo a perspectiva instituída pelo historiador Peter Burke.

Este trabalho tem como objetivo analisar a condição da criança e da infância no contexto de crise econômica e social pela qual passou a Província da Parahyba do Norte, tomando como referência o período de funcionamento do Collégio de Educando Artífices de 1865 a 1874. A referida instituição foi criada por Lei Provincial no ano de 1859 e tinha por objetivo prestar instrução de primeiras letras e dar formação voltada para o trabalho à infância desvalida. Escrever essa história se constituiu um desafio no sentido de percebermos como foi elaborada uma cultura histórico educacional, no que concerne especialmente, a educação profissional voltada para as crianças de uma determinada *classe* que foi constituída a partir das vivências econômicas, sociais e, particularmente, culturais, conforme nos orientou Thompson (1987). Ao estudarmos a referida instituição buscamos responder aos seguintes questionamentos: Quem eram as crianças que ingressavam no Collégio? De onde advinham os recursos para a manutenção da instituição? Quais os interesses do governo provincial ao criá-la? Que demandas econômicas sociais e culturais motivaram a sua criação? Assim, elaboramos nossa análise a partir dos referenciais teóricos e metodológicos propugnados pela

História social e cultural na perspectiva concebida por Burke (2005). Foram utilizadas fontes primárias, isto é, manuscritos referentes ao Collégio de Educandos Artífices, tais como: relatórios, ofícios, termos de contrato, balancetes, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba – FUNESC. Também foram utilizados os regimentos, regulamentos e normatizações referentes à instrução pública e particular produzidos na Parahyba do Norte. Fontes secundárias tais como: livros e artigos que tratam sobre a temática, foram de grande valia para realizarmos as interlocuções com outras instituições do mesmo gênero localizadas em outras províncias do Império brasileiro. Concluímos nosso estudo indicando a importância que teve essa instituição para o desenvolvimento de ofícios destinados à formação da infância desvalida na Parahyba do Norte, no oitocentos, constituindo-se, portanto, um importante exemplo acerca da educação profissional no Brasil e, mais particularmente, na Paraíba republicana (LIMA, 2008).

Outro estudo pertence a pesquisadora Vera Monteiro Larica Cabral que produziu a Dissertação “Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)”; a autora trata do período pós Proclamação da República, para discutir uma questão que causava preocupação ao Estado na ocasião: a infância. O estudo abordou a temática da infância abandonada no Estado do Espírito Santo na transição entre os séculos XIX para o XX. Para isso, aludia uma investigação sobre os discursos políticos do período ao partir de uma análise da História Social.

Num contexto marcado pela Proclamação da República no Brasil e pela crise da escravidão e por tentativas de se criar um mercado de trabalho, a questão da infância surgia como fator de grande preocupação das autoridades brasileiras. O principal objetivo dessa dissertação é estudar a problemática dessa infância a partir da atuação do Estado do Espírito Santo através dos discursos dos Presidentes do Estado e da legislação criada na capital do Estado entre 1889 e 1927, frente ao problema dos menores ditos “abandonados” nas ruas da cidade (CABRAL, 2008).

Já no ano de 2009, obtivemos por meio das buscas, resultados apenas para as Dissertações de Mestrado; um desses estudos foi realizado pela pesquisadora Yuma Ferreira que escreveu sobre “A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal moderna (1890-1929)” na qual delimitou-se um recorte na transição entre os séculos XIX para o XX, para analisar a infância em meio ao processo de transformação urbana. Para isso, fez-se uma análise pautada no aparato da História Social e Cultural, argumentação sustentada por autores como Roger Chartier e Michel Foucault.

Os primeiros anos do século XX em Natal se caracterizaram pelas várias intervenções urbanas que tinham como propósito modificar a feição da cidade quase rural numa outra que estivesse em consonância com as cidades consideradas modelos de modernidade e civilização. Nesse processo, todos os indivíduos passariam a ter papéis sociais importantes a desempenhar, o que incluíam homens, mulheres e, sobretudo crianças. Foi nessa atmosfera de futuro promissor que as crianças foram tomadas como peças-chaves de uma sociedade profundamente idealizada. Alguns processos foram indispensáveis no desencadeamento das transformações da infância natalense, entre elas, as operadas no interior das famílias que, nesse momento histórico, buscaram na vida pública outras possibilidades de existência: a educação escolar e a construção dos que viriam a ser o modelo de educação urbana – os Grupos Escolares, propagadores das ciências como mediadoras de todo conhecimento e, por fim, as intervenções médicas que, divulgando práticas de higiene e saúde, possibilitaram não apenas a conservação da vida infantil, como também a possibilidade de construção da sua individualidade em um corpo saudável. Se por um lado esses processos tentaram cristalizar uma imagem ideal de criança estabelecendo uma identidade infantil diretamente ligada à educação escolar e ao “corpo higiênico”, por outro, deu às crianças determinada autonomia reflexiva proporcionando a elas verem o mundo através de olhos de sujeito (FERREIRA, 2009).

Outro estudo desse ano é o de Márcia Selvatice Tourinho denominado “A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo – O Orfanato Cristo Rei (1957-1990)”. O estudo destina-se a analisar a segunda metade do século XX, enunciando como a infância desvalida foi compreendida pela política do Estado nesse período. O trabalho estruturou-se por meio de uma concepção histórico social dos processos das relações políticas.

Este estudo fornece subsídios para o entendimento da política do Estado para a infância desvalida e, para tanto, busca evidenciar a construção histórica e social da criança e as transformações da assistência à criança ao longo da história. Para evidenciar essa política de Estado em favor da assistência à criança e ao adolescente aqui no Estado do Espírito Santo, analisou-se um caso particular, que foi o Orfanato Cristo Rei, no período de 1957 a 1990, quando uma freira assume a direção da instituição, a Irmã Marcelina de São Luiz. A análise foi realizada a partir da documentação do orfanato (estatuto, atas, correspondências, anotações soltas, depoimentos orais de funcionários, ex-internos e familiares dos ex-internos), leis, mensagens de governadores e jornais de circulação da cidade de Vitória, tentando contextualizar a atuação da Irmã Marcelina na instituição e verificar se essa estava em consonância com as diretrizes oriundas do governo federal (TOURINHO, 2009).

Em 2010, encontrou-se apenas um trabalho referente ao nível de Mestrado, desenvolvido pela pesquisadora Alba Barbosa Pessoa “Infância e Trabalho: Dimensões do trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)”. Seguindo por uma análise social da inserção da infância, partindo da premissa da História Social.

Procurando contribuir para uma história da infância no Amazonas, a presente pesquisa procura identificar o espaço social ocupado pelas crianças na cidade de Manaus durante a chamada “*Belle Époque*”. Durante esse período a cidade está passando por um intenso processo de transformação. O comércio de exportação da borracha lhe propicia intenso contato com as novas idéias trazidas pela modernidade, impondo mudanças não só arquitetônicas da cidade, bem como nos costumes e hábitos da população. Será nesse contexto histórico pelo qual passa a cidade que nos propomos a identificar os espaços ocupados pelas crianças nos mundos do trabalho na cidade de Manaus. O trabalho infantil estava presente nos diversos cantos da cidade e a preparação dessa mão-de-obra foi possível graças a criação de instituições educacionais que tinham por finalidade dar assistência às crianças filhas das famílias pobres, concomitante ao ensino de um ofício. A imprensa teve importante participação na propagação de idéias que associavam a falta de trabalho à vadiagem, cristalizando a distinção entre os termos menor e criança. Assim, diversas políticas públicas são implementadas com a finalidade de possibilitar um maior aproveitamento da mão-de-obra infantil (PESSOA, 2010).

Após esse estudo, viemos a encontrar outras duas produções apenas no ano de 2012, em nível de Mestrado. A primeira produzida por Daniel Alves Boeira “Uma “solução” para a menoridade na primeira república: o caso do patronato agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)”. O pesquisador delimita o recorte na primeira metade do século XX, e analisa uma instituição de ensino que abriga menores no contexto da história regional do Estado de Santa Catarina, com a concepção do ensino por meio do trabalho; para realizar tal análise, o mesmo seguiu uma linha de interpretação sociológica na perspectiva da história do tempo presente, passando pelos referências de Norbert Elias e Michel Foucault.

A história de uma instituição como o Patronato Agrícola de Anitápolis (Santa Catarina, Brasil), antes de se tratar de uma análise restrita aos acontecimentos de uma determinada instituição ou, ao contrário, simples expressão da conjuntura regional e nacional, aparece para o historiador como uma possibilidade de reconstruir histórias de crianças e jovens, suas trajetórias, sua inserção social e educacional e suas resistências às políticas públicas na Primeira República (1889-1930). O Patronato Agrícola de Anitápolis, desde sua criação em 1918, até o término de suas atividades, em 1930, nos apresenta elementos instigantes para a compreensão da estadia dos *menores*,

vindos em sua maioria do Rio de Janeiro, neste estabelecimento. Compreender a instituição em sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos – estabelecidas entre seus moradores ou com seus agentes educacionais – fornece-nos instrumentos importantes para entender a complexidade das relações e dos comportamentos de pessoas comumente investigadas apenas no espaço produtivo. O local da instituição e suas demandas, no entanto, não podem ser entendidos desvinculados do espaço do ensino e do trabalho, uma vez que as pessoas atuam, simultaneamente, nestes dois universos. O universo do ensino e o universo do trabalho, assim como o Núcleo Colonial e o Patronato Agrícola, estão conectados pelas experiências e práticas cotidianas dos *menores* e de seus educadores, vistos nesta perspectiva como sujeitos sociais. Desta forma, a vida do Patronato está diretamente vinculada à vida do Núcleo Colonial (Anitápolis), tornando-se necessário observar quais são os canais de interlocução em que os jogos de poder e as disputas por direitos são travados. A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A ação e a ótica do Estado sobre os menores*, apresentamos um cenário das posições do Estado brasileiro em relação às políticas públicas relativas à infância. No segundo capítulo, denominado *O Patronato Agrícola de Anitápolis*, investigamos as práticas pedagógicas e sócio-administrativas vigentes na instituição e impostas pela pedagogia do progresso. No terceiro capítulo, intitulado *A ação e a ótica dos sujeitos: os menores e o Patronato* pesquisamos as relações de sociabilidade existentes entre os internos no Patronato Agrícola e destes com o Núcleo Colonial. Trabalhamos com diversos documentos, tais como ofícios, mensagens, relatórios e informativos vinculados ao Patronato Agrícola, ao Núcleo Colonial Anitápolis, e ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, entre os anos de 1918 a 1930. As pesquisas também foram feitas em periódicos (jornais), relatórios dos Governadores de Santa Catarina e nos fundos/coleções documentais sobre polícia, minoridade e legislação vigente sobre o período. Nesta pesquisa refletimos sobre a inclusão desses jovens e suas relações com a própria instituição de educação e correção, enfatizando principalmente a análise das formas de participação das crianças e jovens na instituição e em sua interação com o núcleo colonial (BOEIRA, 2012).

O outro trabalho encontrado é da pesquisadora Ludmila Gonçalves Martins “Diálogos sobre a História Social da Infância e o Reconhecimento da Criança como Sujeito de Direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)”. Propõe investigar por meio de uma análise que a autora considera de uma longa duração, de como desenvolveu-se o reconhecimento da categoria infância pelo discurso jurídico e político na história do Brasil até meados do ano de 1990, partindo de uma análise ancorada em uma interpretação sociológica enquadrando-se no âmbito da história social.

A História é uma ciência que se volta ao estudo dos fenômenos de longa duração, e tal especificidade conduz o ofício desse estudo a

colocar em perspectiva histórica definições e conceitos que apesar de não terem um significativo recuo em sua datação manifesta permanências e continuidades. Desse modo, esse trabalho se dispõe a discorrer sobre os discursos da infância na contemporaneidade, especialmente, no Brasil República, tendo como meta analisar os discursos jurídicos e políticos que se constituíram em torno da categoria infância. Como objetivo específico essa pesquisa faz uma discussão acerca da institucionalização da criança no projeto político republicano brasileiro, enfatizando os marcos jurídicos do Código de Menores (1927 e 1979) e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, sobre a mudança de paradigma da concepção menorista para a doutrina estatutista, pode-se dizer que as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e não mais como objetos de medida jurídica. Deste modo, pretende-se entender como se dá o controle social sobre a infância na constituição dos discursos de responsabilidade parental do Estado, bem como se deu o processo de institucionalização da criança enquanto sujeito de direitos, cuja crítica perpassa pelo entendimento das sensibilidades que se hegemonizaram nesses embates (MARTINS, 2012).

No ano de 2013, encontrou-se três trabalhos que discutem a História da Infância ou que se aproximam desse eixo. O pesquisador Júlio Cesar de Souza desenvolveu o trabalho intitulado “Sociedade e Escravidão no Século XIX. Crianças escravas em Uberaba (1871-1888)”. O autor seguiu um recorte do final do século XIX, por onde analisou a vida das crianças escravas nesse período, perscrutando uma análise embasada na História Social.

Estudos recentes sobre a Escravidão no Brasil apontaram novas possibilidades de abordagens sobre a experiência do cativo. Sob a influência desses trabalhos historiográficos, procuramos desenvolver uma investigação que nos possibilitasse compreender a vida das crianças, filhas de escravos na cidade de Uberaba. O cenário em que essas crianças viveram, foi marcado por um importante processo de desenvolvimento econômico. No intuito de levantar cenas da vida das crianças escravas e do núcleo familiar em que elas estavam inseridas, recorreremos aos registros de batismos e de casamentos, e a um processo criminal disponíveis no Arquivo Público de Uberaba. Dessa forma buscamos visualizar uma grande quantidade de famílias escravas sendo constituídas, e inúmeras crianças escravas presentes na sociedade uberabense. A promulgação e o debate em torno da Lei do Ventre Livre não só impactou a vivência dessas crianças, como também nos possibilitou o estabelecimento de reflexões sobre as suas experiências. Observamos que ser uma criança escrava na sociedade brasileira nos anos finais do século XIX foi ter os sonhos de liberdade dificultados, e em muitos casos adiados (SOUZA, 2013).

A pesquisadora Lívia Gozzer Costa elaborou o trabalho “Capitães da Feira e outras crianças. A infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e

1945”. O recorte envolve o período de passagem do século XIX para o século XX, analisando o cotidiano vivenciado pela infância pobre na cidade de Feira de Santana na Bahia; o trabalho apoiou-se em uma análise da História Cultural, com base no autor Michel de Certeau.

Este estudo tem por objetivo analisar o cotidiano da infância pobre e abandonada de Feira de Santana no período que compreende os anos de 1879 a 1945. Entendemos que neste intervalo temporal as iniciativas direcionadas à “correção” dos problemas da infância foram acentuadas não só na *urbe* feirense como também nas cidades brasileiras sintonizadas com os postulados republicanos da ordem, progresso e civilidade dos hábitos, comportamentos e arquitetura cidadina. Neste desejado cenário progressista viu se nascer e morrer ações públicas e privadas, ora amparadas pelo Estado, ora a sua deriva, deixando entrever que o interesse destas esferas políticas na infância pobre e abandonada feirense não se relacionava à solução dos problemas históricos deste grupo social, mas à consolidação dos projetos civilizatórios que enxergavam nas crianças pobres e abandonadas, antes sujeitos potencialmente ativos no atraso de Feira de Santana, possíveis futuros articuladores de seu projeto civilizatório (COSTA, 2013).

Já na dissertação de Elisangela da Silva Machieski “Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970-1990)” recorta a segunda metade do século XX para analisar como a sociedade do período compreendeu a(s) infância(a), por meio de análise de fontes jornalísticas que traduziam seu discurso acerca da compreensão da mídia e acerca das definições jurídicas desenvolvidas nas legislações estabelecida no período, sustentada pela abordagem da história do tempo presente, desenvolvida por meio da análise do discurso de base foucaultiana.

Na sociedade brasileira, a infância pobre tornou-se, ao longo do século XX, alvo de um processo de normalização. O discurso médico, pedagógico, psicológico, jurídico e midiático lançou luz sobre este problema social. A instauração do Código de Menores, em 1927, pode ser interpretada como possibilidade de reposta a questão que desde então se considerava problema. Foi nesse movimento em busca por uma definição da infância que o termo *menor* foi sendo construído, tendo como baliza fatores de ordem social, econômica, moral e não apenas o quesito idade. A segregação entre ser criança e ser *menor* perdurou até o segundo Código de Menores, sancionado em 1979. Nem termo nem segregação foram substituídos. Na década de 1980, marcada por movimentos sociais, a legislação “*menorista*” foi alvo de críticas, juntamente com outros fatores que levaram à inclusão de artigos destinados especificamente ao público infanto-juvenil na Constituição Federal de 1988. Na década de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente, rompeu-se

definitivamente com o estereótipo do *menor*. Tendo em vista este processo histórico, a proposta desta pesquisa consistiu em destacar permanências e rupturas no discurso jornalístico na questão infanto-juvenil na cidade de Criciúma/SC, tomando como fonte dois periódicos específicos: o Jornal da Manhã e o jornal Tribuna Criciumense. O recorte temporal compreendido entre 1970 e 1990 foi articulado para incluir as três legislações destinadas ao problema criança-adolescente. O discurso da imprensa, compreendido como uma construção realizada por sujeitos inseridos em determinado contexto temporal e territorial, faz uso de representações sociais em torno do assunto. Deste modo, através das peças jornalísticas selecionadas e os discursos por elas produzidos e divulgados constituem a fonte para o estudo e a reflexão da questão a respeito, procurando distinguir o dilema ou ambiguidade entre ser criança e ser menor, ou ser um perigo e estar em perigo (MACHIESKI, 2013).

Em 2014, encontrou-se dois trabalhos: uma Tese de Doutorado e uma Dissertação de Mestrado. A Tese de Doutorado produzida por Humberto da Silva Miranda, intitulada “Nos tempos das Febems: memórias de Infância perdidas (Pernambuco/1964-1985)”; analisa a condição de internamento de crianças nas Febems em Pernambuco, e foi desenvolvida por meio da metodologia da História Oral, na qual abordou as memórias e as histórias de vida daqueles que passaram por essa experiência.

Este trabalho de tese objetiva construir uma narrativa histórica dos meninos e das meninas que vivenciaram a experiência de internação nas unidades da Febem, em Pernambuco, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A Febem representava uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem, criada em 1964 e extinta em 1990. Essas instituições emergiram a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, também criada no primeiro ano do Regime, e da lógica do Código de Menores, promulgado em 1927 e reformulado em 1979. Em junho de 1966, o então Governador de Pernambuco, Paulo Guerra implantou a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a chamada Febem/Pernambuco, inaugurando uma nova fase da assistência infância no Estado. Para além da abordagem institucional, esta tese terá como fio condutor a trajetória de três pessoas que passaram, no tempo de criança e adolescente, pela instituição na condição de internos. As memórias sobre a passagem pela Febem, produzidas e analisadas a partir da perspectiva metodológica da *História Oral*, possibilitaram conhecer diferentes experiências, que se desdobraram na construção de diferentes Febems. As histórias de vida, registradas em entrevistas, entrecruzadas com outras fontes documentais, permitiram construir a história de meninos e meninas que vivenciaram o abandono, a pobreza ou que estiveram em situação de conflito com a lei, possibilitando a análise sobre a assistência às crianças e às famílias pobres, no Brasil e em Pernambuco, nos anos marcados pela Ditadura Civil-Militar (MIRANDA, 2014).

Outra importante contribuição sobre a História da Infância foi desempenhada por Lucirene Ferreira Santana em “História da Infância e do Brinquedo: um olhar nas bonecas Karajá-Ritxòkò e Barbie como artefatos culturais na construção da Identidade das meninas na aldeia Buridina”. A autora desenvolveu sua análise com base nas concepções dos postulados da História Cultural.

Esta pesquisa busca contribuir com a produção acerca da História da Infância e do Brinquedo: Um olhar nas bonecas *Karajá-Ritxòkò* e *Bárbie* como artefatos culturais na construção da identidade das meninas na Aldeia Buridina. Tendo como eixo três objetivos centrais: estudar a história da infância, dos brinquedos, das brincadeiras e as relações com as meninas indígenas na Aldeia Buridina em Aruanã – GO. Trazer ao conhecimento acadêmico e da população de modo geral, a história da boneca *Karajá-Ritxòkò* e as formas de expressão como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Compreender as condições históricas que possibilitaram um fortalecimento da identidade étnica e interétnico nesta comunidade a partir do fomento na produção da boneca de cerâmica e a inclusão da boneca *Bárbie* nas brincadeiras das meninas. Inicialmente a pesquisa foi norteada pela compreensão das correntes historiográficas, com ênfase na História Cultural e sua relação com o objeto desta pesquisa. Simultaneamente foi realizada uma pesquisa sobre brinquedos e brincadeiras, em que se priorizou o estudo das bonecas de cerâmica *Karajá – Iny* e a boneca industrializada *Bárbie*. Envolve em um mundo de beleza, riqueza e aventura, a boneca *Bárbie* está imersa em uma pedagogia cultural, com o intuito de ensinar a supremacia de um tipo de corpo, raça e comportamento do consumo. A boneca de cerâmica carrega em seu corpo elementos da cultura indígena, a pintura dos grafismos perfaz o processo de produção das figuras em cerâmica pelas mulheres, articula o mundo simbólico karajá e revela igualmente um processo criativo próprio, decorrente de fatores exteriores como aqueles atribuídos pelo contato interétnico. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e os principais teóricos foram Le Goff (1990), Braudel(1961), Peter Burke(2008), Áries (1981), Kuhlmann Jr.(1998), Gélis (1991), Clifford Geertz(2004), Brougère(2004), Walter Benjamin(1987). A metodologia foi pesquisa bibliográfica e de campo (SANTANA, 2014).

Já no ano de 2015, foram arrolados dois trabalhos, sendo uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado.

A pesquisadora Luisa Rita Cardoso produziu um estudo intitulado ““Não sei e não quero dizer”: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. Desempenhou uma análise sobre a questão da utilização de crianças em seções de tortura durante o período da Ditadura Militar no Brasil; a pesquisa foi desenvolvida por meio da História do tempo presente pautando-se em uma análise da História Social.

Esta dissertação aborda o uso de crianças, filhos e filhas de militantes de esquerda, em sessões de tortura levadas a cabo pelo aparato repressivo da ditadura civil-militar brasileira contra os mesmos. Entende-se que tal aparato utilizou-se dos mais diversos recursos para levar a cabo seu projeto de eliminação das esquerdas organizadas e seus/suas militantes, considerados/as subversivos/as de acordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, tendo sido a tortura uma política de Estado no período. Compreende-se que o regime civil-militar deu atenção a questões ligadas a infância e estava em sintonia com os debates internacionais acerca dos Direitos da Criança, não tendo, contudo, agido de acordo com os mesmos. A partir de pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Edgard Leuenroth uma série de denúncias, feitas a época, de casos de tortura envolvendo crianças foi encontrada e aqui utilizada como fonte documental. Essas denúncias contrapõem as representações que o Estado brasileiro fazia então acerca da infância. Também narrativas sobre tais práticas são elaboradas no presente, notadamente a partir da criação de comissões de verdade, e o conjunto de fontes documentais aqui utilizado e ainda composto pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e do livro *Infância Roubada*, produzido pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Tais documentos permitem acessar os testemunhos das vítimas da repressão e os mesmos são aqui abordados pela perspectiva da História do Tempo Presente (CARDOSO, 2015).

O outro estudo é de autoria de Raquel Pereira Francisco; sua Tese trata de “Pequenos Desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930)”; o foco dessa tese é a problematização da infância pobre, abandonada, desvalida e trabalhadora; a análise foi desenvolvida com base na História Social pautada em uma análise foucaultiana.

Nesta tese, busca-se fazer uma reflexão sobre a problemática da infância pobre, abandonada e trabalhadora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O recorte temporal delimitado para a realização desta análise é o da implantação e consolidação do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo, processo de industrialização e de reestruturação do Estado sob o sistema republicano de governo. No contexto dessas transformações, as classes dominantes sentiram a necessidade de criar novas formas de controle social. No que diz respeito às crianças pobres e, ou abandonadas, diversas foram as estratégias de controle social adotadas pelos segmentos dominantes com o objetivo de manterem o domínio sobre a mão de obra dos “menores”, sendo uma delas o vínculo tutelar. Nesse momento de estruturação do mercado de trabalho capitalista, setores da intelectualidade, momento de estruturação do mercado de trabalho capitalista, setores da intelectualidade, políticos, médicos-higienistas, juristas, entre outros, apresentaram diversas propostas de assistência social para as crianças dos estratos mais baixos da

hierarquia socioeconômica, com o objetivo de educar, preservar e regenerar os “menores” pelo e para o trabalho. A educação destinada aos setores vulneráveis da sociedade era a elementar, conjugada com o aprendizado de um ofício, ou seja, destinava-se a preparar mão de obra disciplinada e submissa. O trabalho infanto-juvenil foi uma problemática debatida ao longo dos primeiros anos republicanos. Porém, a sua regulamentação ocorreu apenas nos anos finais da década de 1920, com a promulgação do Código de Menores. A presença de pequenos operários nas indústrias, no comércio, nas oficinas e em outros estabelecimentos da cidade de Juiz de Fora, no início do século XX, pode ser constatada por meio dos periódicos e dos processos de acidentes no trabalho analisados neste estudo, onde muitos pequenos foram vítimas (FRANCISCO, 2015).

Em 2016, foi encontrada uma Dissertação de autoria de Rayane Helena Araújo Mendes de Carvalho; aborda a questão do processo de judicialização da infância no Brasil ao longo do século XX, entendendo como esse discurso se conformou sociologicamente. O trabalho está embasado por uma perspectiva da História Cultural.

Este trabalho trata da judicialização da infância no Brasil. Esse processo abrangeria não apenas a inscrição da vida das crianças e dos adolescentes no âmbito legal, jurídico e político brasileiro em todo o *corpus* de leis, decretos e jurisprudência, como passaria a considerá-los como atores sociais e políticos. Essa dissertação preocupa-se em acompanhar como um campo discursivo e uma rede institucional orientaram e dirigiram este processo de judicialização. Acompanhamos e analisamos a documentação produzida (Códigos, Constituição, Regulamentos, Estatutos, Iconografia) entre as décadas de 1920 a 1990, com o objetivo de apresentar uma síntese acerca da historicidade do processo mencionado, considerando a contribuição dos campos jurídico, educacional e assistencial (CARVALHO, 2016).

Em 2017, foram encontrados dois trabalhos de Dissertação: o primeiro a ser exposto aqui é de autoria de Taiane Cristina da Silva com o título “Os Filhos da Piedade: a exposição na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais (1770-1820)” desenvolve uma discussão sobre a questão do abandono de crianças no período de transição do século XVIII ao XIX, buscando compreender o contexto em que naquela sociedade se dava a prática do abandono, e esse estudo foi desenvolvido por meio uma análise micro histórica.

O objetivo deste trabalho é analisar o abandono de crianças na freguesia de Guarapiranga entre os anos de 1770 e 1820. Procurando entender, através de análises quantitativas e estudos de trajetórias, as relações estabelecidas pelos indivíduos que estavam

inseridos no universo do abandono. Para atingir nosso objetivo proposto examinamos os Livros de Matrículas de Expostos da Câmara Municipal de Mariana, os Registros de Batismo e os Traslados de Testamentos e Inventários *Post Mortem*. Tais documentos nos mostram as múltiplas facetas do abandono destacando seu uso pela população local. Retratando deste modo um universo complexo marcado por constantes embates entre a instituição camarária e os criadores de expostos. A assistência camarária não chegou a todos os lares que criaram estas crianças. Em muitos casos, dar abrigo à infância desvalida foi momento de exteriorizar a fé. Percebemos, deste modo que o fenômeno da exposição foi capaz de estabelecer laços de sociabilidades e/ou solidariedade entre os indivíduos. O batismo, a porta de entrada para a Igreja Católica, foi momento singular de estabelecimento destes laços sociais (SILVA, 2017).

Nicole Taner de Lima desenvolveu uma pesquisa sobre “Os meninos na Casa do Pequeno Jornaleiro: institucionalização, protagonismos e trajetórias. (Curitiba, 1960-1978)”, no qual faz um estudo que corrobora para o início das discussões sobre a questão da análise dos pequenos jornaleiros em Curitiba. Esse é, portanto, um dos primeiros estudos a ser realizado nessa temática a partir da análise da moralização da infância por meio do trabalho. Essa pesquisadora construiu suas análises por meio da perspectiva da História do Tempo Presente, que dá base e subsídio para uma abordagem foucaultiana, pautada na análise do discurso.

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (CAPEJO) foi criada pelo interventor Manoel Ribas e por sua esposa, Anita Ribas, em 1943. A partir da moralização pelo trabalho, se destinava a prestar assistência material, moral e educacional a meninos que exerciam a função de vendedores de jornais. A presente pesquisa buscou compreender a assistência à criança considerada “abandonada” no Paraná, a partir do estudo da Casa do Pequeno Jornaleiro entre 1960 e 1978. Os documentos utilizados foram os seguintes: 98 prontuários inéditos de meninos institucionalizados entre os anos de 1960 e 1978, relatórios institucionais expedidos para o Ministério de Justiça e Negócios Interiores, legislação federal e estadual e uma seleção de reportagens de jornais paranaenses que fazem menção à instituição e aos pequenos jornaleiros – documentos que atualmente se encontram aos cuidados do Arquivo Municipal de Curitiba, Casa da Memória de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná. Tais fontes foram problematizadas à luz da História da Infância e Juventude e da História do Tempo Presente. Esse estudo foi dividido em três capítulos: o primeiro se dedica a abordar a origem de cada interno, configuração da família e motivos de internação, investigando a categorização e triagem do menino quando da sua admissão na instituição; no segundo, são discutidas as práticas institucionais, a regulação das atividades, o trabalho de jornaleiro e o dia-a-dia dos garotos; e, no último, se aborda o fim do vínculo entre menino e

instituição através dos desligamentos pela maioria, retorno a família, fuga ou transferência, investigando assim os vestígios que possibilitem perceber o protagonismo desses meninos em suas ações e trajetórias (LIMA, 2017).

Com isso, observamos que dentre as produções aqui recolhidas ocorreu uma predominância de referenciais teóricos voltados à História Social.

Quadro 7: Referencial Teórico adotado nos trabalhos

Referencial Teórico	Número de Trabalhos
História Social	11
História Cultural	5
História Oral	2
Micro História	1
Análise do Discurso	2
Total	21

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados recolhidos no Portal da CAPES.

Salientamos que os resultados obtidos na tabela acima, foram extraídos a partir da coleta de dados dos trabalhos de Dissertação e Tese. Portanto, os referenciais apontados nessa tabela foram assim designados ou utilizados pelos autores que elaboraram os seus trabalhos.

A partir dos resultados observados, na presente seção, faz-se necessário apontar que, o maior número de produções sobre história da infância é advindo do programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o qual possui área de concentração na História do Tempo Presente, utilizando como referencial teórico-metodológico a História Social e a Análise do Discurso de base foucaultiana.

Assim, como visto na seção 2 desse trabalho, Ariès (1981) discorre sobre a teoria que fundamenta sua metodologia de investigação, a saber: a História das Mentalidades. Tal concepção iniciada por Ariès⁴⁷ contrapõe-se à concepção da subárea da História do Tempo Presente⁴⁸, muito embora, ambas as noções tenham surgido em um período histórico muito próximo.

⁴⁷ Esse autor utilizou a História de longa duração para escrever a História Social da Criança e da Família, mostrando que a infância é uma construção social e histórica que aconteceu ao longo dos séculos que compreende um período que vai do séc. XIII ao Séc. XVII.

⁴⁸ A História do Tempo Presente trata de questões muito contemporâneas ou da atualidade.

Não obstante, no entendimento do historiador Henry Rousso, também diretor do centro de pesquisas em História do Tempo Presente na França, em entrevista aos professores Fábio Macedo e Silvia Arend (2009), entende que não existe um referencial teórico metodológico fixo e específico para se fazer estudos sobre a História do Tempo Presente;

Essa é uma questão pela qual eu não tenho muito a dizer. Francamente, como referências teóricas, eu diria que nós tentamos forjar as nossas ferramentas teóricas. Agora, quais são os autores e a que se remetem, ao que me concerne, eu citaria, por exemplo, Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur (MACEDO; AREND, 2009, p. 210)

Como visto, o próprio Historiador Henry Rousso indica quais seriam os autores comumente utilizados para dar suporte ou fundamentar teoricamente os estudos sobre a História do Tempo Presente. Ele cita, também, outros autores aos quais se podem recorrer nesses estudos, como Hannah Arendt e Michel Foucault. Ele ainda esclarece o intuito da História do Tempo Presente que, segundo ele,

[...] tinha por objetivo trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma História [...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua (MACEDO; AREND, 2009, p. 201-202).

Essa justificativa demonstra a tentativa de desvinculação da História do Tempo Presente da História Contemporânea, demonstrando como essa História é algo mais recente e um período que também pertence ao historiador e não somente aos Jornalistas e Cientistas Políticos. Com isso, busca-se evidenciar que as questões inerentes ao tempo presente são também questões a serem tratadas pelos historiadores.

Portanto, a primeira razão para se distinguir a (História do Tempo Presente) da História Contemporânea foi uma motivação técnica e semântica, pois queríamos mostrar “outra coisa” [...]. Na segunda razão há também uma dimensão ideológica. Ideológica no sentido que não é qualquer História que será feita a partir dos anos 1980 e o IHTP, assim como todos que trabalharam com o tempo presente, buscou objetos particulares (MACEDO; AREND, 2009, p. 203).

Haja vista a esse entendimento, a busca por objetos particulares, citada acima, compõe questões do presente que também pertencem ao historiador;

podemos encontrar diversos temas imersos nessa fala, dentre os quais poderíamos salientar a infância, pois trata-se de um tema do presente e muito discutido, principalmente, durante a segunda metade do século XX, conforme visto por Nunes (2003); Nunes (2015); Morelli (2016); Molina (2019).

Este período, além de trazer uma discussão sobre a história da infância para a historiografia, ocasiona também, de modo simultâneo, a conceptualização sobre a História do Tempo Presente. Ambos os processos historiográficos ocorreram na França e possuem grande impacto e influência na produção historiográfica francesa do período, propagando-se, também, por diversos países.

Ao observamos os títulos dos estudos apontados e selecionados pelo Banco de Dados da CAPES, tanto na subseção 3.1, bem como os trabalhos selecionados para esta subseção, é possível examinar que os trabalhos restringem seu recorte temporal ao período da Idade Moderna e, principalmente, a Idade Contemporânea, possuindo como resultado também espaço dentro da área da História do Tempo Presente, considerada, nesse caso, como uma subdivisão da História, e não um referencial teórico.

Portanto, as possibilidades para se desenvolver estudos sobre a História da Infância estão mais propensas a projetos de pesquisas que tenham como eixo uma análise pautada em recortes temporais contemporâneos. Embora existam escassos trabalhos que discutem a infância no período do Brasil Colônia, circunscrita no período da modernidade, ainda assim a predominância dos trabalhos recolhidos prevalece sobre análises do século XX.

Assim, entendemos que os dados indicam que existem possibilidades de pesquisar-se a infância na pós-graduação em História no Brasil, desde que o proponente do estudo se debruce, principalmente, sobre análises relacionadas ao período Contemporâneo e mesmo da História do Tempo Presente que são os principais contextos de investigação.

A partir desses levantamentos, cabe-nos agora, na próxima seção, desenvolver uma análise do material coletado e identificado nesta subseção, com o propósito de analisar as concepções teóricas adotadas pelos autores em seus trabalhos sobre a história da Infância na pós-graduação de História, assim como constatar se esses trabalhos representam avanços na produção sobre o tema, destacando as possibilidades de aumento da produção para a constituição de uma importante área do conhecimento nos programas de Pós-Graduação em História.

4 REVISITANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2007 A 2017: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo desta seção é examinar quais são os assuntos mais discutidos nos 21 trabalhos analisados, procedimento este efetuado por meio da análise dos resumos recolhidos do Banco de dados da CAPES. Vamos observar, também, como os referenciais teóricos metodológicos contribuíram para o desenvolvimento das discussões aqui apresentadas.

Dessa forma, será possível conhecer o atual estado das produções sobre história da infância na pós-graduação em História, no período investigado. Assim, será possível perceber as potencialidades que o tema infância possui no campo da pós-graduação em História no Brasil.

Para esse fim, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: a primeira subseção realiza uma breve análise do contexto histórico a partir da década de 1990, a fim de compreendermos como as transformações históricas e sociais desse período contribuíram, nas décadas seguintes, para a elaboração desses trabalhos e para a escolha dos temas abordados nos estudos.

A segunda subseção avalia o atual estágio da produção acadêmica por meio dos assuntos discutidos nos trabalhos, e como os referenciais teórico-metodológicos contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas sobre infância na pós-graduação em História. Analisamos, também, as contribuições e as possibilidades futuras que o tema possui no campo dos estudos da pós-graduação em História.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO: ASPECTOS E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS

Esta subseção busca evidenciar como as transformações históricas e sociais da década de 1990, no Brasil, contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos cujos temas discutem sobre a infância ou a história da infância na pós-graduação em História.

Desse modo, nosso objetivo é constatar se as dissertações e as teses por nós coletadas, elencadas na subseção 3.2 deste trabalho, representam avanços para a produção sobre o tema na pós-graduação em História e se, de alguma forma, as

discussões desses trabalhos contribuem para a formação de professores da educação básica.

Assim sendo, conseguimos compreender que no período são diversos os fatores que contribuem para a produção sobre o tema na pós-graduação em História. Principalmente, devido ao sucessivo aumento das discussões sobre a infância na década de 1990, sobretudo, no Brasil.

Este aumento nas discussões refletiu-se, mais tarde, notadamente nas produções acerca da história da infância nos programas de pós-graduação pelo Brasil, nas mais diversas áreas do conhecimento humano e científico, que enxergam na infância, um objeto de estudos específicos.

Essa atenção que se direciona para a infância, a partir desse período no Brasil, se constitui e, é denominada por estudiosos como sociologia da infância, possuindo um foco nas discussões e nas investigações acerca de diversos problemas sociais inerentes à infância na sociedade contemporânea.

Este foco específico na infância é resultado de um processo, já citado neste trabalho, no qual as reivindicações pelas garantias dos direitos sociais, que se desenvolviam desde a década de 1970, são estabelecidas ao final do período de 1980, já início dos anos 1990. No Brasil, este movimento é presenciado com as garantias na forma da lei por meio da Promulgação da Constituição de 1988 e com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (MORELLI, 2016; MOLINA, 2019).

No entanto, o reflexo dessa produção na pós-graduação, só foi possível, com a estruturação da pós-graduação por meio da execução dos planos nacionais de pós-graduação, chamados PNPG que, desde a implantação do primeiro Plano no ano de 1975, buscavam, dentre os seus objetivos, expandir os programas *stricto sensu* pelo país, procurando aumentar os programas em quantidade e qualidade nas mais diversas regiões, sendo o PNPG planejado e ainda aplicado nos dias atuais.

É possível perceber que ocorre uma coexistência de ações, pois ao mesmo tempo em que os investimentos na expansão da pós-graduação brasileira eram executados, existiam as discussões sobre a infância, em especial, no contexto nacional, a partir das garantias adquiridas pelos movimentos sociais, na forma da lei.

Durante a década de 1990, vimos no Brasil, um novo cenário se desenvolvendo no âmbito socioeconômico e político. Assistimos à uma sucessão de eventos políticos e econômicos de ordem mundial, ocorrendo com maior agilidade, e

o alcance de seus efeitos econômicos são globais. Em coexistência à essas ações na economia e na política, ocorreu a permanência de uma mentalidade⁴⁹ social que se impregnou no imaginário da sociedade brasileira devido a estratificação de classes sociais (NUNES, 2003).

Conforme visto anteriormente, após a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, assistimos a um crescente diálogo sobre as questões sociais que envolvem as crianças e os adolescentes na sociedade contemporânea. Esse movimento ocasionou, no Brasil, uma atenção por parte de pesquisadores também no âmbito da pós-graduação; conforme já citado por Molina (2011) em sua tese, ao analisar o aumento das produções sobre a história da infância na pós-graduação em Educação, no período de 1987 a 2005.

A pesquisa, ao analisar a condição das produções sobre a história da infância na pós-graduação em Educação, no Brasil, forneceu dados acerca de um gradativo aumento na produção acadêmica. Essa categoria de investigação, além de analisar o progressivo avanço de um tema em um determinado campo de pesquisa, evidencia parte do contexto histórico, pois durante a década de 1990, o país passou por uma nova experiência em sua conjuntura política interna, influenciado pelo contexto internacional.

Logo, no início do período, contávamos no Brasil com o advento de sua segunda eleição presidencial no ano de 1989, para tomada da posse em 1990, com eleições diretas pela primeira vez desde a Ditadura Militar estabelecida a partir de 1964.

Contudo, observamos que, nessa década, existem contornos de novos cenários tanto na política econômica nacional como na internacional, quando presenciemos uma drástica ruptura com o contexto conhecido das relações sociais até esse período. A década de 1990 comemorou a vitória do liberalismo econômico e a total extinção do Socialismo de Estado Soviético, antecedida pela derrubada do Muro de Berlim ocorrida um ano antes, em 1989, e consolidada com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em dezembro de 1991.

⁴⁹ Neste caso, o termo mentalidade expressa uma forma de se imprimir um determinado comportamento social que permanece no ideário popular e até governamental, mesmo sendo combatida por meio de entendimentos jurídicos, como o Estatuto em 1990, que supera as concepções dos Códigos de Menores. Percebemos que continuam reproduzindo-se práticas sociais embasadas na concepção do Código, que ocasionou a constituição de uma mentalidade que ainda permanece muito forte na sociedade quando se discute a questão da criança e do menor.

Vimos no cenário internacional, até 1980, um mundo bipolarizado na política e na economia, onde existiam na política econômica as vertentes do Liberalismo Econômico; vigorando no ocidente sob a conduta dos Estados Unidos e o Socialismo de Estado no Leste Europeu comandado pela URSS e que se estendia também ao extremo oriente.

No entanto, nesta década, notamos que ocorreu uma renovação de alguns princípios na União Soviética a partir de 1985, quando Mikhail Sergeyvich Gorbachev assumiu o comando do Partido/Estado, e trouxe novas características para a forma de lidar com a economia do bloco de países socialistas aliados à URSS. De acordo com Eric Hobsbawn, esses novos princípios ocasionaram uma desarticulação na forma de condução do Estado Soviético; “Era inteiramente evidente para todos os demais governos comunistas, dentro e fora da órbita soviética, a iminência de grandes transformações, embora não fosse nada claro, mesmo para o novo secretário-geral, o que elas trariam” (HOBSBAWN, 1995, p. 461).

As reformas tratavam-se da *glasnot*⁵⁰ e *perestroika*⁵¹, pois, de acordo com Hobsbawn, a intenção final das reformas propostas por Gorbachev “Significava simplesmente que os reformadores desejavam ter as vantagens do capitalismo sem perder as do socialismo” (HOBSBAWN, 1995, p. 467).

Mas Hobsbawn (1995) assinalou que foi exatamente esse contexto de reforma e de abertura que proporcionou uma quebra massiva desse regime, algo que representou uma grande e inesperada surpresa por parte do mundo ocidental, o qual não estava preparado para a dissolução da URSS, já que subsistia uma bipolarização mundial desde meados do final da Segunda Guerra Mundial, a qual vimos extinguir-se com o colapso Soviético.

⁵⁰ Glasnot: Significa um conjunto de reformas que propunha uma transformação nas bases do sistema socialista soviético ao final da década de 1980, com o objetivo de trazer maior Liberdade de informação. Este movimento é interpretado como um sinal do reformadores da era Brejnev na URSS (HOBSBAWN, 1995, p. 465).

⁵¹ Perestroika: “A tarefa principal da Perestroika são as reformas. Este programa de reestruturação tem sido colocado como uma necessidade urgente da sociedade soviética, que de acordo com Gorbachev anseia por mudanças há muito tempo e encontra-se pronta para tal. A princípio, pretende-se a renovação total de vida da sociedade soviética; entretanto, as suas metas ainda não podem ser apontadas com exatidão, pois serão fruto de ampla discussão que atualmente toma conta do País. Porém, é certo que seu objetivo é dar ao socialismo as formas de organização mais modernas, revelando a sua natureza humanista nos seus aspectos fundamentais” (LIMA, 1989, p. 8).

Essas mudanças ocasionaram um novo cenário para as relações internacionais destituídas dos conflitos ideológicos mundiais. A partir desse contexto, a década de 1990 experimenta o neoliberalismo como uma nova doutrina econômica predominante no período, que se espalhou também pelo Brasil.

A questão que subjaz é, assim como o Socialismo foi à ruína, o Liberalismo não oferece um plano de ação significativo a ponto de formular um sistema social justo para as sociedades que se inserem nesse mecanismo de funcionamento socioeconômico (HOBBSAWN, 1995).

De acordo com Hobsbawn (1995) a condição, segundo a qual nos deparávamos com o século XX em seu findar, era permeada por um período que havia sido composto por guerras mundiais, frias e regionais que, segundo o próprio autor esclareceu “[...] o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sim um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle” (p. 541).

Tratava-se, pois, de uma nova conjuntura sócio histórica, na qual os antigos estados que ainda existem não possuem mais a mesma capacidade anterior de subjugar populações, antes consideradas de terceiro mundo (coloniais). Por isto, esse período trouxe uma nova realidade socioeconômica e política como desafio, sobretudo para os países em desenvolvimento que deveriam fazer a reforma do Estado sob a perspectiva de uma nova doutrina econômica – o neoliberalismo.

Era possível agora, nesse final de século XX, erigir guerras que não possuem total conexão com o âmbito mundial, estabelecendo dessa forma um conflito regional. Tais condições seriam impraticáveis antes do final década de 1980, pois acabariam envolvendo um dos lados da bipolarização política mundial.

Mas, esse fim de século trouxe, também, em meio à desordem apontada por Hobsbawn (1995), novos padrões de organização da sociedade e, junto à essas transformações, passou-se a produzir índices, metas, planos e ações para se atingir determinados modelos de referência para uma distribuição de renda que possuísse maior justiça social que, segundo o autor, é um dos grandes problemas das sociedades capitalistas ao final do século XX.

Conforme visto, Hobsbawn (1995) nos aponta a conjuntura do cenário internacional que transcorria em coexistência com a realidade social brasileira. Portanto, nesse momento, observamos que essas transformações históricas e sociais ocorridas no período, trouxeram um novo modo de compreender e de se

fazer as dinâmicas de funcionamento das relações políticas e econômicas na sociedade.

Oliveira (2009), de acordo com seus estudos, interpreta que a década de 1990 representa um período de reformas neoliberais por parte do Estado Brasileiro, desenvolvendo-se por meio da elaboração e da aplicação de sucessivas políticas sociais. Aponta que muitas dessas políticas funcionam por intermédio da educação, tais como os programas sociais difundidos por meio de Bolsa, como o Bolsa Família.

No decorrer desses desdobramentos históricos notamos, também, que ocorreram transformações na pós-graduação, durante as décadas de 1990 e 2000. Nesse ínterim, podemos perceber um gradativo aumento dos programas de pós-graduação na área de História, no Brasil, mesmo que não tenha havido um PNPG norteador para o período de 1990 a 2004. Contudo, existiram discussões acerca da composição de um IV PNPG, no ano de 1996, no entanto este Plano acabou não se concretizando por,

Uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, impediu que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação. No entanto, diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela Diretoria da CAPES ao longo do período, tais como expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação (BRASIL, 2004, p. 17-18).

O aumento dos programas de pós-graduação na área de História é visível durante as décadas de 1990 e 2000. Essa expansão consiste nos reflexos da implantação dos três primeiros PNPG, que vigoraram até meados de 1989, todos os três, possuíam objetivos específicos. Sobretudo, guiando-se a partir do objetivo principal instituído ainda no primeiro plano que previa, a expansão da pós-graduação pelo país. Assim cada plano possuiu um objetivo específico, como o II PNPG que tinha por

Objetivo central continua a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando o atendimento dos setores público e privado. Porém, nas suas diretrizes, a ênfase recai na qualidade do ensino superior e, mais especificamente, da pós-graduação, sendo necessário, para isso, a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, que já existia embrionariamente desde 1976 com a participação da comunidade científica (BRASIL, 2004, p. 13).

Seguindo neste caminho, o III PNPG, institui os seguintes objetivos: “A consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; A institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; A integração da pós-graduação ao setor produtivo” (BRASIL, 2004, p. 15).

A partir de sua implementação, é possível perceber que os PNPG buscavam, sobretudo, promover a expansão da pós-graduação pelo país, bem como proporcionar o aumento qualitativo e uma integração entre o sistema de graduação e o setor produtivo.

Em meio ao crescimento dos programas da área de História, observamos durante o levantamento de informações extraídas a partir do Banco de Dados da CAPES, expostos no quadro 1 na página 110 deste trabalho, onde constam que foram detectados ao todo 83 produções em nível de Dissertação e 29 produções em nível de Tese. Desse total, fizemos uma seleção com os resultados obtidos, foram todos filtrados por meio de atenta leitura de seus resumos, a fim de identificarmos os trabalhos que possuem um eixo de discussão na infância ou na história da infância. Com isso, chegamos a um total de 21 trabalhos que discutem a infância ou a história da infância e, que foram produzidos nos programas de pós-graduação em História.

Apresentamos agora, os 21 trabalhos identificados, seguindo a ordem cronológica de produção no quadro abaixo:

Quadro 8: Quantidade de produções ano a ano

Ano de produção	Quantidade de trabalhos
2007	4
2008	2
2009	2
2010	1
2011	0
2012	2
2013	3
2014	2
2015	2
2016	1

2017	2
------	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados recolhidos no Portal da CAPES.

Percebemos, a partir da apresentação dos dados acima, que já existe uma produção sobre infância na pós-graduação em História. Entretanto, não houve um crescimento significativo na elaboração de trabalhos que discutem a infância ou a história da infância no período, por nós delimitado para a investigação. Mesmo que, em contrapartida, tenha ocorrido uma expansão considerável no número de programas na área de História, assim como de discentes e, conseqüentemente, da produção total da área⁵². Apesar da produção sobre infância, as pesquisas ainda carecem de um aumento significativo para que a história da infância possa se consolidar como importante tema de discussão para estudos no interior dos programas.

Compreendermos que essa contradição é natural na pós-graduação em História. Assim como afirma Morelli (2010), por mais que a discussão e os estudos sobre a infância apresentem um promissor futuro na área, ainda existe, muito a ser feito para que ocorra uma consolidação das pesquisas. Esse processo passa pela necessidade de investimentos, discussões e estruturação dos programas, para que se possa receber e, conseqüentemente, desenvolver projetos sobre a história da infância.

Morelli (2016) afirma, ainda, que as dificuldades que os historiadores encontram no seu próprio campo de estudos, se dão por conta da concentração do ciclo de discussões sobre o tema estar presente nos programas de pós-graduação da região sudeste, concentrando-se em programas mais tradicionais da área, não existindo ainda uma grande disseminação para outros programas ao longo do país.

Segundo apontam os dados analisados na plataforma Sucupira, os primeiros programas da área de História autorizados a vigorar tiveram o início das suas atividades em 1971. Foram os programas de História Social e História Econômica na Universidade de São Paulo e o programa de História da Universidade Federal Fluminense.

⁵² “Entre 2000 e 2016, a área de História, como outras, passou por crescimento significativo, tendo sido criados 62% dos mestrados acadêmicos, 61% dos doutorados e 100% dos mestrados profissionais hoje existentes. Essa expansão se deveu aos investimentos da CAPES, do CNPq e da FINEP, entre outras agências. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), devido à entrada de novos docentes, também explica o crescimento” (CAPES, 2016, p. 3).

Desse modo, salientamos que ainda existem dificuldades em se encontrar programas de pós-graduação em História que possuam linhas de pesquisas vigentes, ou mesmo com orientadores dispostos a receberem projetos, sobre história da infância (MORELLI, 2016).

Devido a essas dificuldades de disseminação do tema, dentro na área da História, bem como a dificuldade de inserção nas linhas de pesquisas, os historiadores acabam migrando para outros campos da pós-graduação, com objetivo de desenvolver pesquisas sobre a história da infância. Essa ação acarreta a produção de trabalhos sobre a infância em programas das áreas de Educação, Ensino, Ciências Sociais e Serviço Social com uma perspectiva de estudos orientada pela interdisciplinaridade.

Sobre as dificuldades de se desenvolverem projetos sobre história da infância na pós-graduação em História, precisamos retomar um assunto já discutido nesse trabalho, a fim de elencar outro possível motivador para a baixa produção sobre o tema na pós-graduação em História.

A infância é um objeto interdisciplinar, pois pode congrega as análises e concepções de diversas áreas do saber para o desenvolvimento de pesquisas. Contudo, já no contexto dos anos 2000, a partir de 2006, como visto por Molina (2011), o Conselho Nacional de Educação estabeleceu que a infância fosse agora objeto de análise e investigação dos cursos de pedagogia. Portanto, o pedagogo seria o profissional especializado para lidar com as questões da infância no que se refere à educação e à formação da criança pequena.

Em decorrência dessa atribuição, parte majoritária das pesquisas sobre a infância, acabam se concentrando na área de Educação, devido ao foco do objeto de estudos do pedagogo ser a infância.

Destacamos em nossa análise que os trabalhos elencados neste estudo possuem um vasto rigor teórico cujo tema exige do pesquisador. Observamos que, os autores que desenvolveram os 21 trabalhos do nosso recorte possuem esta característica, eles perscrutam em suas análises por meio dos seguintes referenciais teóricos: História Social; História Cultural; História Oral; Micro História e Análise do Discurso.

O fato de as discussões sobre a história da infância demandarem um amplo domínio de instrumentalização por parte do historiador, pode vir a ser mais um dos

prováveis fatores que condicionaram a existência de um baixo número de pesquisas na pós-graduação em História.

Para isso, retomemos brevemente o pensamento de Kuenzer e Moraes (2005) que discutem, justamente, acerca da expansão da pós-graduação no país, salientando sobre os festejos de um pretenso movimento educacional sobre o esvaziamento do exercício teórico da ação docente e discente, ao final da década de 1990, quando a teoria daria lugar ao fazer prático na pós-graduação.

Essa concepção discutida pelas autoras como ‘fim da teoria’, ou seja, da atividade de pesquisa, é um fenômeno que concentra o foco essencialmente na atividade acadêmica e docente do fazer prático, direcionando as atividades exclusivamente para a elaboração de currículos, políticas de formação, “[...] e na definição de parâmetros da pós-graduação” (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1352).

Em função disso, a presença de uma ideia como esta trata-se, segundo as autoras, de uma utopia educacional. Pois, prevê um esvaziamento teórico, em uma área onde é impossível exercer uma prática de ensino, sem se estabelecer uma discussão entre prática e teoria, e teoria e prática.

Tal movimento pode ter contribuído em certa medida para o enfraquecimento da pesquisa em um âmbito geral. Assim, relacionamos a ação desse possível fenômeno, especialmente, sobre as questões que se correlacionam à infância na pós-graduação em História, já que a infância é um tema que requer um alto grau de teorização, muito relevante para sua investigação.

Em função dessa percepção, vimos que as pesquisas na área da História, concentram-se, sobretudo, em referenciais teóricos que discutem a infância, a partir da História Social e da História Cultural. Tais referenciais teóricos, exigem uma capacidade de instrumentalização teórica por parte do historiador, pois possuem um arcabouço epistemológico vasto, com grandes quantidades de fontes e de orientações teórico-metodológicas a serem seguidas.

Com isso, torna-se inerente teorizar os estudos sobre a infância. Portanto, os trabalhos analisados representam um avanço no campo das pesquisas sobre a infância. Pois, representam a persistência de uma parcela de pesquisadores que pretende estabelecer gradativamente o tema nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, a partir de muitas pesquisas, de muitos trabalhos e de um ostensivo levantamento de fontes.

Todo esse movimento em prol do esforço para se erigir uma produção sobre as discussões acerca da infância e da história da infância na pós-graduação, é resultado de um processo iniciado ainda no contexto dos anos 1990, quando debates sobre o tema se firmaram na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, observamos que a década de 1990 trouxe novas ações. Os movimentos sociais, guiados tanto por questões de âmbito internacional como nacional, têm indagações que acabam reverberando no cenário político dos Estados. No Brasil, a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, é a concretização de uma demanda internacional no âmbito das políticas sociais, em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes que foi atendida em forma de lei, nesse período pelo Estado Brasileiro (NUNES, 2003).

Conforme vimos em Nunes (2003), nessa fase as estruturas do Estado funcionam por meio da ação e da aplicação de políticas públicas de atendimento social às famílias, às crianças e aos adolescentes. A partir da implantação do Estatuto, vimos que ocorreu, em grande medida, o rompimento e a conseqüente superação das concepções menoristas (1979) que haviam sido estabelecidas pelos Códigos de Menores de 1927 e 1979 na forma da lei. Essa nova legislação reforça o entendimento expresso pela Constituição de 1988, a qual compreende a criança como cidadã e sujeito de direitos.

Ainda sobre o processo de superação das concepções cunhadas pelo Código de Menores de 1979, Humberto da Silva Miranda, em recente artigo intitulado “Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidades e desafios”, publicado em 2018, discute a importância dos direitos humanos dentro das aulas de história, compreendendo o exercício docente do profissional da história como o meio que fornece condições para que crianças e os adolescentes se compreendam como sujeitos de direitos sociais.

Para isso, Miranda (2018) estabelece uma discussão sobre a superação das ideias pregadas pelo menorismo e chama a atenção para outros pontos sobre o Estatuto que, apesar de estar em vigor, são muitas vezes questionados pela sociedade civil:

Nos dias de hoje, a sociedade brasileira vem promovendo debates efervescentes sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes. Muitas dessas discussões vêm acompanhadas de questionamentos que colocam em xeque direitos já reconhecidos no universo legal,

como o Estatuto da Criança e do Adolescente. A Redução da Maioridade Penal, por exemplo, entre outros temas conservadores, está sendo discutida por setores da sociedade brasileira (MIRANDA, 2018, p. 161).

De acordo com o autor, essas discussões são levantadas por setores conservadores da sociedade civil sem que essas questões envolvam, no debate, crianças e adolescentes. É necessário estreitar um debate com todo esse público, pois além de sujeitos de direitos como previsto em lei, devem ser ouvidos e compreendidos dentro de sua consciência infantil, respeitando suas especificidades de fala e entendimento de mundo, considerando que tratam-se de sujeitos em formação.

Com isso, observamos que Miranda (2018) questiona as decisões políticas tomadas no âmbito das discussões que envolvam crianças e adolescentes, pois, em grande medida, tais decisões são executadas por adultos que excluem, na maioria das vezes, o público recebedor de tais debates, como veremos na fala abaixo.

Convencionalmente, o tema da Redução da Maioridade vem sendo discutido por conselheiros tutelares, jornalistas, políticos, assistentes sociais, juízes e educadores, ou seja, por adultos, que debatem e planejam formas de governamentalidade sobre a vida de meninos e de meninas sem promover, na maioria das vezes, a participação cidadã de crianças e adolescentes no processo de decisão (MIRANDA, 2018, p. 161)

Dessa perspectiva, vale ressaltar que, em um debate de tamanha importância, que envolve a situação irregular de tantos meninos e meninas, seria necessário ouvi-los no interior dessa argumentação. A infância, nesse sentido, não pode ser considerada “como a fase daqueles ‘que não falam’, mas daqueles que constroem suas falas” (MIRANDA, 2018, p. 161).

A partir de então, presenciamos que a instituição do Estatuto, no ano de 1990, causou grandes impactos na forma de entendimento social da vida cotidiana. Esses impactos deveram-se, e muito, ao histórico de legislações sobre as infâncias promulgadas no país, ao longo do século XX.

Dessa forma, tanto o Código de Menores de 1927 quanto a sua atualização em 1979, expressavam uma concepção legal de caráter punitivista e assistencialista, identificando a criança em situação de risco como menor. Esses códigos de leis vigoraram por 63 anos, da data de sua instituição até a sua revogação. No entanto,

constituíram na mentalidade social uma cultura chamada de menorismo, advinda das concepções jurídicas emanadas desses códigos.

Conforme Nunes (2003), os Códigos de Menores não reconheciam as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e focava, sobretudo, no aspecto societário que caracterizava esses sujeitos, ou seja, o foco eram as crianças pobres, desassistidas ou em situação de vulnerabilidade, aquelas que ocasionariam problemas. Eram a partir dessas condições que tais legislações agiam.

Vimos anteriormente, no pensamento de interpretação societária de Nunes (2003), a discussão sobre como os dispositivos legais não eram de abrangência universal e concentravam-se em ações em uma camada da sociedade menos favorecida economicamente. Assim sendo, salientamos que, Miranda (2018) analisa não só a ação desse dispositivo legal, bem como os efeitos que este produziu, o que o autor denomina de cultura menorista;

Considero que essa lei não ficou só no papel. Ela fez produzir no Brasil o que costumo chamar de cultura menorista, ou seja, um conjunto de ações baseadas nos princípios da vigilância e da punição de crianças e adolescentes que passavam a ser categorizados como menores, negando-lhes a condição de sujeito e tornando-os objetos do poder de adultos (MIRANDA, 2018, p. 163).

Tendo todo esse ambiente como cenário social a ser superado, o Estatuto não é algo estático, estando sujeito à alteração por meio de ementas. No entanto, o Estatuto vem, na esteira da superação de preconceitos e exclusões promovidas pelas legislações precedentes, instituindo princípios liberais em sua constituição, tendo sido, sua instituição, bastante influenciada pela ação de movimentos sociais nacionais e internacionais, conforme citados anteriormente.

Vale ressaltar que, o Estatuto estabelece uma concepção de criança e de adolescente bastante singular, no sentido de congregar um conceito universal. Todavia, conforme abordou Nunes (2015), a construção social da infância, a partir do Estatuto, constitui um conceito que estabelece um princípio de universalidade e tal conceito atribui a existência de apenas uma infância. Mas, subsiste, no interior desse conceito, demasiadas infâncias, ou seja, uma pluralidade de infâncias.

Para isso, é necessário identificarmos que existem diversas infâncias que subsistem em um único conceito universalizante, como a infância pobre, negra, quilombola, indígena, dentre várias outras. Nada obstante, o Estatuto universaliza um conceito que reúne inúmeras infâncias de abundantes setores da sociedade.

Disso decorrem diversas modificações no documento com vistas ao atendimento das realidades sociais presentes no Brasil. O Estatuto é um meio para descortinar, sobretudo, a concepção anterior de aspecto preconceituoso que concentrava sua ação apenas nos “menores”, principalmente os menores infratores.

“O menorismo não foi abolido com o fim do Código de Menores e com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990” (MIRANDA, 2018, p. 168). Apesar de o Estatuto em seu artigo nº 267 revogar o Código de Menores (1979), muito de suas concepções sobre os menores infratores continuam presentes no imaginário social brasileiro, seja por meio de práticas, ações sociais ou ideias que difundem e deflagram um comportamento preconceituoso em relação à infância.

De acordo com Miranda (2018) todas essas questões acabam, muitas vezes, não sendo discutidas em sala de aula, pois o ambiente perfeito para se debater tais questões seria justamente durante as aulas de História. Com isso, o ensino de história assumiria uma posição chave para a formação de uma consciência social que contribuiria na constituição desses sujeitos de direitos.

Vale ressaltar que, nesse caso citado por Miranda (2018), as aulas de História na educação básica, não vão necessariamente se dar com o público alvo dessas questões, pois os docentes da área de História lecionam a partir do sexto ano do Ensino Fundamental. Portanto, lidam com uma margem de idade, a partir da pré-adolescência, ou seja, os licenciados em história não trabalham diretamente com o público infantil, este por sua vez, fica a cargo do licenciado em pedagogia.

Desse modo, notamos que a formação da consciência história da criança, na qual ela se compreende como sujeito de direitos, é construída a partir do contato com profissionais licenciados em Pedagogia, que lecionam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Desse modo, o licenciado em História não possui uma ação efetiva na formação imediata desses sujeitos, haja vista que trabalhará com os alunos na segunda etapa do ensino fundamental. Somente aí ele poderá reforçar aquilo que foi feito anteriormente na formação desses alunos.

Para isto, parte da contribuição promovida pelo historiador, na provável formação da infância se faz de modo indireto, por meio da ação desse profissional na carreira docente nos cursos superiores em Pedagogia, ou na produção de Dissertações e Teses no âmbito da pós-graduação em História ou em Educação.

.....

Esta inserção do historiador na área da Educação ocasiona uma contribuição em nível teórico interdisciplinar para os profissionais que ocupam o primeiro ciclo de formação acadêmica e que, após concluírem este período, poderão exercer a docência com crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

No entanto, neste mesmo período, o contexto para o desenvolvimento da pós-graduação atravessava um momento distinto. O sistema de ensino superior não contava com a elaboração de um Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) já havia alguns anos.

O último PNPG vigorou entre os anos de 1986 e 1989, tendo sido este o terceiro plano elaborado pela CAPES. Contudo, entre os anos de 1990 e 2004 não esteve em vigor nenhum PNPG. Entretanto, em 2004 “o que há sobre o IV PNPG é um conjunto de regras, diretrizes, objetivos, metas e finalidades, sugestivo ao qual a comunidade acadêmica se refere como Memória do PNPG” (LUNA; LUNA. 2015. p. 8).

O período de 14 anos, no qual não se implementou nenhum plano para a pós-graduação, não significa necessariamente que todos os problemas do ensino superior estivessem solucionados ou que não houvesse questões a serem resolvidas.

Entretanto, após esse espaço de ausência de planejamento, em 2004 foi composta a comissão que desenvolveu a elaboração do quinto PNPG que vigorou entre os anos de 2005 e 2010. E em 2010, foi desenvolvido o sexto PNPG com planejamento para os anos de 2011 a 2020.

O quinto PNPG estabeleceu por objetivos, assim como nos planejamentos anteriores, a formação de doutores em território nacional, aumentando o quadro docente, bem como a qualidade do ensino no país.

A seguir, os pontos contemplados pelo quinto PNPG:

- Aumentar a qualidade dos programas de pós-graduação em todas as áreas do país;
- Formar mão de obra qualificada ao mercado;
- Especializar profissionais para o mercado de trabalho;
- Capacitar professores da educação básica;
- Formar um corpo de pesquisadores e técnicos por meio de programas de mestrado profissional para atendimento dos setores público e privado (BRASIL, 2004, p. 53-60).

Com esses objetivos, chegamos ao VI PNPG, que teve início no ano de 2011 e que se concluirá ao final do ano no qual escrevemos este trabalho. Portanto, ainda não dispomos de números para uma análise, mas vislumbramos que os objetivos estabelecidos provavelmente não sejam alcançados devido ao agravamento da situação política e econômica do país durante o período de 2011 a 2020⁵³.

De acordo com as autoras Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Amanda Souza Xavier de Luna (2015) o PNPG dá continuidade as demais metas propostas, estabelecidas e até mesmo cumpridas pelos outros cinco planos anteriores que descendem desde a década de 1960, ajustando-se sempre aos novos contextos sociais que trazem novas necessidades.

As autoras Luna e Luna (2015) ainda salientam que no atual PNPG consta que a pós-graduação deve ser expandida de modo contínuo, evitando concentrar-se em determinadas regiões do país, abrindo espaço para internacionalização dos programas de pós-graduação e estimulando tanto a ida quanto a vinda de alunos e pesquisadores estrangeiros.

Inicialmente, o PNPG previa para 2020 a formação de 130.000 mil doutores, algo que era plenamente possível a partir das projeções colocadas com base na situação socioeconômica e política nacional naquele período. Entretanto, o cenário alterou-se: cortes ocorreram em 2015, com isso,

[...] a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação stricto sensu mantidos por instituições públicas, teve seu orçamento cortado em cerca de 75% do montante previsto para 2015, o que, definitivamente, prejudicará o êxito das metas e diretrizes estabelecidas no PNPG para o ano de 2020 (LUNA; LUNA. 2015. p. 14).

As mudanças políticas do país se deram também em sua estrutura econômica, demonstrando a plena conexão do contexto socioeconômico e político com o Estado capitalista, que por meio da ação de seu governo em exercício está administrando a condução do atual Plano Nacional da Pós-graduação.

⁵³ No decorrer dessa década, vimos acontecer no Brasil grandes oscilações socioeconômicas e políticas condicionadas por crises de governabilidade, crise econômica e instabilidades na continuidade democrática com o golpe instituído no ano de 2016. Trata-se, sobretudo, de um período de grande instabilidade sócio-política.

Em suma, nesse contexto, podemos afirmar que existe a confluência de diversos fatores positivos e negativos que influenciam nas condições atuais para se produzir sobre as histórias das infâncias na pós-graduação em História.

Assistimos a todo um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a concepção menorista que ainda vigora na mentalidade social, vimos sobre a aplicação de políticas sociais, as propostas para fortalecer e expandir a pós-graduação pelo país, assuntos que se congregam em um único debate e que são perscrutados por aqueles que investigam as infâncias.

Enfim, existe no contexto atual, um campo repleto de assuntos para estudos, análises e pesquisas sobre as diferentes condições sócio históricas nas quais se encontram as infâncias brasileiras. Esses caminhos de investigação podem ser trilhados pelos historiadores que se propuserem a estudar em uma abordagem interdisciplinar com outras áreas do saber, ou até mesmo por aqueles que se enveredarem pelos caminhos do Mestrado Profissional em Ensino de História.

4.2 REVISITANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA: ESTÁGIO ATUAL E POSSIBILIDADES DE FUTUROS ESTUDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Esta subseção tem por objetivo analisar o estágio atual das produções sobre a história da infância realizadas na pós-graduação de História no Brasil, e que foram selecionadas na subseção 3.2 desse trabalho. Dessa forma, temos como objetivo identificar os principais assuntos discutidos nesses trabalhos, a partir de seus resumos, e quais as contribuições que os referenciais teóricos metodológicos concederam para o desenvolvimento dos temas que foram explorados. Analisamos, também, as possibilidades de futuro que o tema possui nos estudos da pós-graduação em História.

Dos trabalhos que são analisados nesta subseção, vale ressaltar que os referenciais elencados ao final da subseção 3.2 partiram não somente da análise de seus resumos, mas, também, da integralidade dos trabalhos, já que alguns dos

resumos não trazem de modo claro por qual caminho a Dissertação ou Tese se desenvolveu teórica⁵⁴ e metodologicamente.

Dessa forma, percebemos que dos 21 trabalhos (resumos) que discutem a história da infância, os mesmos abordam, substancialmente, assuntos que possuem sintonia com a realidade social, econômica ou cultural do Brasil. Contudo, esses trabalhos possuem recortes temporais distintos. No entanto, grande parte deles dedica-se a investigar o período da primeira República no Brasil e o século XX. Notamos, também, que alguns concentraram o foco das investigações em regiões ou em cidades específicas, a fim de buscar a compreensão de realidades, vivências e práticas cotidianas regionais e cidadinas.

Os conteúdos discutidos nos trabalhos recolhidos investigam e argumentam sobre os seguintes temas: crianças escravas; infâncias desvalidas; crianças abandonadas; instituição de ofício; trabalho infantil; discurso assistencialista; práticas sexuais e representações sobre sexualidade; construção do conceito de infância; brincadeiras de infância; análise do discurso jurídico; políticas de Estado; tortura e Ditadura.

Todos esses assuntos são discutidos nos trabalhos aqui analisados, tendo sido elaborados por meio de diversos referenciais teóricos. Alguns autores trazem, inclusive, a discussão de mais de um assunto em suas obras, com o objetivo de agregar uma análise mais holística da realidade que investigam.

Os estudos estabelecem suas investigações nos períodos históricos que vão entre os séculos XVIII, XIX e XX. Desse modo, os trabalhos delimitam suas análises nos seguintes períodos da História Brasileira: América Portuguesa; Império (1822-1889); Primeira República (1889-1930); Estado Novo (1930-1945); Segunda República (1945-1964); Ditadura Militar (1964-1985) e República Nova (1985-).

Em função disso, notamos que as discussões possuem um foco bem direcionado ao período mais recente da História, circunscrevendo um espaço de cerca de 250 anos até o tempo presente, no qual se desenvolvem objetos que investigam a história da infância.

Percebemos, também, que muitos trabalhos possuem um recorte específico reunindo o cerne de investigação em uma cidade ou instituição de ofício ou

⁵⁴ História Social, História Cultural, História Oral, Micro História e Análise do Discurso.

acolhimento, a fim de compreender a realidade pela qual a infância existe ou existiu em contextos locais e no período delimitado pelas investigações.

Os trabalhos analisados possuem, em sua grande maioria, temas recorrentes como as infâncias desvalidas, as crianças abandonadas, o trabalho infantil e as instituições de ofício que funcionam por meio do ensino de uma profissão, visando à preparação para o trabalho.

Importante notar que existe uma grande pulverização das realidades sociais que são examinadas nesses trabalhos, pois as análises concentram-se em recortes territoriais variados e contemplam regiões dos Estados do Rio Grande do Sul; Amazonas; Paraíba; Pernambuco; Minas Gerais; Paraná; Espírito Santo; Bahia; Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

Existe nos trabalhos uma associação entre os temas, mas também existem trabalhos que centram sua análise em um assunto específico, seja pela ausência de estudos sobre essa discussão ou mesmo pela inovação que tal reflexão proporciona, como o debate sobre a criança escrava ou mesmo sobre a tortura às crianças filhos de presos políticos durante o regime Ditatorial no Brasil.

Na esteira dessas especificidades, notamos que a dissertação de Souza (2013) traz um estudo sobre a criança escrava no Brasil, com um recorte delimitado entre os anos de 1871 e 1888, circunscrito ao final do período Imperial. O autor desenvolveu seu estudo com foco na análise da presença das crianças “[...], filhas de escravos na cidade de Uberaba” (SOUZA, 2013, p. 9), por meio de um exame da Lei do Ventre Livre que, de acordo com sua visão, impactou no modo de viver dessas crianças em seu cotidiano, tal como no núcleo familiar ao qual estavam inseridas.

Sobretudo, o estudo fez uso de fontes documentais extraídas do Arquivo Público da cidade de Uberaba, bem como de registros paroquiais do período. Dessa forma, vimos que o autor fez uso de um referencial pautado na História Social para desenvolver sua argumentação sobre o assunto discutido, dando uma compreensão do contexto histórico da sociedade daquele período de tempo.

Os trabalhos que perscrutam as investigações sobre as infâncias desvalidas são os de Lima (2008), Tourinho (2009) e Francisco (2015). Os três trabalhos citados discutem como foco as infâncias desvalidas em regiões distintas e em diferentes períodos históricos, a fim de remontar o contexto histórico no qual se desenvolveram tais questões.

Lima (2008) em seu trabalho argumenta sobre “[...] a condição da criança e da infância no contexto de crise econômica e social pela qual passou a Província da Parayba do Norte, [...]” (LIMA, 2008, p. 8). Para tanto, a autora desenvolve uma análise sobre tal condição, a partir da investigação de uma instituição de primeiras letras, durante o período delimitado entre os anos de 1865 e 1874.

Com isso, Lima (2008) almeja compreender a realidade socioeconômica, política e cultural na qual o Estado interpretava a infância no período dos oitocentos, e como as leis provinciais do contexto corroboraram para assistir as crianças que eram atendidas pelo Collégio de Educando Artífices, bem como a função de promover o ensino das primeiras letras direcionadas ao trabalho para a infância desvalida.

Com tais objetivos, Lima (2008) analisou por meio do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, e documentos produzidos pela Província da Parahyba do Norte no período com o objetivo de compreender a totalidade das relações que convergiram para a formação de uma cultura de educação profissional do Brasil. Tal análise só se fez possível por meio de um referencial teórico pautado na História Social e Cultural que forneceu o subsídio necessário para a compreensão da realidade social de crise econômica e social que acometera a Província da Parahyba do Norte.

De acordo com Lima (2008), é neste cenário de crise e dificuldade socioeconômica que o Collégio de Educandos Artífices se destaca na ação de desenvolver a atividade de ensino profissional durante o atendimento à infância desvalida. Nesse sentido, tal instituição assume importante papel na sociedade da época. Essa compreensão só foi possível por meio da consulta ao Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

Outro trabalho que aborda a questão da infância desvalida é o de Tourinho (2009); diferentemente do trabalho anterior, neste a autora analisa o período de 1957 a 1990, dentro da realidade do Estado do Espírito Santo, discutindo esse assunto especificamente com a intenção de obter um “[...] entendimento da política do Estado para a infância desvalida [...]” (TOURINHO, 2009, p. 7).

Nesse sentido, a fim de abarcar o funcionamento do atendimento a este público no Estado do Espírito Santo, a autora delimitou sua investigação ao Orfanato Cristo Rei. Em função disso, procura-se remontar o período com intuito de compreender como se deu a “[...] construção histórica e social da criança e as

transformações da assistência à criança ao longo da história” (TOURINHO, 2009, p. 7).

Esse movimento se deu com a análise da documentação produzida no período, no Orfanato, bem como pela análise de jornais e mensagens de representantes do poder executivo. Com intuito de verificar se a gestão da Irmã Marcelina de São Luiz estava de acordo com a legislação que vigorava no contexto. Para isso, a pesquisa sustentou-se em um referencial histórico social a fim de compreender as relações políticas.

Francisco (2015) também discute em seu trabalho sobre a infância desvalida, no entanto, congrega uma análise mais abrangente envolvendo outros temas como a infância abandonada e o trabalho infantil. A referida tese possui um recorte específico centrado-se, temporalmente, no período da primeira República entre os anos de 1888 e 1930, momento da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, em consonância com a instituição e a estruturação de um mercado de trabalho capitalista no país.

Este trabalho busca compreender a situação da infância desvalida, especificamente na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e como se deu a presença desses pequenos no contexto de transformações socioeconômicas ocorridas no país e mais especificamente naquela cidade.

Dessa forma, Francisco (2015) observa a presença social da infância e a necessidade das classes concernentes aos extratos mais altos da sociedade em fornecer uma solução para as crianças que pertenciam ao substrato mais baixo dessa mesma sociedade. A solução era regenerar os menores por meio do trabalho, tornando-os profissionais disciplinados e submissos. “A educação destinada aos setores vulneráveis da sociedade era a elementar, conjugada com o aprendizado de um ofício, ou seja, destinava-se a preparar mão de obra disciplinada e submissa” (FRANCISCO, 2015, p. 11).

De acordo com Francisco (2015), presenciamos a infância nesse contexto por meio dos periódicos da época que registravam acidentes de trabalho. Portanto, a presença de um fluxo de trabalho infantil que se dava em meio a uma formação educacional voltada para o trabalho. Para tanto, fez-se uso de um referencial da história social que esteve amparado por uma análise foucautiana, utilizando-se de fontes jornalísticas produzidas no período.

Desse modo, notamos que as abordagens acerca da infância desvalida acabam congregando, em sua análise, outros assuntos, os quais se somam para dar uma melhor compreensão da dimensão socioeconômica e política do período, como as discussões relacionadas ao trabalho infantil ou à assistência social, que se desenvolveu neste contexto histórico.

Notamos, também, uma semelhança entre os trabalhos de Lima (2008), Tourinho (2009) e Francisco (2015), na qual todos os trabalhos possuem um recorte espacial conciso, delimitando uma cidade ou uma instituição de ofício dedicada ao ensino das primeiras letras e, conseqüentemente, a formação para o trabalho da infância desvalida.

Nesse caminho, analisamos outro assunto que foi recorrente nos trabalhos selecionados, a saber: a questão da criança abandonada. Pois, este assunto foi o tema abordado, também, em outras produções pelas autoras Cabral (2008); Costa (2013) e Silva (2017).

Cabral (2008) analisa, em sua dissertação, o período da Primeira República no Brasil, investigando quais as medidas tomadas pelo Estado em relação a um problema que ganha notoriedade neste momento, “[...] problema dos menores ditos “abandonados” nas ruas da cidade” (CABRAL, 2008, p. 17).

Com isso, a autora delimita sua análise ao Estado do Espírito Santo, entre os anos de 1889 e 1927, tendo como fonte “[...] discursos dos Presidentes do Estado e da legislação criada na capital do Estado [...]” (CABRAL, 2008, p. 17). Para compreender o funcionamento dessa sociedade, a pesquisa se fez por meio de um referencial da História Social.

Desse modo, ela investiga a questão da criança abandonada no Estado do Espírito Santo por meio da legislação e dos discursos gerados no período, com o propósito de compreender a atuação do Estado frente a este problema social ocasionado nas ruas da cidade, no caso, os ‘menores abandonados’.

Outro trabalho que segue na linha dessa discussão sobre o assunto das crianças abandonadas é o de Costa (2013); ela efetua um recorte temporal entre os anos de 1879 e 1945, analisando a questão da infância pobre e abandonada na cidade de Feira de Santana no Estado da Bahia, pautado em um referencial da História Cultural.

A autora salienta que o objetivo é “[...] analisar o cotidiano da infância pobre e abandonada de Feira de Santana [...]” (COSTA, 2013, p. 8). Com isso, ela tece sua

análise do cotidiano das relações sociais por meio da compreensão do contexto histórico. Ela investiga as posições progressistas vigentes, nas quais as ações de iniciativas, tanto privadas quanto públicas, surgiram com vistas ao atendimento dessa infância.

No entanto, a autora salienta que não se viu solucionar o problema deste grupo social na cidade de Feira de Santana. Entretanto, existia na cidade a intenção de consolidar a instituição de um projeto civilizatório que, segundo Costa, “[...] enxergavam nas crianças pobres e abandonadas, antes sujeitos potencialmente ativos no atraso de Feira de Santana, possíveis futuros articuladores de seu projeto civilizatório” (COSTA, 2013, p. 8).

Portanto, não havia um projeto para solucionar as questões inerentes ao problema do abandono de crianças ou da infância pobre na cidade de Feira de Santana. Com isso, notamos a partir de seu resumo, uma provável omissão do Estado na condução da questão de um problema social que saltou à vista da população no país naquele período.

O próximo estudo é de autoria de Silva (2017); ela se dedicou a analisar a questão do abandono de crianças na freguesia de Guarapiranga em Minas Gerais, durante os anos de 1770 a 1820, com a intenção de compreender como se dava esta prática nesta sociedade. Segundo a autora, a pesquisa se orientou por meio da Micro História.

A pesquisa fez uso de um amplo campo de consulta às fontes, tais como: registros de batismos, livros de matrículas, inventários *post mortem*, dentre outros que contribuíram para remontar o entendimento do cenário histórico da época. Mostra-nos que houve certa deficiência em estender o atendimento camarário para todas as crianças do período; demonstra, também, a função de centralidade das relações sociais que a Igreja possuía na época, elencando o batismo como um meio para se iniciar laços de sociabilidade, além de muitos fiéis, deste período, terem oferecido abrigo à infância desvalida, ação que representava a demonstração da fé.

Dessa forma, é possível observar a relevância desse estudo, por meio do aprofundamento exaustivo do levantamento das fontes visando à quantificação dos dados obtidos. Fato que ocasiona um melhor entendimento de como se constituía a relação de abandono de crianças em Minas Gerais, durante o século XVIII e o início do XIX, e qual a ação exercida pela Igreja nessa época.

Notamos que as três autoras, que tratam da questão do abandono em seus trabalhos, utilizaram-se de referenciais e métodos de pesquisas distintos para a elaboração de seus estudos. Essa condição contribuiu para entendimentos distintos sobre um mesmo fenômeno: o abandono de crianças. Mesmo que os estudos tenham recorrido a análises em locais distintos do país, todas elas traçam um paralelo acerca da compreensão desse fenômeno histórico.

Considerando seus respectivos recortes temporais e espaciais, efetuados para designar suas buscas, em prol da obtenção do entendimento sobre os fenômenos relacionados à prática do abandono na sociedade brasileira, as autoras contribuíram para o avanço da compreensão da prática do abandono no período entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX. Essa época possuiu uma problemática muito específica, tenha sido a composição dos dispositivos legais que vigoraram neste período, a função da Igreja, as atribuições do Estado em desenvolver políticas públicas para lidar com esses personagens sociais que despontaram nesse cenário, ou mesmo a questão da substituição da mão de obra do trabalho escravo. Essas são discussões recorrentes que se conectam em determinados debates.

Com relação às discussões sobre as infâncias desvalidas e sobre o abandono de crianças, vimos até aqui que alguns dos trabalhos empregaram uma análise histórica com vistas a compreender a problemática em um contexto de transformações da sociedade brasileira. Em função disso, alguns debates concentraram-se em examinar instituições de ofício para compreender os entendimentos sobre formação para o trabalho na infância.

No entanto, no *hall* das produções recolhidas, observamos que três delas investigam as instituições de ofício e o trabalho infantil, possuindo foco na formação educacional da infância para o trabalho. São os escritos de Pessoa (2010); Boeira (2012) e Lima (2017).

Pessoa (2010) discute a dimensão do trabalho infantil na cidade de Manaus entre os anos de 1890 a 1920, com o propósito de contribuir para a construção de uma história da infância na cidade. Para isso, ela analisa as transformações socioeconômicas e políticas que acometem a cidade naquele momento, haja vista que existia um ostensivo início da atividade comercial de exportação e exploração da borracha.

A autora busca compreender a presença que a infância ocupa nesse cenário, no qual a mesma se insere em um determinado espaço no interior dessa sociedade. Com isso, observamos que,

O trabalho infantil estava presente nos diversos cantos da cidade e a preparação dessa mão-de-obra foi possível graças a criação de instituições educacionais que tinham por finalidade dar assistência às crianças filhas das famílias pobres, concomitante ao ensino de um ofício (PESSOA, 2010. p. 8).

Todavia, de acordo com a autora, nesta época havia uma ideia disseminada pela imprensa que propagava a noção de que ausência de trabalho era igual a vadiagem. Portanto, desenvolveu-se um modo de aproveitar a mão de obra infantil. Para isso, foram implementadas políticas públicas para formação desses indivíduos.

Tal compreensão, segundo Pessoa (2010), serviu para afirmar, nesse cenário, a diferença conceitual entre os termos menor e criança. Vale ressaltar que tal discussão sobre o trabalho infantil nesta obra se fez por meio da História Social, a fim de remontar as problemáticas sociais do contexto, concedendo a possibilidade de visualizar onde estava concentrada a presença da infância nesta sociedade em processo de transformação. Tais processos acometeram tanto em seus aspectos físicos e estruturais da cidade, bem como quando das ideias, hábitos e costumes que passam por modificações nessa paisagem social devido às novas ideias advindas com o início da estruturação do comércio da borracha na região.

Já, em outro trabalho, vimos que Boeira (2012) investiga, no período da primeira República, mais precisamente entre os anos de 1918 e 1930, o caso do patronado agrícola de Anitápolis em Santa Catarina, como uma forma de solução para o caso da menoridade.

Inicialmente, o estudo segue uma análise de como se estruturava a concepção do ensino e da aprendizagem pelo trabalho com o propósito de compreender a dimensão do funcionamento da instituição, mas entender, também, quem eram aqueles que integraram este local. Pois, o trabalho não se restringe apenas a investigar a instituição de ofício ou as políticas assistenciais que compunham o contexto, mas possui o objetivo de

Compreender a instituição em sua dinâmica interna, suas redes de relacionamentos – estabelecidas entre seus moradores ou com seus agentes educacionais – fornece-nos instrumentos importantes para entender a complexidade das relações e dos comportamentos de

peças comumente investigada apenas no espaço produtivo (BOEIRA, 2012, p. 9).

Neste trabalho, o autor desenvolve uma análise completa no sentido de compreender a dinâmica de funcionamento da instituição, bem como as características dos menores que ali firmaram estadia. O raciocínio analítico se desenvolveu por meio da perspectiva da História do Tempo Presente, amparado no referencial de Norbert Elias e Michel Foucault com uma abordagem sociológica.

Dessa forma, Boeira (2012) chama-nos a atenção para o fato de que os indivíduos envolvidos nessa instituição, “[...] não podem ser entendidos desvinculados do espaço do ensino e do trabalho, uma vez que as pessoas atuam, simultaneamente, nestes dois universos” (BOEIRA, 2012, p. 9).

Outro trabalho que discute as instituições de ofício é o de Lima (2017), no qual, ela traz uma discussão inovadora acerca da Casa do Pequeno Jornaleiro na cidade de Curitiba, analisando o período de 1960 a 1978 com o propósito de entender como essa instituição funcionou para a formação da infância por meio da moralização pelo trabalho.

Aqui presenciamos uma inovação nas fontes pelo fato de se tratar de um exame inédito de documentos. Para tanto, “Os documentos utilizados foram os seguintes: 98 prontuários inéditos de meninos institucionalizados entre os anos de 1960 e 1978, [...]” (LIMA, 2017, p. 14). Além dos prontuários, fez-se uso também da legislação federal e do Estado do Paraná, reportagens jornalísticas e de relatórios do Ministério da Justiça no período.

Os prontuários mencionados encontram-se sob guarda e preservação “[...] do Arquivo Municipal de Curitiba, Casa da Memória de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná” (LIMA, 2017, p. 14). Por meio dessas fontes, foi possível desenvolver uma investigação sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e sua ação de prestar assistência às crianças consideradas abandonadas, provendo a estas crianças assistência educacional, moral e material para o exercício da atividade de vendedores de jornais.

Lima (2017) analisou este tema por meio da perspectiva da História do Tempo Presente, amparada em uma abordagem foucaultiana. O funcionamento dessa instituição compreende como estes meninos chegavam até ela, quais os motivadores sociais que conduziram esses personagens a necessidade de uma assistência, interpretando, assim, a dinâmica de funcionamento da instituição, bem

como se dava, posteriormente, o processo de desligamento da instituição quando chegada à maioridade, ou mesmo por meio de fugas, transferência ou retorno às suas famílias.

Desse modo, enxergamos que as investigações sobre as instituições de ofício acabam se conectando com a discussão da formação para o trabalho. Podemos observar isso de modo substancial na obra de Pessoa (2010), pois o período por ela investigado (1890- 1920) é anterior à instituição do Código de Menores em 1927. Portanto, tratava-se de um contexto no qual a atenção social ainda não possuía uma orientação clara, concentrava-se apenas no setor decadente da sociedade, nas crianças abandonadas e desassistidas, não abarcando a totalidade do universo infantil existente na cidade de Manaus.

Neste cenário, constatamos que as análises sobre o discurso assistencialista estão muito presentes em todos os trabalhos que vimos até o momento. Assim sendo, vamos agora observar os trabalhos que tratam das questões da assistência para a infância.

Como visto nos trabalhos anteriormente analisados até aqui, as discussões que envolvem a história da infância encontram grande participação discursiva não somente de um assunto que norteia os debates e, sim de vários assuntos que se concatenam em meio ao desenvolvimento de uma análise.

Quando se discute instituições de ofício ou a questão da infância pobre, desvalida e abandonada, tem-se ao fundo a presença de discursos ou mesmo de ações de cunho assistencial que exercem, no cenário da História do Brasil, uma função de formação, correção e atendimento de necessidades materiais.

Dando prosseguimento, observamos a tese de Miranda (2014), no qual desenvolveu uma análise sobre a condição do atendimento das Febem's no período de 1964 a 1985. Este autor constrói sua investigação por meio da História Oral, utilizando-se das memórias de ex-internos, bem como compreendendo o modo de funcionamento das políticas públicas no Brasil à época.

Miranda (2014) trata das memórias de infância de três pessoas que viveram a experiência da internação na Febem's de Pernambuco. Além disso, dedica-se a compreender a situação de assistência concedida pela política do Estado Brasileiro em Pernambuco, à infância, no cenário discutido.

Com este panorama, dedicou-se a investigar como se deu a orientação para “[...] uma nova fase da assistência infância no Estado.” (MIRANDA, 2014, p. 8) no

período da Ditadura Militar, podendo assim remontar o cenário de pobreza e abandono que os meninos e meninas que estavam em conflito com a lei se depararam neste período em Pernambuco. Desse modo, trata-se de um estudo substancial para o entendimento do funcionamento das instituições de internamentos de menores no período.

Agora, um assunto que apareceu em nosso recorte de modo bastante restrito foi a discussão acerca das práticas sexuais e as representações sobre a sexualidade infanto-juvenil. Dentro de nosso levantamento no Banco de Dados da CAPES, e a delimitação entre os anos de 2007 e 2017, este assunto foi discutido apenas pela pesquisadora Rodrigues (2007) em sua tese de Doutorado.

Em sua tese, Rodrigues (2007) investigou uma condição social complexa na cidade de Salvador nos anos de 1940 a 1970. Analisou, a partir dos conceitos de infância, adolescência e sexualidade, que estes também são determinados de acordo com as dinâmicas sociais e históricas impelidas pelo contexto. Portanto, a autora busca compreender tais oscilações, “[...] para representar estas duas fases da vida e a sexualidade, nelas” (RODRIGUES, 2007, p. 6).

A partir da compreensão dessas categorias, que possuem alterações nos seus entendimentos e concepções ao longo do movimento propugnado pela História, Rodrigues (2007) analisa a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes e o controle da sexualidade feminina.

Para além da apreciação dos crimes cometidos à época, a autora dedica-se a discutir a questão de como se estruturava o conceito de honra e o consequente controle da sexualidade feminina ocorrida no período. Para esta análise, Rodrigues (2007) faz uma investigação da legislação do espaço delimitado no recorte temporal, a fim de compreender como se desenvolvia todo esse processo entre crime, honra e controle da sexualidade feminina.

Toda esta pesquisa se fez possível por meio da História Social, a qual forneceu bases para o desenvolvimento de uma reflexão teórica para se abranger as características sociais do momento, assim como para a interpretação de categorias que se constroem a partir de variáveis produzidos pelo contexto.

Temos outro assunto que foi recorrente nas análises sobre a história da infância: a questão da construção do conceito de menor e as análises historiográficas sobre a construção desse conceito, bem como as interpretações

acerca da judicialização da infância no Brasil se dão por meio dos estudos das autoras Silva (2007), Martins (2012) e Carvalho (2016).

O primeiro trabalho nesse segmento é o de Silva (2007) que discute a representação da infância no Estado do Paraná durante as primeiras décadas do século XX. Neste trabalho, a autora dedica-se a construir o conceito de menor, no entanto, ela o faz por meio da análise de um periódico, *O Pharol*, e de uma revista *Ilustração Paranaense*, analisando artigos e fotos da época, para compor qual era a representação de infância paranaense.

Além de investigar e constatar que o ideal de infância paranaense é a criança branca que pertence à classe socialmente dominante, percebe-se que havia um projeto que visava ao atendimento da infância desvalida por meio do ensino exercido em colônias agrícolas destinadas às crianças.

Desse modo, Silva (2007) compreende que houve uma “[...] estigmatização das crianças enquanto ‘menor’, bem como os mecanismos de segregação, a que elas seriam submetidas na Colônia Agrícola, [...]” (SILVA, 2007, p. 7). Com isso, tal distinção entre a infância ideal, e aquela à qual se deseja corrigir por meio de uma educação em colônia agrícola, afastada do centro urbano, denota um processo de segregação e de depreciação de algumas crianças, ocasionadas pela divisão social.

Trata-se, sobretudo, de uma análise com base em um referencial da História Social, que contribui para a aquisição do entendimento sobre processos sociais de diferenciação e de divisão da infância. Entre a ideia que se possuía sobre a infância perfeita e a que temos na realidade social, existe uma grande distância conceitual.

Outro trabalho que segue na linha do entendimento sobre a construção do conceito de menor é o de Martins (2012). A autora, em seu resumo, expõe uma ideia equivocada sobre História, constatando o seguinte, “A História é uma ciência que se volta ao estudo dos fenômenos de longa duração, [...]” (MARTINS, 2012, p. 7). Por conseguinte, esta afirmação trata-se do entendimento de uma determinada concepção acerca da História, discutida por nós, na seção dois deste trabalho, quando discorremos sobre a questão da segunda geração da Escola dos *Annales*, que compreendem a interpretação da ciência histórica por meio da interpretação das longas durações.

Portanto, compreendemos a longa duração como uma das vertentes pelas quais se é possível interpretar o contínuo desenvolvimento da história do homem no espaço e, não como sendo o conceito absoluto da ação na atividade de historiar.

Martins (2012) analisa em seu trabalho os discursos existentes sobre a infância no século XX, com o propósito de analisar os discursos jurídicos e políticos produzidos sobre a infância no período. Evidencia em sua discussão as mudanças ocorridas nas leis e as alterações sobre os entendimentos e concepções que as práticas jurídicas obtém sobre a infância.

A autora dedica-se a mostrar, também, como em meio a este processo, as infâncias tornam-se sujeitos de direitos com o entendimento a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, e não mais objeto de medida jurídica como previa o Código de Menores.

O outro estudo nesse segmento é o de Carvalho (2016), no qual desenvolve uma análise bastante sólida sobre o processo de judicialização da infância no Brasil. Em seu trabalho, ela apresenta uma síntese sobre o decurso iniciado durante a década de 1920 e concluída apenas na década de 1990, investigando a contribuição dos campos jurídico, assistencial e educacional sobre a infância.

Para isso, examinou os documentos produzidos no período como Constituição, Regulamentos, Códigos, Estatutos e Iconografias, a fim de compreender o desenvolvimento da judicialização da infância, bem como acompanhar a feitura dos discursos que conduzem o processo que se institui ao longo do século XX.

Podemos dizer que a investigação feita por Carvalho (2016) traz uma grande contribuição sobre o entendimento do processo de judicialização da infância ocorrido ao longo da História, analisando a conformação tanto de documentos oficiais, assim como de discursos institucionais que orientam estas questões. Portanto, esse estudo se coloca como uma fonte de consulta imprescindível para o entendimento histórico do processo jurídico, que contribuiu para a elaboração de leis e entendimentos sobre a infância.

Na contramão dos trabalhos que discutem a construção dos conceitos de infância e do menor nas legislações elaboradas no século XX, veremos, a partir de agora, os trabalhos que discutem as brincadeiras de infância e a ludicidade. Em nossa coleta, identificamos dois trabalhos que abordam esta questão com Teixeira (2007) e Santana (2014).

Nesse sentido, Teixeira (2007) investiga em sua tese de doutorado as brincadeiras e as práticas lúdicas no Brasil do século XIX. Para isso, a autora discorre por uma análise social com o propósito de identificar que a prática da

brincadeira pela criança é produção de cultura, a qual se insere no conjunto da cultura geral.

Dessa forma, a autora salienta que seu objetivo é “[...] desmistificar a idéia da criança como um indivíduo a ser modelado, reflexo do mundo do adulto, pois é no dia-a-dia que a criança se insere no mundo e constrói o seu próprio” (TEIXEIRA, 2007, p. 11). Desse modo, ao brincar, a criança está subvertendo a ordem social estabelecida. Com isso, ela cria um novo mundo gerando um entendimento novo, assim como uma ludicidade unicamente sua.

Por meio desse trabalho, Teixeira (2007) contribui no sentido do entendimento da brincadeira no século XIX, no qual mapeou o ciclo da produção e consequente distribuição de brinquedos no país, compreendendo o significado que o brincar produz dentro da esfera de produção cultural, estruturando e corroborando na formação do indivíduo.

Outra produção que discute sobre brinquedos e brincadeiras é de Santana (2014), que busca dar uma contribuição para a história da infância, dos brinquedos e das brincadeiras a partir das investigações étnicas da produção de cultura material de artefatos lúdicos das culturas indígenas por meninas da aldeia Buridina.

O trabalho de Santana concentra-se na análise da produção da boneca Karajá-Ritxòkò e na boneca *Barbie* como meio para construção de uma identidade cultural das meninas da Aldeia Buridina no Estado de Goiás. O trabalho sustenta-se com base em um referencial da História Cultural.

Com isso, Santana (2014), além de avultar a boneca indígena, propõe uma discussão sobre os estereótipos e as intenções que tais produções de cultura material ambicionam transmitir e quais os elementos que cada boneca carrega e pretende evidenciar. Outra importante função desse trabalho é assinalar a boneca Karajá-Ritxòkò como patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil.

Santana (2014), ainda afirma, “[...] foi realizada uma pesquisa sobre brinquedos e brincadeiras, em que se priorizou o estudo das bonecas de cerâmica Karajá – Iny e a boneca industrializada *Bárbie*” (SANTANA, 2014, p. 7). A partir disso, a autora discorre sobre os princípios e a transmissão de ideologias e de poderes que cada boneca transmite para a criança que brinca com as mesmas.

Encontramos, também, trabalhos que buscam investigar como as transformações sociais ocorridas por processos de modernização, ou mesmo por

processos de imigração, contribuem para modificar a realidade infantil existente, tais assuntos são discutidos por Sturmer (2007) e Ferreira (2009).

Outro trabalho coletado por nós indica uma investigação ao longo do século XX, desenvolvido por Sturmer (2007), que por meio da História Oral, busca compreender a história da infância no contexto regional da Colônia Alemã de General Osório, circunscrevendo a análise ao período de 1909 a 1979.

Para tanto, analisou-se a história da imigração alemã para a região sul do Brasil, bem como todo o contexto de instalação e de desenvolvimento de culturas produtivas na região, até chegar-se ao ponto que se deseja, identificar a presença da infância nesse contexto.

De acordo com Sturmer (2007), o período de colonização e instalação naquela região do Estado do Rio Grande do Sul foi um momento de organização familiar para o cultivo tanto da terra quanto para o cuidado da criação de suínos. Portanto, todos os membros da família concentravam-se na agricultura familiar, passando por momentos de privações e de ostensivo trabalho para a infância. Salienta, ainda, que as brincadeiras eram poucas e “[...] poucos brinquedos, confeccionados geralmente pelas crianças com as próprias mãos” (STURMER, 2007, p. 6).

Ferreira (2009) tratou de discutir um assunto relacionado às transformações urbanas na cidade de Natal entre os anos de 1890 a 1929 e, como esse contexto impactou a infância. Assim como em outros trabalhos já vistos aqui, delimitou-se o período de transformações e de modificações grandiosas.

Nesse caso, Ferreira (2009) discute as alterações ocorridas na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. Pois, nesse período, ocorreram intervenções estruturais na cidade com vistas a trazer-lhe uma aparência menos rural. Nesse segmento, os hábitos culturais e as relações sociais foram todas impactadas pelas mudanças advindas com os modelos trazidos pela modernidade e, um personagem que alterou-se em demasia foi a infância.

Segundo a autora, as relações familiares mudaram, pois as famílias começaram a buscar uma vida pública; a instituição de um modelo de educação urbana e concepções de higiene e saúde impactaram na vida social e cultural da infância natalense a ponto de passarem a enxergar o mundo, como sujeitos.

Por tanto, nesse estudo, o referencial teórico concedeu a oportunidade de uma melhor compreensão da realidade social ocorrida em Natal naquele tempo,

assim como oportunizou um melhor entendimento cultural que as transformações trouxeram para aquela sociedade.

Agora, outro debate que nos surge é sobre a análise dos discursos jornalísticos, acerca dos entendimentos sobre a infância. Para tanto, encontramos um trabalho que promove tal discussão, o trabalho foi desenvolvido por Machieski (2013) e o veremos a seguir.

A pesquisa de Machieski (2013) por meio de um recorte temporal concentrado nos anos de 1970 a 1990 e com foco na cidade de Criciúma no Estado de Santa Catarina, desenvolve uma análise de discursos jornalísticos a fim de identificar as rupturas de concepções (entendimentos) em dois periódicos da cidade que versam, sobre a questão da infância.

A escolha do período não foi ao acaso, pois nela englobou “[...] as três legislações destinadas ao problema criança-adolescente” (MACHIESKI, 2013, p. 13). Nesse estudo, o alvo é identificar nas fontes jornalísticas os discursos sobre a infância na cidade de Criciúma.

Machieski (2013), ao analisar as fontes jornalísticas, procura interpretar em seus discursos, por meio de uma análise amparada no postulado foucaultiano, as ambiguidades terminológicas entre criança e menor, categorias que se confundiam desde que o Código de Menores passou a vigorar, pois ao invés de trazer clareza à discussão, o código trouxe dúvidas e desconfiças.

E agora, no último estudo por nós analisado a partir da coleta no Banco de Dados da CAPES, vimos o trabalho de Cardoso (2015). Nesse trabalho, a autora discute a questão da tortura à infância, mais especificamente aos filhos dos presos políticos pela Ditadura Militar entre os anos de 1964 a 1985.

A autora salienta que nesse período existiram movimentos internacionais em prol da infância, e que o governo Militar manifestou conhecimento dessas requisições acerca dos Direitos da Criança. Porém, mesmo sabendo dessas questões, não se cumpriu com o acordado.

Neste contexto, o que interessava ao Estado Brasileiro era combater os militantes de esquerda, fazendo uso de todo o aparato e das políticas de Estado que fossem possíveis,

Entende-se que tal aparato utilizou-se dos mais diversos recursos para levar a cabo seu projeto de eliminação das esquerdas organizadas e seus/suas militantes, considerados/as subversivos/as

de acordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, tendo sido a tortura uma política de Estado no período (CARDOSO, 2015, p. 15)

Por meio dessa legislação permissiva, praticou-se tortura contra crianças, filhos de militantes de esquerda. Para a continuidade da pesquisa, Cardoso (2015) fez uso de fontes do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Edgar Leuenroth, nos quais se conservam as denúncias feitas na época sobre os casos de tortura e de maus tratos.

A partir da averiguação por nós desenvolvida, no presente trabalho, a fim de identificarmos quais são os principais assuntos discutidos nas 21 produções em nível de Dissertação e Teses selecionadas, que possuem como tema central a infância ou a história da infância, vamos aqui, trazê-las para um quadro, com o propósito de mostrar de modo mais didático quais foram os assuntos mais discutidos nesses trabalhos.

Quadro 9: Quantidade de trabalhos elencados por assunto

Assuntos	Número de trabalhos
Infâncias Desvalidas	3
Crianças abandonadas	3
Instituição de ofício e trabalho infantil	3
Construção do conceito de Menor	3
Brincadeiras e Ludicidade	2
Crianças Escravas	1
Sexualidade Infanto-juvenil	1
Processo de modernização	1
Processo de imigração	1
Instituição de atendimento correcional	1
Análise de discurso jornalístico	1
Tortura à infância	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados recolhidos no Portal da CAPES.

Conforme discutimos no decorrer deste estudo, muitos trabalhos associam mais de um assunto em sua análise com a intenção de proporcionar um maior entendimento, acerca das problemáticas sociais as quais os autores se propuseram

a investigar. Assim sendo, existem trabalhos que são analisados na presente pesquisa que possuem tais características.

No total, analisamos 21 resumos de Dissertações e Teses que versam sobre a infância ou a história da infância no Brasil, com objetivo de identificarmos por meio da apuração desses resumos, quais são os principais assuntos investigados por estes trabalhos da pós-graduação em História.

A partir disso, conseguimos detectar que os trabalhos concentram suas abordagens em grande parte nas investigações sobre a infância em situação de vulnerabilidade social, analisam esta condição por meio das mais diversas delimitações teóricas, territoriais e temporais.

Não por acaso, constatamos que o foco das análises e das investigações sobre a infância ou sobre a história da infância nas pós-graduação em História, no Brasil, durante os anos de 2007 a 2017, contemplam, em sua maioria, a infância socialmente vulnerável como objeto de investigação.

Este resultado pode ser compreendido a partir da observação dos referenciais teóricos adotados pelos autores que, de acordo com o exposto no quadro 7 na página 137 desse trabalho, possuem um predomínio da História Social. Portanto, grande parte dos escritos vão na esteira da interpretação social, a fim de compreender as realidades do desdobramentos históricos de suas respectivas delimitações, oferecendo pesquisas dos tecidos sociais menos favorecidos.

Contudo, subjacente à estas questões, salientamos que nesse espaço teórico existe uma amplitude bastante grande de outras questões. Esse fato ocasiona a possibilidade de diversos focos de diagnósticos sociais, tal como vimos, nos trabalhos examinados. Existem pesquisas que abordam com maior precisão: a sociedade, a política, a economia, as transformações e as produções de leis. Todas essas abordagens são possibilidades viáveis a partir dos estudos da história social.

Outro fator que contribui em certa medida para o predomínio de análises sociais, foram as linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação em História, assim como suas áreas de concentração estarem direcionadas para a investigação da História Social. Fato que corrobora as investigações nessa vertente teórica.

Nesse contexto, é possível afirmar que a pós-graduação em História exerce a atividade de pesquisa, de ensino e extensão produzindo novos conhecimentos, também, acerca da história da infância. Ação que promove o movimento da pesquisa e que contribui para a renovação do ensino na graduação.

No entanto, apesar do movimento propagado no período por nós estudado, entendemos que a produção ainda não é suficiente para refletir uma sólida contribuição para a formação de professores. Mesmo porque o licenciado em História não atua na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo este um território de exercício exclusivo do pedagogo.

Portanto, um meio possível para essa produção se refletir na formação de professores que trabalharão com crianças na educação básica seria, o pós-graduado de história exercer a docência em cursos superiores de Pedagogia. Ainda assim, essa produção por si só, não é suficiente para promover um grande impacto na formação de professores, de modo a contribuir para a formação de uma concepção histórica de infância.

Mas, ainda assim, a história da infância no Brasil tem possibilidades de futuro na pós-graduação em História, por meio do desenvolvimento dos programas de Mestrado Profissionais em Ensino de História, que atuam como área de concentração no Ensino de História. Partindo do pressuposto de conceder formação continuada aos professores de História, bem como “[...] dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino” (UFRJ, 2020).

Assim sendo, o programa de Mestrado Profissional em Ensino de História é totalmente exclusivo para os profissionais que exercem a atividade docente, em História. Tem como meta elaborar dissertações que possuam propostas inovadoras para o trabalho docente no cotidiano da realidade escolar.

Existe, portanto, um potencial para que haja pesquisas sobre a história da infância, advindas desse programa. Pois, compreende-se que esse programa que funciona em rede, e é coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com mais 35 instituições⁵⁵ associadas até o momento pelo Brasil, possui o objetivo de expandir e de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de história no país, por meio da pós-graduação.

⁵⁵ Neste momento, existe um projeto em avaliação na Capes para abertura do primeiro Programa de Doutorado Profissional em Ensino de História que poderá vir a ser ofertado pela Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&cd_programa=20002017008P4>. Acesso em: 01 fev. 2020.

4 CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados nesta pesquisa, sobre a produção nos programas de História, foi possível apreender que não se esgotam as possibilidades de se desenvolver pesquisas sobre a história da infância na pós-graduação em História, ao invés disso, existe um amplo campo a ser explorado e construído, que mal chegou a ser ocupado totalmente nesta área. Portanto, a história da infância ainda tem um longo caminho a percorrer até se consolidar enquanto tema recorrente nos programas de pós-graduação em História.

Percebemos que, a infância possui uma característica na qualidade de objeto de estudo que é demarcada pela sua interdisciplinaridade. Com base nesta característica, podemos notar que as pesquisas sobre o tema ocorreram em meio às transformações no campo da historiografia ao longo do século XX. Nesse período, renovações e debates conduziram a História para novos diálogos interdisciplinares no seio das ciências humanas que oportunizaram novas perspectivas de análises históricas.

Essa interpretação torna-se muito visível à medida que alguns temas acabam se disseminando na área das ciências humanas, sendo investigados por pesquisadores em diversos campos. A infância, enquanto objeto de estudos na pós-graduação, não se restringe apenas às ciências humanas ou sociais. Porém, dentro desses limítrofes, ocupa um espaço considerável em pesquisas na pós-graduação.

Já no campo da História, que é o foco específico de investigação deste trabalho, observamos que existem várias pesquisas sobre a infância. Mas, trata-se, sobretudo, de uma parcela que ainda é diminuta com relação aos demais temas estudados. Todavia, o tema possui possibilidades de ascensão no interior das investigações no campo da História.

Com esta pesquisa constatamos que, a pós-graduação se encontra, ainda, em processo de expansão geral ao longo do país. Com base nisso, sabemos que os programas da área de História ainda se expandirão para outras regiões do país, chegando em localidades onde ainda não existem programas estabelecidos. O intuito é atender as determinações da CAPES para descentralizar os programas de pós-graduação, promovendo, assim, uma política de expansão para todo o território nacional.

Com isso, percebemos que o crescimento sobre as pesquisas está intimamente relacionado à criação de novos programas na área, tanto em nível de Mestrado e Doutorado Acadêmicos, bem como por meio da disseminação dos Mestrados Profissionais em Ensino de História, que funcionam em rede Nacional.

Notamos, também, que o programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, com as demais instituições associadas, possui substancial importância para o aprofundamento e a difusão das discussões sobre a história da infância. Este programa tem como foco a análise da atividade de ensinar história em sala de aula. Assim, retira o foco de pesquisas historiográficas, muito comuns nos programas acadêmicos de pós-graduação em História.

Com isso, torna-se necessário pensar a infância que está na sala de aula, ou seja, é relevante levar à dimensão dos licenciados em História as discussões sobre a história das infâncias. Um dos meios pelo qual é possível executar essas ações é estabelecendo disciplinas que discutam, justamente, a história da infância.

Desse modo, será possível para os licenciados em História, com o desenvolvimento e a consolidação do Mestrado Profissional em Ensino de História pensar, refletir e investigar a criança na educação, a fim de fortalecer esse vínculo. Assim sendo, entendemos que o programa de Mestrado Profissional em Ensino de História coloca-se como uma possibilidade concreta para desenvolver e aprofundar a investigação sobre o tema na área da História.

Todavia, esta pesquisa observou que, mesmo com a expansão dos programas, o número de produções sobre a infância não evoluiu de modo substancial nos programas acadêmicos de pós-graduação da área de História

Mesmo após a década de 1990, considerada um marco legal para a infância no Brasil devido a implantação do Estatuto, vimos que as discussões se avolumaram em diversos campos, em especial na área educacional, social e jurídica. Porém, na História o tema ainda requer mais esforços e maior empenho para avançar, além de necessitar de maior espaço para sua inserção.

O espaço requerido pelos estudos sobre a infância, muitas vezes é obstruído, fazendo com que pesquisadores busquem programas em outras áreas do conhecimento como: Ensino, Educação, Sociologia, Serviço Social, ou mesmo ciências jurídicas com a possibilidade de efetuar pesquisas sobre a infância.

Vale lembrar que, acerca dos estudos da história da infância na área da História, existe um GT (Grupo de Estudos) consolidado pela Anpuh em 2013. Esse

grupo mantinha atividades desde o ano de 2003, quando se se organizou a sua primeira reunião. Esse ano, portanto, é considerado para os estudiosos de história da infância, no Brasil, como um marco para a consolidação do início das investigações na área de História.

Nesse sentido, dedicamos-nos a identificar quais os referenciais adotados pelos pesquisadores para o desenvolvimento de suas pesquisas, e ao efetuarmos essa identificação, notamos que as pesquisas concentram-se mais nos referenciais da História Social e História Cultural. Essa concentração direcionou os olhares para pesquisas que analisam a infância em situação de vulnerabilidade social, no período de 2007 a 2017.

Com relação aos referenciais teórico-metodológicos encontrados em nossa pesquisa, observamos que um deles – a História Oral – traz-nos certa condição específica. A História Oral, presente como teoria norteadora de dois trabalhos que elencamos no quadro 7, apresenta-nos a questão da memória, pois o historiador trabalha entrevistando adultos que descrevem suas memórias dos tempos de infância, nas quais relatam suas experiências de vida diante da pobreza e do abandono e de outras vicissitudes sociais.

Cabe lembrar aqui que, o referido método da História Oral, ao trazer a questão das memórias de infâncias, que são transcritas a partir dos depoimentos falados, levanta uma outra questão. Pois, para algumas áreas do conhecimento esse manejo instrumental de coleta de dados por meio de entrevistas é algo confrontador, porque explora a noção de memórias infantis.

Esse referencial também está mais presente em teses de doutorado, devido ao rigor metodológico da coleta de informações que, ocasionalmente, é executada mais de uma vez. Contudo, oferece um resultado distinto a partir dos relatos de experiências reais de pessoas que, em uma determinada fase de suas vidas, vivenciaram situações de abandono, de pobreza ou de exclusão em suas infâncias.

Como visto ao longo do trabalho, os referenciais teóricos, adotados nos estudos, proporcionam uma determinada compreensão acerca do objeto investigado. Dessa forma, foram os referenciais que possibilitaram que o foco das análises fossem estabelecidos para as infâncias vulneráveis. Esses referenciais coadunam-se com uma análise social, ou seja, abarcam partes sensíveis do meio social, comumente partes que são excluídas ou mesmo não observadas e atendidas pelos poderes públicos.

Dessa forma, os referenciais dos quais os autores fizeram uso em seus trabalhos conduzem à um entendimento crítico da realidade social na qual os mesmos analisam a infância. Não obstante, os referenciais adotados contribuem para um entendimento crítico acerca de assuntos sensíveis que envolvem o universo infantil na atual conjuntura social brasileira.

Contudo, salientamos a importância obtida pelo tema na década de 1990. Naquele momento, a criança ganhou um novo significado, passando a ser compreendida como cidadã e como sujeito de direitos, desestigmatizando a noção anterior, na qual subjaz a ideia de criança como uma proposta para o futuro. Essa nova concepção social da criança, dá um *status* ao termo infância e fortalece as discussões, os estudos e as pesquisas sobre a criança nos mais diferentes segmentos da sociedade e nos campos de estudos (Molina, 2011).

Observamos, ainda, que as produções possuem uma abordagem crítica da realidade social, apontando para os processos de transformações socio históricas desenvolvidos nos mais diversos tempos e espaços aos quais os trabalhos analisados se debruçaram a investigar. Todavia, percebemos que os mesmos não contribuem para a formação imediata de docentes que trabalharão com crianças na educação básica, devido ao foco de formação do historiador não se direcionado ao universo infantil, assim como é direcionada a formação do Pedagogo.

Em suma, o trabalho constatou que a história da infância, na pós-graduação em História, possui ainda um amplo espaço a ser conquistado pela área. Podemos afirmar que, ao apontarmos um caminho possível para o desenvolvimento de pesquisas, evidenciamos a possibilidade para outros pesquisadores se enveredarem por este meio, no qual a pesquisa é necessária e, sobretudo, onde se necessita de pessoas dispostas a contribuir para a constituição de um campo de pesquisas sobre as histórias da infâncias no Brasil.

REFERÊNCIAS

AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**. Revista do PPGH/UDESC. Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. p. 201-216. Disponível em: <[Http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608](http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.

ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 154-176.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ANPUH. **GT de História da Infância e da Juventude**. 2014. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/298-gt-de-historia-da-infancia-e-da-juventude>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). **História do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3. p. 902.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Conteúdo II: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Conteúdo V: A Escola dos *Annales* e a Nova História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARROS, José D'Assunção. “**Teorias da História**” e “**Filosofias da História**”: considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico. Anos 90 (Online) (Porto Alegre); Meio de divulgação: Digital; Série: 36; ISSN/ISBN: 1983201X. v. 19, p. 367-400, 2012.

BERTONHA, João Fábio. **A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918)**. Prefácio Antônio Carlos Lessa. Maringá: Eduem, 2011a.

BERTONHA, João Fábio. Produção e produtividade no meio acadêmico. A “ditadura do Lattes” e a universidade contemporânea. In: BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento: a primeira década do século XXI na América Latina e no mundo**. Maringá: Eduem, 2011b. parte I, p. 99-104.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a minoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOURDÉ, Guy; HERVÉ, Martin. **As Escolas Históricas**. Tradução: Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** – CAPES. Documento de Área: História. Brasília. 2016.

BRANDI, Felipe de Souza Dias. **Um novo olhar sobre Georges Duby**: muito além do medievalista (Entrevista). Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/georges-duby-e-historia-social/>>. Publicado em: 8 jan. 2017. Acesso: em 17 maio 2019.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos *Annales* 1929-1989. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Edunesp, 1991.

CABRAL, Vera Monteiro Larica. **Política de Estado em Relação ao Menor e seus Desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Mestrado em História Social das Relações Políticas, Vitória, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 16. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Luisa Rita. **“Não sei e não quero dizer”**: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2015.

CARVALHO, Rayane Helena Araújo Mendes de. **A Judicialização da Infância no Brasil** [manuscrito]: a construção de um discurso (1920-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

COSTA, LIVIA GOZZER. **Capitães da Feira e outras crianças**: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945. Dissertação – (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2013.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos “Annales” à “Nova História”. Trad. Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. **Perspectiva** (Florianópolis), v. 24, p. 89-110, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Jacques Revel. In: **Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Nº 19. 1997.

FERREIRA, Yuma. **A criança e a cidade**: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2009.

FIGUEIRA, Fani G. Reflexões sobre a história. **Intermeio**. Revista semestral do mestrado em educação da UFMS, Campo Grande, MS, v.1, p. 37-43, 1995.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Pequenos desvalidos**: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2015.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés (orgs). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GONCALVES, Paulo Cesar. Rússia, 1917: O Assalto aos Céus no Outubro Juliano. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). **As Revoluções Contemporâneas Paradigmáticas**. UEM-PGH, Maringá. 2016. p. 42-79.

HOBSBAW, Eric J. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. Capítulo 3: De um Centenário a Outro. In: **Ecos da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo. Ed: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. Capítulo 4: A revisão que subsiste. In: **Ecos da Marselhesa**: dois séculos reveem a Revolução Francesa. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo. Ed: Companhia das Letras, 1996.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro de Salles (1939-). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**/Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.- Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas da pós-graduação em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n° 93, p. 1341-1362, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a Vida**. Economia e religião na Idade Média. Tradução: Rogério Silveira Muio. Revisão Técnica: Hilário Franco Junior. 2 ed. São Paulo: São Paulo, 1989.

LIMA, Eneida Santos Correia. Implicações do Conceito de Autogestão da Perestroika de Gorbachev. FVG/EBAP. **Cadernos EBAP**. N° 42. Abril de 1989.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices - 1865-1874: A Infância desvalida da Parahyba do Norte**. Dissertação (Mestrado em HISTÓRIA) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letra e Artes, Departamento de História, João Pessoa, 2008.

LIMA, Nicolle Taner de. **Os meninos na casa do pequeno jornaleiro: institucionalização, protagonismos e trajetórias** (Curitiba, 1960-1978). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

LUNA, Débora de Oliveira Lopes do Rego; LUNA, Amanda Souza Xavier de. **PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020: Metas e desafios para o desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil**. In: III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior (COIPESU), 2015, João Pessoa. Anais - III Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior (COIPESU). João Pessoa: UFPB, 2015. v. 3. Homepage: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/13/plano-nacional-de-pos-graduacao-2011-2020-metas-e-desafios-para-o-desenvolvimento-da-pos-graduacao-no-brasil>>. pdf; ISSN/ISBN: 23186887.

LUSTOSA, Isabel. **Conversa com Roger Chartier**. Tópico. 2010. p. 1-13. Disponível em: <<http://187.0.209.89/bitstream/20.500.11997/658/1/LUSTOSA%2C%20I.%20-%20Conversa%20Roger%20Chatier.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MACHIESKI, Elisangela da Silva. **Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo?** (Criciúma, 1970-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2013.

MARTINS, Ludmila Gonçalves. **Diálogos sobre a história social da Infância e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2012.

MARX, Karl. XII. Divisão do trabalho e manufatura. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 2v., p. 389-569.

MATOS, Júlia Silveira. **Tendências e Debates: da escola dos annales à nova história.** Revista Historie, Rio Grande do Sul. V.1, N.1. p. 113-130. 2010.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEMS: memórias de Infância perdidas (Pernambuco/1964-1985).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Aulas de História e os direitos das crianças e dos adolescentes: entre possibilidade e desafios.** Revista História Hoje, v.7, n° 13, p. 160-178. 2018.

MOLINA, Adão Aparecido. **A produção de dissertações e teses sobre infância na pós-graduação em educação no Brasil de 1987 a 2005: aspectos históricos e metodológicos.** Maringá, 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

MOLINA, Adão Aparecido. Os estudos sobre infância na Pós-Graduação em Educação no Brasil de 1987 a 2005: questões históricas e metodológicas. **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 3, p. 231, 2019.

MONTAIGNE, Michel de. Da educação das crianças. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 2000 (v.1 – cap. XLII).

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Campus Assis. Programa de Pós-Graduação em História. 1996.

MORELLI, Ailton José. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990).** São Paulo, 2010. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2010.

MORELLI, A. J.. A questão da criança e do adolescente na historiografia paranaense. In: Valquiria Elita Renk. (Org.). **Imigração, educação e escolas étnicas no Paraná.** Curitiba: PUCPRes, 2016, p. 23-51.

MUNHOZ, Sidnei. Thompson, o Marxismo, a New Left e a Ação Política. In: PELEGRINI, Sandra de Cásia Araújo; ZANIRATO, Silvia Helena (org). **Narrativas da Pós-Modernidade na Pesquisa Histórica.** Maringá: Eduem, 2005. p.193-213.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NUNES, G. H. L. A construção social da infância nas políticas públicas, nos discursos científicos e nas práticas sociais. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 09, p. 615-636, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAAE – v. 25, n. 2, p. 187-209, mai./ago. 2009.

PARECER nº 977/65 do Conselho de Ensino Superior. **Dispõe sobre a regulamentação da Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil**. Aprovado em 03 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e Trabalho**: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2010.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Honra e Sexualidade Infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SANTANA, Lucirene Ferreira. **História da Infância e do Brinquedo** [manuscrito]: um olhar nas bonecas Karajá-Ritòkò e Bábrie como artefatos culturais na construção da identidade das meninas da Aldeia Buridina. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Poder, 2014.

SCHVARZMAN, Sheila. Entrevista com Michelle Perrot. In: **Cadernos pagu (4)** 1995: pp. 29-36. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=50916&opt=1>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SILVA, Patrícia Terezinha da. **A infância multifacetada**: representações e práticas discursivas no Paraná do início do século XX. Dissertação – (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense – Universidade Estadual do Centro Oeste, Programa de Pós-Graduação Interinstitucional de História, Niterói-Guarapuava, 2007.

SILVA, Taiane Cristina da. **Os filhos da piedade** [manuscrito]: a exposição na freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais (1770-1820). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

SOUZA, Júlio César de. **Sociedade e escravidão no século XIX**: crianças escravas em Uberaba. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2013.

STURMER, Dilce Maria. **A infância e a Adolescência na colônia alemã de General Osório (1909-1979)**. Dissertação - (Mestrado em História) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Passo Fundo, 2007.

SUCUPIRA, Newton. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. **Fórum educ.**, Rio de Janeiro, p. 3-18. Out/dez. 1980.

TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Infância, o sujeito brincante as práticas lúdicas no Brasil Oitocentista**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

TOURINHO, Márcia Selvátice. **A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo: o Orfanato Cristo Rei (1957-1990)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2009.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Mestrado profissional em Ensino de História**. Disponível em: <<https://profhistoria.ufrj.br/>>. Acesso em: 31 Jan. 2020.